

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CÂMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO – PPGSeD**

LEONARDO CARVALHO DE SOUZA

**“UM ASSUNTO MEIO FORTE”: OS SENTIDOS DA POLÍTICA PARA
JOVENS UNIVERSITÁRIOS**

**CAMPO MOURÃO – PR
2019**

LEONARDO CARVALHO DE SOUZA

**“UM ASSUNTO MEIO FORTE”: OS SENTIDOS DA POLÍTICA PARA
JOVENS UNIVERSITÁRIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Sociedade e Desenvolvimento.

Orientadora: Dra. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro.

Co-orientador: Dr. Frank Antonio Mezzomo.

**CAMPO MOURÃO – PR
2019**

Ficha de identificação da obra elaborada pela Biblioteca
UNESPAR/Campus de Campo Mourão

S729a Sousa, Leonardo Carvalho de
Um assunto meio forte: os sentidos da política para jovens universitários. / Leonardo Carvalho de Souza. -- Campo Mourão, PR : UNESPAR, 2019.
117 f. : il. ; color.

Orientadora: Dra. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro
Co-orientador: Dr. Frank Antonio Mezzomo
Dissertação (mestrado) – UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), 2019.
Área de Concentração: Sociedade e Desenvolvimento.

1. Política. 2. Jovem Universitário. 3. Sociedade Contemporânea. I. Pátaro, Cristina Satiê de Oliveira (orient). II. Mezzomo, Frank Antonio (co-orient.). III. Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão, PR. IV. UNESPAR. V. Título.

CDD 21.ed. 320.81
323.353

LEONARDO CARVALHO DE SOUZA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro (Orientadora) – UNESPAR/ Campo Mourão



Prof. Dr. Frank Antonio Mezzomo (Co-Orientador) - UNESPAR/ Campo Mourão



Prof. Dr. Fred Maciel – UNESPAR/ Campo Mourão



Prof. Dr^a. Maria Carla Corrochano – UFSCar/ Sorocaba

Data de Aprovação

15/03/2019

Campo Mourão – PR

“As revistas, as revoltas, as conquistas da
juventude

São heranças, são motivos pras mudanças de
atitude

Os discos, as danças, os riscos da juventude

A cara limpa, a roupa suja, esperando que o
tempo mude”

(Humberto Gessinger)

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa aos trabalhadores e trabalhadoras que produzem toda a riqueza e possibilitam a produção da ciência. E aos cientistas de todas as áreas, que se engajam em pensar e transformar o mundo.

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que passaram pelo meu caminho e de alguma forma contribuíram comigo, seja para inspirar, aprender ou sentir.

À minha Orientadora Cristina Satiê de Oliveira Pátaro e ao meu Co-orientador Frank Antonio Mezzomo, pelo voto de confiança, desde a banca de seleção até o final dessa etapa. Obrigado pela ternura e engajamento com os quais vocês se dedicam às orientações e ao desenvolvimento das pesquisas. Aprendi muito com a seriedade, dedicação e exigência com as quais vocês conduzem os trabalhos.

Ao grupo de pesquisa Cultura e Relações de Poder, a cada estudante do mestrado e da iniciação científica, especialmente à Crislaine Lima, que auxiliou muito nos processos de organização e trato dos dados. Um agradecimento especial também às colegas Laiza Suelen Barroso Campos e Ada Otoni Ferreira Fontanella, com as quais eu discuti bastante sobre a temática da juventude e suas interfaces com a política e com a religião. E aos amigos Daiana Nunes e Lucas Alves, com os quais compartilhei muitas angústias e aprendizagens no decorrer da realização dos estudos.

À CAPES, pela bolsa que permitiu a minha dedicação integral ao mestrado, durante o primeiro ano da pesquisa.

À banca de qualificação e defesa, Maria Carla Corrochano, Leonardo Lemos de Souza e ao Fred Maciel, integrante da banca de defesa, obrigado pelas imensas contribuições tanto à pesquisa, ao apreciarem os detalhes e ao zelo pela minha formação enquanto pesquisador.

Aos jovens participantes da pesquisa, que mesmo entre muitas atividades acadêmicas foram muito solícitos e gentis e concederam um tempo para responderem questionários e serem entrevistados.

A todos os funcionários da Unespar e à secretaria do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), que com gentileza atenderam a solicitações, responderam questões e facilitaram cada procedimento, muito orgulho de ter sido estudante nessa instituição e programa de Pós-Graduação.

Um muito obrigado à minha namorada, Fabricia de Carvalho Paixão, por todo amor, apoio e compreensão, à minha família, especialmente à minha mãe Tereza, meu pai Claudiney, pelos ensinamentos, incentivos e exemplos, e aos meus irmãos Lucas e Rafael, que muito me apoiaram e ajudaram nessa caminhada.

A todos os meus professores, que desde a educação básica sempre foram tão engajados com a formação dos estudantes. Um muito obrigado aos professores dos colegiados do curso de Pedagogia da Unespar e do colegiado de Serviço Social da Faculdade Unicampo, vocês fazem parte da minha trajetória.

E também àqueles que mesmo de longe sempre torceram e me desejaram coisas boas.

Muito Obrigado, gente!

RESUMO

SOUZA, Leonardo Carvalho de. “**Um assunto meio forte**”: os sentidos da política para jovens universitários. 117 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2019.

A partir de uma perspectiva interdisciplinar e de discussões situadas no âmbito da teoria da complexidade, buscamos, com essa pesquisa, analisar como a formação universitária pode vir a influenciar na forma como os jovens universitários do estado do Paraná compreendem e atribuem sentido à política. Em uma primeira etapa, participaram da pesquisa 152 jovens universitários, estudantes de cursos de Licenciatura em História e Pedagogia de 5 câmpus da Universidade Estadual do Paraná, que responderam a um questionário online contemplando o perfil socioeconômico e temáticas relacionadas à política, à religião, às vivências juvenis e à trajetória universitária. Em uma segunda etapa de coleta de dados, foram realizadas entrevistas com um total de 18 estudantes, sendo 2 participantes de cada curso/câmpus, em vista de aprofundar a análise, em especial quanto às compreensões e sentidos que a política adquire para esses jovens. A pesquisa foi desenvolvida em um período de efervescência política, econômica e social do Brasil, marcado por movimentos como os que envolveram o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e, em âmbito estadual, as greves dos servidores no estado do Paraná em 2015 e 2016, além do movimento de ocupação de escolas e das universidades pelos jovens, entre outros. A partir da análise dos dados, destacamos, dentre os resultados, os posicionamentos dos jovens que sugerem que a formação universitária é responsável por mudanças nas compreensões políticas, sendo que os estudantes também parecem recusar e reprovar, em sua maioria, os políticos, o governo e outras instituições formais de participação. Em contraposição, depositam alto grau de confiança na universidade e, ainda, com menor intensidade, na democracia. Quanto às compreensões e sentidos relacionados à política, verificamos uma multiplicidade de entendimentos, dentre os quais destacamos 4 eixos: 1. A política enquanto meio de organização social, que implica na vida e no cotidiano das pessoas. 2. A política enquanto sistema corruptível e sem salvação, acompanhado de conotação partidária, utilizada para a satisfação de interesses próprios e voltados para conquistas particulares, esse é na maioria dos casos negativo. 3. A política enquanto meio de transformação das relações sociais, algo em movimento e com amplo caráter de ação e que perpassa a educação e formação das pessoas. 4. A política enquanto algo que pode se fazer de várias formas, por meio de mídias sociais, TV, rádio e outras. Os sentidos atribuídos à política ajudam a entender alguns motivos da desinstitucionalização e da busca por outros horizontes para a atuação juvenil na sociedade contemporânea, estes que estão por sua vez mais evidentes em escala micro e em ações mais cotidianas dos jovens.

Palavras-chave: Jovens. Universidade. Sentidos da Política.

ABSTRACT

SOUZA, Leonardo Carvalho de. “**A very strong subject**”: the meanings of politics for university students. 117 f. Dissertation. Interdisciplinary Postgraduation Program Society and Development. State University of Paraná, Campo Mourão Câmpus. Campo Mourão, 2019.

From an interdisciplinary perspective and from discussions within the scope of complexity theory, we seek, through this research, to analyze how university education can influence the way young university students in the state of Paraná understand and give meaning to politics. In a first stage, 152 university students, undergraduate students in History and Pedagogy of 5 campuses of the State University of Paraná, participated in a survey, answering an online questionnaire contemplating the socioeconomic profile and topics related to politics, religion, youth experiences and to the university trajectory. In a second stage of data collection, interviews were conducted with a total of 18 students, two participants from each course/campus, in order to deepen the analysis, especially regarding the understandings and meanings that the policy acquires for these young people. The research was developed in a period of political, economic and social effervescence in Brazil, marked by movements such as those involving the impeachment of Dilma Rousseff in 2016 and, at the state level, the strikes of the servants in the state of Paraná in 2015 and 2016, in addition to the movement of occupation of schools and universities by young people, among others. From the data analysis, we highlight, among the results, the positions of the young people who suggest that the university formation is responsible for changes in the political understandings, and the students also seem to refuse and reprove, for the most part, the politicians, the government and other formal institutions of participation. In contrast, they place a high degree of confidence in the university and, even less, in democracy. As for the understandings and meanings related to politics, we find a multiplicity of understandings, among which we highlight four axes: 1. Politics as a means of social organization, which implies the daily life of people. 2. Politics as a corruptible and unsaved system, accompanied by party connotations, used for the satisfaction of self-interests and aimed at particular conquests, is in most cases negative. 3. Politics as a means of transforming social relations, something in movement and with a broad character of action that permeates education and training people. 4. Politics as something that can be done in various ways, through social media, TV, radio and others. The meanings attributed to politics help to understand some reasons for deinstitutionalization and the search for other horizons for youth work in contemporary society, these are in turn more evident in micro-scale and in more daily actions of young people.

Keywords: Young people. University. Meanings of Politics.

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO 1: JUVENTUDE, FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA E POLÍTICA | 16 |
| 1.1 Ensino Superior, formação universitária e juventude | 17 |
| 1.2 Juventude e política | 27 |
| CAPÍTULO 2: A CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA INTERDISCIPLINAR COM JOVENS UNIVERSITÁRIOS | 41 |
| 2.1 Pesquisa interdisciplinar e a juventude | 41 |
| 2.2 Política e formas de participação: marcadores espaço-temporais e as compreensões dos jovens universitários | 53 |
| CAPÍTULO 3: “COM A UNIVERSIDADE O INTERESSE FLORESCEU”: JUVENTUDE(S), FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA E POLÍTICA | 69 |
| 3.1 Política, organização e sociedade: “A política influencia em tudo”..... | 69 |
| 3.2 Democracia, corrupção e os partidos políticos: “Eu não sou nem PT, nem do PSB, nem do PSDB, nem do PQP | 75 |
| 3.3 Educação, sociedade e transformação: “a política me move” | 82 |
| 3.4 As várias formas de fazer política, o destaque das mídias sociais e o conflito de discursividades: “nesse caso entra o <i>Facebook</i> ” | 86 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 92 |
| REFERÊNCIAS | 97 |
| APÊNDICE | 108 |
| Apêndice I - Questionário aplicado aos jovens dos 3º anos dos cursos de licenciatura da área de Ciências Humanas da Unespar | 108 |
| Apêndice II: - Roteiro das entrevistas | 116 |

INTRODUÇÃO

A participação política da juventude¹ no Brasil tem se destacado amplamente na última década, a partir de movimentos como as Jornadas de Junho de 2013 ou as ocupações das escolas e universidades, e pode ser também percebida em micro fenômenos como, por exemplo, no acompanhamento das sessões em câmaras municipais, na promoção de cursinhos pré-vestibular para jovens carentes, na votação em eleições, entre outros espaços e grupos nem sempre tão visibilizados. Entendemos que as formas de participação juvenil são diversas, o que nos leva a atentar para suas múltiplas expressões e manifestações na atualidade. Há que se destacar, também, que a juventude brasileira contemporânea é a primeira geração a nascer e crescer num regime democrático, em que se desenvolveram diversos mecanismos, instituições e espaços de participação, como conselhos, conferências e outros nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Certamente, esses elementos permitem afirmar que há um compartilhamento de experiências afins e/ou vivências políticas coletivas dessa geração e ajudam a compreender as mudanças nas formas de compreensão e participação dos jovens a respeito da política.

É pertinente ressaltar, ainda, a heterogeneidade e multiplicidade dos grupos juvenis que têm se destacado pela participação política², os quais não se restringem apenas ao espectro de esquerda, como já se notou em outros movimentos de rua. Com efeito, o que temos percebido é uma crescente onda conservadora no Brasil, da qual os jovens têm assumido protagonismo, como se nota por meio de organizações como MBL, Vem pra Rua, Cansei, Revoltados Online, e outros que levantam pautas como a volta de uma Ditadura Civil-Militar, a diminuição da intervenção do Estado, a redução da maioria penal, o fim das cotas raciais em universidades e concursos públicos, a proibição do aborto e o encolhimento de outros direitos voltados para grupos minoritários. Ademais, o fim da corrupção também

¹ Tomamos aqui a juventude como temática e categoria de análise, cientes de que são reconhecidos como jovens os sujeitos com idades entre 15 e 29 anos de acordo com o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2014). No entanto, o recorte etário não pode ser o único usado para pensar a juventude, dada a multiplicidade de aspectos que influenciam e até definem a trajetória dos jovens como o trabalho, a educação, a formação da família e os contextos econômicos, políticos, culturais e sociais (SAINTOUT, 2009; MAYORGA, 2013).

² “Participação política é geralmente usada para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além. É fácil de ver que um tal uso da expressão reflete praxes, orientações e processos típicos das democracias ocidentais” (BOBBIO, 1999).

aparece presente nas pautas desses grupos e são enfaticamente marcados por uma conotação antipartido e antipetismo (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015; TATAGIBA, 2018).

Nesse sentido, parece sugestivo pensarmos que as formas de fazer política e de compreender a política no Brasil atual já não são as mesmas de décadas anteriores, e que os jovens trazem novos sentidos a esta dimensão, quando consideram, por exemplo, os espaços virtuais – tais como os das mídias sociais (*Facebook, Twitter, WahtsApp* e outras) – como possíveis meios de se fazer política, nas relações com a família, entre outras. Cabe, então, perguntarmos: os jovens têm elaborado novos sentidos para a política? Se sim, que sentidos são esses? Os jovens, em especial os universitários, são mesmo os “sujeitos da mudança”? Como têm se organizado nesse sentido? Quais são os comportamentos, as atuações decorrentes dos sentidos atribuídos à política? Como podemos analisar esses sentidos e suas dinâmicas? É possível estabelecer pontos em comum sobre esses sentidos de política trazidos pelos jovens?

Essas são algumas perguntas que orientam, de certa forma, a realização de nossa pesquisa, que parte da problemática de que o processo político presente mostra-se dinâmico e comporta a coexistência de novos modos de se perceber, entender, atribuir sentido e fazer a política. Como veremos, tais compreensões juvenis parecem, em alguns casos, secundarizar, mas não abandonar, os modos mais tradicionais, pautados nas vias institucionalizadas, como sindicatos e partidos, que, embora menos acionados pelos jovens, também aparecem e são, por vezes, ressignificados por eles. O que nos parece, portanto, é que a atuação juvenil tem expressado novas vozes e tons que carecem de ser interpretados, a fim de compreendermos como as identidades juvenis se movimentam nesse contexto.

É a partir desta perspectiva que temos por objetivo, com nossa pesquisa, analisar as compreensões e os sentidos atribuídos à política por jovens universitários dos cursos de Pedagogia e História da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), com a intenção de entender como o processo de formação universitária pode modificar e influenciar as identidades desses sujeitos, em especial em relação às suas posições, entendimentos e modos de participação relacionados à dimensão política. Para tanto, fazemos uso de dois instrumentos aplicados junto aos estudantes, sendo um questionário online respondido por 152 jovens, dos quais 18 foram selecionados para a realização de entrevista semiestruturada.

Temos como base a perspectiva da interdisciplinaridade e a teoria da complexidade, pelas quais intentamos compreender nossos sujeitos de pesquisa, de modo a considerar a multidimensionalidade que permeia a formação, suas concepções e a construção de suas identidades. Partir dessa abordagem teórica para entender a juventude pode vir a colaborar

com estudos de diferentes áreas como a Sociologia, Antropologia, Psicologia e Educação, que também tomam os jovens como sujeitos de pesquisas. Buscamos, também, compreender os entendimentos dos universitários em articulação com eventos que marcam o contexto político, econômico e social brasileiro nos últimos anos, como os movimentos em torno do impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, as greves dos servidores no estado do Paraná em 2015 e 2016, as ocupações de escolas e universidades, os escândalos de corrupção de representantes e mal uso das verbas públicas, entre outros.

Um dos fatores que delinea o enfoque da investigação é a vinculação à linha de pesquisa “Formação humana, processos socioculturais e instituições”, do Programa de Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD). Interessa-nos, assim, apreender aspectos concernentes à relação da juventude com o processo formativo na universidade, e de que modo essa instituição modifica, mantém ou influencia aspectos da constituição identitária dos jovens universitários.

Este estudo está ainda vinculado a investigação mais ampla conduzida pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder da Unespar, que conta com a participação de outros estudantes do mestrado (PPGSeD) e de iniciação científica do Câmpus de Campo Mourão³. No âmbito do grupo de pesquisa, temos trabalhado na perspectiva interdisciplinar como meio de realizar pesquisas sobre as temáticas da juventude, política, religião e suas relações com as instituições e estruturas de poder da contemporaneidade.

Com vistas a demarcar o lugar de fala do pesquisador, abro esse trecho para falar em primeira pessoa, e tentar deixar registrado de onde vêm alguns traços que conduzem um pouco (ou muito) as escolhas, os recortes, a forma de escrever e pensar presentes na pesquisa. Sou graduado em Pedagogia pela Unespar e em Serviço Social pela faculdade Unicampo, jovem de 24 anos, participo de grupos de estudo e participei do movimento estudantil da Unespar enquanto licenciando. Atualmente sou servidor público municipal e atuo como Orientador Social, no Centro da Juventude de Campo Mourão – PR, no qual tenho a função, junto aos técnicos (Pedagogos, Psicólogos e Assistentes Sociais), de planejar e conduzir discussões de temas transversais junto a crianças, jovens e idosos, que são participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), bem como de auxiliar no atendimento e acompanhamento às famílias.

Acompanhei de perto e atuei nos movimentos das greves dos servidores do Paraná, em 2015, bem como na ocupação do câmpus, em 2016, quando pudemos estabelecer diálogos

³ Trata-se da investigação intitulada “Identidades juvenis, religião e política: jovens universitários de cursos de licenciatura”, coordenada pela Professora Cristina Satiê de Oliveira Pátaro, que conta com apoio do CNPq.

com as ocupações secundaristas e com outros movimentos sociais consonantes às pautas e que eram/são contrários aos retrocessos e autoritarismo com os quais os governos federal e estadual trataram os estudantes, professores, servidores, e a população como um todo, com medidas como a PEC 55, de congelamento dos investimentos, a Reforma do Ensino Médio, e, no âmbito estadual, os cortes de verba para a educação, a utilização de fundos do Paraná Previdência, as tentativas de alteração do plano de carreira dos servidores e futuros servidores do Paraná. Milito pela democratização do Ensino Superior, pelos direitos dos jovens e das camadas populares, tão oprimidas seja pela violência física, econômica, simbólica e outras, que, por vezes, são operadas de forma sutil nas pontas de canetas dos governantes, políticos e outros grupos que atuam no sentido de legitimar e reproduzir as desigualdades postas.

Convém também, apresentar a estrutura de nosso texto, que está organizado da seguinte maneira: no primeiro capítulo, trazemos discussões acerca da universidade e as relações de interesse que circundam essa instituição. Discutimos sobre algumas diferenças que caracterizam as instituições públicas e privadas, sobre desigualdades que permeiam esses níveis de ensino e a sociedade brasileira. Nesse movimento, ao buscarmos justificar nosso enfoque nos jovens universitários, indicamos como a universidade, quando estruturada a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, pode ser mais incisiva na formação, esta que, como entende Foracchi (1977, p. 98), possibilita ao estudante a elaboração de “discernimento crítico da própria condição”. Assim, mostramos como a vivência universitária e estudantil passam a ser diferenciadores na perspectiva dos jovens universitários, debatemos a respeito da legitimidade do conhecimento científico e apresentamos discussões de autores que nos permitem relativizar a suposta objetividade e eficácia absolutizantes, que alguns autores tanto buscam atribuir à ciência.

Ainda no primeiro capítulo, apresentamos algumas contribuições dos estudos sobre a juventude, nas quais buscamos evidenciar que se trata de uma temática com diferentes enfoques, e que não se limita a ela mesma. Deste modo, entendemos que analisar as culturas juvenis pode propiciar compreensões acerca desse grupo e da sociedade como um todo. Na sequência, em vista de nosso recorte, tratamos da relação entre juventude e política, na intenção de situar a atuação juvenil de modo articulado a outros elementos da sociedade e do contexto, e buscamos discutir, ao mesmo tempo, algumas compreensões acerca da política, especialmente as trazidas por Maar (2000), Bourdieu (2011) e Arendt (2002), por meio das quais procuramos elementos para compreender e analisar nossa empiria nos capítulos seguintes.

No segundo capítulo, apresentamos brevemente o processo de construção de nossa investigação, amparada em pressupostos da interdisciplinaridade e da teoria da complexidade, que oferecem subsídios para pensar as estratégias de produção dos dados. Descrevemos as etapas metodológicas, os instrumentos utilizados e um breve perfil acerca dos participantes, tendo sempre presente o contexto político, social e econômico do país e do estado do Paraná, que estiveram articulados a todo o período de realização da pesquisa. Trazemos, ainda, um panorama de como os jovens da pesquisa se relacionam com a formação universitária, tecemos algumas considerações acerca do perfil e das compreensões dos sujeitos, com base em outros trabalhos que enfatizam a dimensão política da juventude.

No terceiro capítulo, analisamos os dados coletados por meio das entrevistas, ao passo, que sistematizamos as compreensões e sentidos atribuídos à política pelos jovens universitários. Neste movimento, construímos nossa análise em quatro eixos, conforme segue: o primeiro eixo destaca um sentido que entende a política como meio de organização social da vida; no segundo, a política é vista como um sistema corruptível, negativo e perverso, especialmente em sua conotação partidária, que tem sido usado, na compreensão dos jovens, para benefícios dos próprios políticos; no terceiro eixo, a política é entendida enquanto meio de transformação de relações sociais, algo coletivo e que precisa perpassar a educação para se realizar; por fim, o quarto eixo atribui uma certa amplitude à política, entendendo-a como algo múltiplo e que pode se efetivar de diferentes modos, especialmente por meio de mídias digitais, TV, rádio, etc. Todo o trabalho de analisar esses sentidos é fundante para perceber o que se decorre deles. Quais comportamentos, condutas e discursividades são implicadas a partir desses sentidos? Essa pergunta orienta nossas análises nesse capítulo.

Enfatizamos que os eixos não fragmentam os sujeitos em grupos, e ainda que compreensões de uma mesma pessoa podem estar presentes em diferentes eixos, articulando-se entre si, fato que ratifica a multidimensionalidade dos sujeitos e suas compreensões, a qual, por meio da realização da pesquisa, deixou evidente a pertinência de ser considerada ao investigarmos os jovens universitários, especialmente se a intenção é captar como eles representam os sentidos da política – que pode, como veremos, ser algo amplo, multifacetado, descontínuo, dialético e contraditório, tudo isso ao mesmo tempo. Se, por um lado, não há homogeneidade no pensamento dos jovens universitários investigados, por outro, é possível identificarmos alguns elementos em comum que sugerem novas percepções, relações e formas de participação no mundo da política.

CAPÍTULO 1

JUVENTUDE, FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA E POLÍTICA

Neste capítulo, nosso objetivo é apresentar a relevância e contribuição de pesquisas sobre jovens universitários e juventude, de modo que busquemos discutir alguns pressupostos sobre a formação universitária e a relação entre juventude e política. Ainda, e a fim de entender a complexidade de nossa investigação, apresentamos aspectos históricos e contextuais sobre o Ensino Superior brasileiro, bem como algumas mudanças ocorridas nesse âmbito nas últimas décadas.

Dado o nosso objetivo com este capítulo, procuramos compreender a particularidade da universidade, com enfoque para os aspectos que a formação universitária pode propiciar aos estudantes. Ademais, tratamos sobre juventude enquanto uma categoria sociológica que contribui para estudar um grupo com particularidades que vão além da especificidade etária, também influenciado pelos contextos econômicos, culturais, sociais e políticos que cada sujeito jovem vivencia. Abordamos, ainda, alguns elementos na análise da relação entre juventude e política, a partir do reconhecimento da multidimensionalidade juvenil, que possibilita pensarmos sobre aspectos sociais e políticos como as desigualdades, a educação, as políticas públicas, as formas de organização dos sujeitos, etc.

A respeito da participação juvenil, vemos que esta tem ocorrido com menor intensidade nas instituições mais tradicionais como partidos, sindicatos, tendo havido maior enlace dos jovens com outros meios e formas de pensar e fazer política. Ademais, algumas categorias têm se mostrado carentes de atuação de significado para servirem como explicativas dos novos contextos. Algo já pensado por autores como Bobbio (2011), por exemplo, ao revisitar as categorias de direita e esquerda a fim de marcar as contribuições e limitações das mesmas para a realização de distinções entre essas orientações políticas, mas que são indispensáveis, no entanto não são absolutas e ainda é possível dizer que entre direita e esquerda existem muitas posições. Outros autores como Almeida (2017) fazem distinções entre as dimensões política, moral e econômica a fim de mostrar que os sujeitos podem, inclusive, a depender dessas dimensões transitar entre pautas progressistas e conservadoras, então cabe a nós identificarmos seja na empiria ou em outros estudos modos de explicar esses processos de ressignificação de sentidos da política e seus rebatimentos na ação dos sujeitos. Buscamos por isso, trazer algumas análises feitas por outros autores e no processo da pesquisa fazer aproximações com as compreensões identificadas em nosso estudo.

1.1 Ensino Superior, formação universitária e juventude

Entendemos que a universidade – especialmente a universidade pública – constitui-se como lócus de construção do discurso racionalizado, legitimado e autorizado pela ciência. Conforme Vasconcelos (2016), a instituição pública de Ensino Superior conta com espaços e meios formativos de ensino, pesquisa e extensão voltados para os estudantes, enquanto que instituições privadas estão, na maioria das vezes, enfocadas na formação profissional.

Ao pesquisarmos sobre formação universitária, interessa-nos o conceito de campo, em especial de campo científico de Bourdieu, o qual é compreendido como um espaço de jogo e luta, que se configura no contexto de relações objetivas obtidas com base em lutas anteriores. Neste movimento,

O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1983, p. 122).

Esta categoria permite analisarmos que estar e participar de relações estabelecidas na universidade pode possibilitar a aquisição de outras práticas, comportamentos e perspectivas por parte dos estudantes, que passam a buscar maior legitimidade em suas interpretações e compreensões. Isso tudo é potencializado ao considerar que a razão – que sustenta a própria lógica do conhecimento científico trabalhado na Universidade – apresenta-se como o aspecto hegemônico da modernidade⁴, em detrimento de outras formas de conhecimento como o religioso, o senso comum e a filosofia (SANTOS, 2008; MORIN, 2005).

A diferença dos jovens universitários em relação aos demais pode ser fundamentada na ideia de Freire-Maia (2007, p. 15), o qual entende que a “ciência acrescenta critério metodológico, rigor e maior capacidade preditiva ao conhecimento vulgar, ainda que este, de modo trivial e assistemático, também descubra fatos, formule explicações e desenvolva

⁴ Pontuamos que não estamos de acordo com a visão da ciência moderna segundo a qual o conhecimento racional e científico é o único, verdadeiro e completo, em vista de resolver todas as problemáticas da humanidade. A este respeito, e por meio de um estilo literário, Alves (1999) evidencia aspectos que a ciência deixa escapar, por ser assentada em uma produção pautada em regras, das quais outras formas de conhecimento, como as artes e a literatura, são livres para ir especular. Neste sentido, consideramos a processualidade e o conhecimento produzido pela ciência, e entendemos que este está em construção, passa por transformações, é permeado pela cultura, assim como por erros e incertezas, e não é isento de relações de poder e interesses econômicos e políticos. Estamos, ainda, de acordo com a ideia de que o conhecimento deve servir à melhoria das condições humanas e, para tanto, sua elaboração deve ser perpassada por constante reflexividade (SANTOS, 2008; MORIN, 2005).

teorias”. Isso nos permite, portanto, demarcar uma diferença do conhecimento científico característico nas universidades, em relação a outras formas de elaboração do conhecimento.

No entanto, ressaltamos que essas características da formação em nível superior não devem ser tidas como gerais, pois é a integração entre ensino, pesquisa e extensão que pode propiciar uma formação mais integral ao sujeito. E essa integração não tem sido o foco principal da maioria das instituições privadas, mesmo que haja exceções, sendo praticamente uma particularidade das instituições públicas – embora, muitas vezes, seja realizada com dificuldade, inclusive se considerarmos o momento atual, no qual as universidades públicas passam por um processo de cortes de verbas e desvalorização (MONFREDINI, 2016; SANTOS, 2011).

A formação universitária pode contemplar enfoques em múltiplas áreas que contribuem com uma formação mais ampla dos sujeitos, já que, em muitos casos, os estudantes chegam à universidade com compreensões e condutas influenciadas por construções culturais discriminatórias, conteúdos televisivos e, muitas vezes, pelos mecanismos de reprodução social das relações vigentes, o que coloca um desafio ao processo formativo que pretende o conhecimento crítico e reflexivo, e que se opõe à restrição da informação aos estereótipos socialmente construídos ao longo da história. Contudo, é válido destacar que a universidade conta com elementos que a instrumentaliza nesse processo, em que os estudantes têm acesso a uma cultura acadêmica que lhes permite a apropriação de conhecimentos produzidos por meio do desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão (CARRANO, 2009; MONFREDINI, 2016).

Ademais, além do trabalho com o conhecimento científico, a formação universitária deve perpassar outros tipos de conhecimento, como o artístico, filosófico, moral, reflexivo, profissional, entre outros, que possibilitem a identificação, compreensão e atuação dos sujeitos no sentido de repensar posturas e superar problemáticas, tais como as hierarquias autoritárias de poder, as desigualdades, a poluição ambiental, a violência, entre outros (FORACCHI, 1977; MORIN, 2005; BASTOS, 2008; MONFREDINI, 2016).

De todo modo, ressaltamos que a formação universitária, preferencialmente, não deve se restringir à formação profissional ou à busca por status e diplomas, mas permita aos sujeitos colocarem em pauta os problemas que afetam a sociedade e o desenvolvimento das condições de vida da humanidade:

a Universidade, ao desenvolver pesquisa, ensino e extensão, pode se constituir num espaço qualificado visando a formação de sujeitos capazes de constituírem a narrativa da própria vida, do tempo e do espaço em que

vivem. A realização desta possibilidade implica num amplo e complexo movimento de integrar alunos, professores pesquisadores, os governos, os movimentos sociais em relações democráticas, que propiciem experiências coletivas de autonomia e autodeterminação. Implica na criação de espaços que integrem os diferentes conhecimentos, saberes e afetos dos envolvidos. Tomada da perspectiva social mais ampla, implica o desafio de que os envolvidos se saibam sujeitos (MONFREDINI, 2016, p. 16).

Nesta direção, a integração da universidade aos demais setores da sociedade – como movimentos sociais, escolas e comunidade como um todo – pode servir como meio de auxiliar para que a formação dos universitários seja mais aproximada das demandas da sociedade, e que o ambiente universitário não seja algo separado da realidade social mais ampla. Desse modo, faz-se relevante que a universidade seja constantemente refletida e repensada, em um movimento semelhante às problematizações do próprio conhecimento produzido pela Ciência Moderna. A respeito deste último, autores como Roggero (2016) e Morin (2005) ressaltam que algumas promessas da ciência e da modernidade não se concretizaram em totalidade, e algumas delas geraram diversos problemas e catástrofes (bomba atômica, esgotamento de fontes naturais, medicalização, entre outros), por serem articuladas a ideias fragmentadas e desvinculadas das reflexões éticas acerca do uso do conhecimento por parte da humanidade. O que os autores sugerem é uma reflexividade acerca da produção do conhecimento, que sejam reconhecidas suas falhas e limitações, em vista de que não se defenda um conhecimento absoluto, mas que se ressalte seu caráter parcial, temporário e que explica alguns aspectos de uma realidade ampla e múltipla. Isto demanda se distanciar de um pensamento reducionista, disjuntivo e fragmentário e ter por horizonte um conhecimento integrado, interdisciplinar, além de reconhecer que os conhecimentos são inacabados, é a partir dessas orientações teórico-metodológicas que intentamos encaminhar nossas análises.

Entendemos ser relevante a reflexão acerca da formação universitária, uma vez que “várias gerações têm sido formadas para a memorização, para o disciplinamento dos sentidos, para o treinamento das habilidades requeridas em prol do cumprimento de tarefas no mundo do trabalho e não para a construção de conhecimento” (ROGGERO, 2016, p. 30). Assim, se pensarmos que os sujeitos formados também reproduzem parte daquela formação e dos conhecimentos a que tiveram acesso, ressaltamos que a produção do conhecimento, a formação e a própria universidade precisam passar por constante reflexividade e análise, para não se limitarem a modelos restritos e/ou mercadológicos.

Com vistas a problematizar a repercussão da perspectiva da modernidade na produção de conhecimento, Mayorga (2013, p. 346) argumenta que a “legitimidade do saber científico se construiu, em grande medida, por essa característica – é um saber que, através de um método apropriado, pode alcançar a verdade sobre a realidade, sem a interferência das experiências cotidianas, dos sentidos, dos saberes do senso comum”, sendo que esses últimos deveriam ser evitados. Essa compreensão, no entanto, contribui em grande medida à cisão entre sujeito e sociedade, porque algumas esferas da vida não são consideradas relevantes a esse modelo de fazer ciência. De modo complementar, Santos (2008) expõe que um novo paradigma de ciência reconhece outros âmbitos como relevantes para serem estudados, e que os cientistas tendem a reconhecer e assumir que o conhecimento nunca é totalmente objetivo, mas autobiográfico e auto-referenciável.

Diante do exposto, entendemos que a formação universitária apresenta particularidades que se constituem como elementos centrais para pensarmos a especificidade dos jovens universitários em relação a outros grupos – cuja compreensão se faz relevante diante do recorte metodológico de nossa pesquisa. Assim, consideramos a particularidade desse grupo de jovens, os quais vivenciam e aprendem novos conhecimentos no espaço da universidade e que se constitui, conforme lembra Penteadó (1998, p. 20), como uma instituição complexa marcada “por uma rede compartilhada de relações, intersubjetividades e conflitos”.

No Brasil, a Universidade não surge com finalidades de pesquisa, e esteve por anos restrita a um perfil selecionado de estudantes, geralmente de famílias com alto poder aquisitivo. Problema este que as políticas de acesso ao Ensino Superior propagadas até os anos 2000 não deram conta de resolver, especialmente no que refere às Universidades públicas, pois as formas de ingresso como os vestibulares são seletivos e privilegiam sujeitos que têm acesso a um processo de escolarização mais qualificado, tempo livre e/ou que puderam contratar melhores cursinhos preparatórios. Além disso, é válido ressaltar que alguns cursos universitários são integrais e em período diurno, fato que prejudica a permanência de estudantes trabalhadores (SOUZA, 2009; CARRANO, 2009).

Ao nos referirmos à histórica desigualdade de acesso ao Ensino Superior brasileiro, podemos dizer que, até o início dos anos 2000, eram poucos os grupos que tinham a oportunidade de ocupar um espaço que:

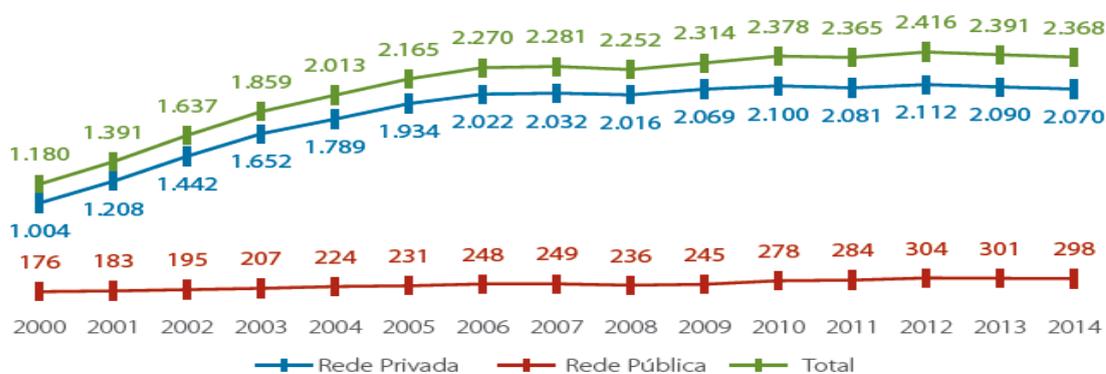
propiciaria ao aluno o contato com a ciência, a tecnologia, a filosofia e a arte, os movimentos estudantis, a prestação de serviços comunitários, introduzindo o jovem da elite de forma mais aprofundada na cultura

produzida ao longo da história, nos problemas do seu tempo e nas ações políticas, científicas e culturais demandadas por esses problemas (MONFREDINI, 2016, p. 10).

A partir dos anos 2000, houve relativa ampliação do acesso ao Ensino Superior, que pode ser identificada a partir do número de estudantes que, de 2000 a 2014, cresceu cerca de 141%, sendo que em 2014 havia em torno de 5,9 milhões de alunos em instituições privadas (75%) e 1,8 milhão de estudantes matriculados nas IES da rede pública (25%), num total de 7,8 milhões de matrículas. Podemos confirmar esse fato com os dados do Inep (2012), que mostram um crescimento de 1,5 milhão de matrículas em 1991, para 6,4 milhões em 2010, e 7,1 milhões em 2012. Isso se faz também visível nos dados do Semesp (2016), que evidenciam o aumento de 1.180 instituições de Ensino Superior no ano de 2000, para 2.368 em 2014. Cabe ressaltar, no entanto, que esse crescimento reflete, em grande medida, uma ampliação das instituições privadas que se intensificou no país nas últimas décadas, enquanto que as instituições públicas se desenvolvem vagarosamente por terem poucos investimentos (LIMA, 2007; 2015; SEMESP, 2016).

Acerca do número de instituições, houve grande expansão, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 1: Crescimento de Instituições de Ensino Superior no Brasil entre 2000 e 2014



Fonte: Semesp, 2016.

Tais dados, junto com as informações do Inep (2012), confirmam o desenvolvimento de um projeto privatista no Ensino Superior brasileiro, quando mostram que, em relação às instituições de Ensino Superior, apenas 13,0% eram públicas, 46,0% privadas sem fins lucrativos e 41,0% privadas com fins lucrativos. Entretanto, não se pode negar que há disputas de projetos societários entre aqueles que pretendem democratizar o Ensino Superior pela via

pública e aqueles que colocam a via privada, as parcerias entre público e o privado e outras propostas como direção política e econômica.

A esse respeito, são noticiadas, com frequência, as posições do Banco Mundial (BM) sobre a economia e gestão do Brasil, nas quais a Universidade pública e gratuita tem sido rechaçada, a exemplo, da notícia do jornal Estadão (21 de novembro de 2017) intitulada “Para economizar, governo deveria acabar com o Ensino Superior gratuito, aponta Banco Mundial”, em que são apresentadas as posições daqueles que coadunam com a ideia de que a cobrança de mensalidades nas universidades públicas seria um processo coerente para melhor gestão dos recursos públicos (FERNANDES; OTA, 2017). Ou ainda, outra nota publicada na imprensa paranaense, no Jornal Gazeta do Povo (05 de dezembro de 2017), com título: “Menos barulho, mais análise! Relatório do Banco Mundial mostrou que o Estado brasileiro não cumpre o seu papel de corrigir as distorções e injustiças para promover a redução da pobreza”, na qual também se teve por base o relatório⁵ encomendado pelo então ministro da fazenda Joaquim Levy aos especialistas do BM, em que um dos principais assuntos citados foi o Ensino Superior público brasileiro, apontado pelo relatório como um dos principais e mais elevados gastos da União (ALBERGONI, 2017).

Outra notícia publicada no Jornal Gazeta do Povo (29 de maio de 2017), cujo título era “Universidade pública, de qualidade e paga. Por que não?” (CATRO, 2017), embora não faça referência ao BM, acorda com suas orientações ao apresentar, por exemplo, posições de políticos e instituições que defendem a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, especialmente dos estudantes considerados “ricos”. Para eles, a cobrança de mensalidade favoreceria as universidades brasileiras na ampliação de seus recursos e, ainda, possibilitaria expandirem a capacidade de acesso ao Ensino Superior por parte dos mais pobres, estes que teriam bolsas de estudos. Argumentam, também, que países como Japão, Canadá, Estados Unidos e Inglaterra que cobram pelo Ensino Superior conseguiram maior acesso da população a esse nível de ensino, e, portanto, seriam bons modelos de inspiração ao Brasil.

Uma outra notícia também do Jornal Gazeta do Povo (8 de novembro de 2017), intitulada: “Pesquisa do MIT: universidade pública gratuita pode prejudicar alunos de baixa renda”, questiona a atitude do governo do Chile de rever a existência da cobrança de mensalidades nas universidades e voltar a oferecer cursos gratuitos com vistas a universalizar o Ensino Superior. Mais uma vez, apresenta-se a ideia de que o modelo de universidade pública e gratuita brasileira beneficia os ricos e prejudica os pobres. Em síntese, defendem

⁵ “Um ajuste justo: uma análise da eficiência e da equidade do gasto público no Brasil” (Banco Mundial, 2017).

que o modelo chileno que vigorou até 2016, em que se fazia a cobrança nas universidades públicas de mensalidades e no qual havia parcerias e programas voltados aos estudantes pobres, era mais eficiente e teria sido responsável por colocar o país entre os países da América Latina com o maior índice de graduados entre a população (AZEVEDO, 2017).

Na visão do BM, as universidades federais representam um gasto elevado de 0,7% do PIB, sendo que parte desse investimento seria desperdiçado, afinal o dinheiro não retorna aos cofres públicos, além de que os gastos com estudantes nas instituições privadas são de 2 a 5 vezes menores do que nas instituições públicas. O BM entende que o Ensino Superior deveria ser cobrado porque gera “altos retornos pessoais” aos estudantes das universidades, que poderiam pagar pelos estudos no futuro, por meio de financiamentos (BANCO MUNDIAL, 2017). Ademais, considera-se que, uma vez que grande parte dos estudantes das universidades federais pertence a grupos com alto poder aquisitivo, deveriam pagar pelo ensino depois de formados. Sugere, ainda, que uma política semelhante ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁶ seja adotada também pelas universidades públicas, voltada aos estudantes abastados, e um modelo semelhante ao Programa Universidade para Todos (PROUNI)⁷ seja criado voltado aos estudantes com menos recursos econômicos. Tais posições do BM, embora sejam corriqueiramente divulgadas e difundidas, não são novas, visto que, desde 1994, já haviam publicações com “sugestões” semelhantes para esse nível de ensino nos países da América Latina e Caribe, entre as quais identificamos as seguintes orientações:

- Fomentar à maior diferenciação das instituições, **incluindo o desenvolvimento de instituições privadas**
- Proporcionar incentivos para que as instituições públicas **diversifiquem as fontes de financiamento**, por exemplo, **a participação dos estudantes nos gastos** e a estreita vinculação entre financiamento fiscal e os resultados
- Redefinir a função do governo no ensino superior

⁶ O Fundo de Financiamento estudantil (FIES) foi instituído pela Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001, possibilita a concessão de financiamentos a estudantes de cursos superiores não gratuitos, que deve contar com uma avaliação do Ministério da Educação, tanto referente a disponibilidade de recursos quanto o reconhecimento do curso mediante o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que devem possuir conceito mínimo de 3 pontos. A destinação dos financiamentos deverá priorizar estudantes que não possuam curso de ensino superior e/ou que tenham iniciado um processo de financiamento e não o tenham quitado (BRASIL, 2001).

⁷ O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi instituído pela Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e possibilita a concessão de bolsas em IES privadas, de 25, 50 e 100% do valor a estudantes carentes, que possuam renda mensal per capita inferior a três salários mínimos, sendo as bolsas integrais concedidas apenas a estudantes que não possuam diploma de curso superior e renda inferior a 1 salário mínimo e meio. Como contrapartida às instituições de ensino superior são isentas de parte dos impostos, o que reduz a arrecadação do governo, assim como montantes de dinheiro que poderiam ser investidos nas IES públicas (BRASIL, 2005).

- Adotar políticas que estejam destinadas a outorgar prioridade aos objetivos da qualidade e da equidade (BM, 1994, p. 4, grifos nossos, tradução dos autores).

No entanto, como ressaltamos, há diferentes posições políticas acerca do Ensino Superior que remontam uma luta. A partir dos anos 2000, foram criadas algumas Universidades públicas⁸ que expressam resultados da atuação do grupo que pretende avançar pela via pública. É fato que a expansão do Ensino Superior e as políticas educacionais decorrentes desse período possibilitaram o acesso de novos perfis de estudantes a esse nível de ensino, o que coloca essas características como problemática para realização de pesquisas que ensejam o planejamento de políticas públicas estudantis voltadas para a permanência e elevação do nível de escolarização da população. A exemplo dessas políticas, destacamos o PROUNI e o FIES no setor privado. Houve, ainda, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)⁹ e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)¹⁰, a Lei de Cotas Raciais¹¹ no setor público, entre os quais, também podemos citar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Seleção Unificado (SISU), que passou a constituir o modo de ingressar nas universidades federais e que tem sido aderido por muitas universidades estaduais. Tais medidas contribuíram para o acesso de camadas populares ao Ensino Superior e à elevação da formação em nível

⁸ Universidade Federal do ABC (UFABC); Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (FUFCSA); Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Universidade Federal do Tocantins (UFT); Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB) Universidade Federal do Cariri (UFCA); Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA); Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB); Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA).

⁹ O sistema Universidade Aberta do Brasil foi criado por meio do decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, e visa a expansão e desenvolvimento da oferta de cursos de graduação e de capacitação na modalidade de Educação à Distância (EaD) especialmente em regiões interioranas, que precisam contar com pólos de apoio. A oferta de cursos dá-se mediante a parceria entre o Ministério da Educação e instituições de Ensino Superior públicas. A ênfase deve ser dada na formação continuada de professores e gestores que atuam em instituições públicas (BRASIL, 2006).

¹⁰ O Reuni tem como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, p. 1). Por meio do programa visa-se ainda reduzir a evasão, ampliar e melhorar a estrutura, os processos de ensino e a aprendizagem, diversificar as modalidades de formação, ampliar políticas de inclusão, entre outros (BRASIL, 2007).

¹¹ A Lei de Cotas, n. 12.711 de 2012 reserva 50% das vagas de cada curso das universidades públicas para estudantes que tenham cursado 100 % do Ensino Médio em escolas públicas. Dentre tais vagas, há outros critérios que consideram a renda *per capita* da família, que deve ser igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, e para definir as cotas raciais se considera o número de pretos, pardos e indígenas residentes em cada estado. A identificação desses grupos se dá por meio de autodeclaração, mas há, nas universidades, comissões para investigação de denúncias e fraudes, que implicam na perda da vaga ao estudante.

acadêmico da população brasileira, que esteve por tempos excluída desses espaços. No entanto, cabe ressaltar que, especialmente as iniciativas do PROUNI e a ampliação do FIES, são oriundas de bases ideológicas neoliberais – e por isso depositam seus esforços na via privada ou nas parcerias público privado (PPPs) como horizonte – o que nos permite dizer que tais programas são limitados como meios para a democratização do Ensino Superior (ZAGO, 2006; RODRIGUES, 2011; LIMA, 2007, 2015).

Nesse mesmo movimento, e tendo em vista os acontecimentos dos últimos anos no Brasil, o crescimento do Ensino Superior é afetado por uma crise, caracterizada por ações da União e dos estados que reduzem os investimentos em políticas públicas e sociais, das quais não se furtam as Universidades Públicas, que são colocadas em disputa desleal com o setor privado – o que contribui para a criação de um mercado universitário e retira, de certo modo, a função do Estado de ofertar o ensino em todos os níveis. Contudo, embora tenha havido políticas públicas com certo caráter progressista por parte do governo brasileiro em relação à Universidade, essas ações não parecem estar desvinculadas do movimento de mercadorização do Ensino Superior (SANTOS, 2011; RODRIGUES, 2011; CHAVES, 2012).

Na atualidade, ainda podemos afirmar que o processo de escolarização das crianças e jovens na Educação Básica do Brasil é marcado por altos índices de evasão, desistência e atraso. Esta realidade traz certamente repercussões ao Ensino Superior, além de contribuir para que parte dos jovens não tenha atingido escolarização suficiente na idade adequada para o ingresso na Universidade, ou mesmo, quando obtêm o acesso, apresente dificuldades para acompanhar a formação universitária (VASCONCELOS, 2016).

De todo modo, é fato que o perfil dos jovens que passaram a acessar o Ensino Superior é bastante diferente do que o era há algumas décadas. Neste sentido, cabe fazermos alguns destaques: a) há atualmente, mais mulheres do que homens¹²; b) brancos e amarelos têm mais acesso que pretos, pardos e indígenas; c) a renda é um diferenciador: 60% de jovens com renda domiciliar *per capita* superior a três salários mínimos acessam o Ensino Superior, enquanto que apenas 6,7% daqueles com renda *per capita* inferior a um salário mínimo cursaram ou estavam cursando o Ensino Superior no ano de 2010, mesmo que, de acordo com a renda, representem 58% dos jovens brasileiros (MEZZOMO; PÁTARO, 2015; IBGE, 2016; VASCONCELOS, 2016;).

¹² Os homicídios e a violência atingem, em maior parte, jovens do sexo masculino, negros e com idades entre 15 e 24 anos, o que contribui para esse dado (WAISELFSZ, 2016).

A respeito do perfil¹³ dos estudantes do curso de História espera-se, entre outros aspectos, um profissional crítico em relação às problemáticas da sociedade, propositivo em relação a essas e que contribua para a formação da consciência histórica da população, propiciar debates acerca da diversidade sociocultural e no enfrentamento as desigualdades e preconceitos (INEP, 2017). Ao se referir a formação do profissional de História, Cerri (2013, p. 179) coaduna com a ideia de que,

o curso de História deve formar seu estudante para atuar como mediador da sociedade em seu relacionamento com todas as representações do tempo, para o que precisa conhecer e ser capaz de manejar a produção de saberes e a crítica dos saberes produzidos, com capacidades técnicas para desenvolver essa função intelectual na escola e em todas as demais instituições e espaços sociais.

Se espera do profissional formado em Pedagogia, entre outras capacidades, a de ser comprometido com os problemas sociais, ter criticidade, que lhe permita, apoiado em saberes científicos, culturais e sociais contribuir ao desenvolvimento de uma sociedade justa (INEP, 2017). Ao tratar da formação dos pedagogos Libâneo (2010) argumenta que a educação se processa e meio a questões políticas e sociais, portanto, a compreensão política é pertinente a esses profissionais, porque as relações educativas são permeadas por intencionalidades políticas e econômicas que se vinculam a projetos de gestão e de políticas sociais. O autor defende que o compromisso desse profissional com o processo de apropriação de conhecimentos que permitam a projeção de um horizonte em que a liberdade política, a autonomia e a emancipação possam se dar num plano coletivo.

Até aqui, apresentamos elementos acerca da universidade, da formação universitária e de aspectos do Ensino Superior no Brasil, porque entendemos que a educação, como os demais campos da sociedade, é um espaço com conflitos, duelos, disputas de poder diante de uma pluralidade de perspectivas, visões de mundo, vontades, necessidades e intenções. Especificamente em relação aos jovens que têm a possibilidade de participar do Ensino Superior, Catani e Gilioli (2008, p. 75) destacam que “a vivência coletiva estudantil permite [...] uma cultura de mobilização política, social e de conscientização”. Assim, por estarem os

¹³ É relevante conferir os relatórios do Inep sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), pois apresentam aspectos detalhados sobre o perfil dos estudantes participantes, como raça, sexo, renda, aspectos familiares, escolaridade dos pais, trajetória de escolarização, hábitos de estudo, entre outras informações referentes ao exame, desse modo, é possibilitado pensar as particularidades de determinados cursos. A respeito do curso de Pedagogia e História conferir: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2017/Pedagogia_Licenciatura.pdf> e <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2017/Historia.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.

jovens universitários inseridos nesses espaços, eles se colocam a par de possibilidades para mudanças das formas de entendimentos, visões de mundo e das relações que estabelecem.

Consideramos, por fim, a relevância do espaço universitário na formação dos sujeitos, e tendo em vista que nossa pesquisa se volta para as compreensões políticas dos jovens que cursam o Ensino Superior, trazemos, a seguir, discussões a respeito da juventude e de estudos sobre a relação entre jovens e política.

1.2 Juventude e política

Conforme o IBGE (2016), considera-se jovem aquele com idade entre 15 e 29 anos, que representam no Brasil cerca de 23,7% da população. Desses, 11,8% são mulheres e 11,9% homens, que juntos abarcam cerca de 47,127 milhões de pessoas. Tais dados, junto com as diversas políticas públicas com foco nos jovens enquanto sujeito de direitos, que foram formuladas nas últimas duas décadas, e a ideia de que os problemas sociais podem ser percebidos e entendidos a partir da análise das vivências juvenis contribuem à justificativa de pesquisas com ênfase na especificidade dessa faixa etária. No entanto, entendemos ser insuficiente definir o conceito de juventude a partir de um único critério, como o etário, tampouco podemos compreender a juventude como única ou estática.

Corroboramos, assim, com a ideia de utilizarmos o termo juventude no plural (juventudes), como meio de expressar a pluralidade de contextos que permeiam a multidimensionalidade juvenil e as diferenças oriundas de aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais que incutem na formação das identidades juvenis, em cada período (FRAGA; LULIANELLI, 2003; DAYRELL, 2003; ABRAMO; FACCHINI, 2009). Ainda a este respeito, Cláudia Mayorga ressalta que a utilização do termo no plural deve servir também para indicar e denunciar desigualdades, e não apenas para reconhecer a diversidade juvenil (MAYORGA, 2017).

Ademais, os próprios jovens entendem a juventude como um período de formação das identidades e que vai muito além de mera transição à vida adulta. Assim, podemos dizer que há diversos entendimentos de juventude, sendo que alguns a compreendem como um período de transição à vida adulta, outros como um período de extravasamento de liberdade, contestação, enfrentamento de normas, proposição de novas condutas, entre outros. Desse modo, a compreensão acerca da juventude deve considerar aspectos sociais e culturais que possibilitam a caracterização desse grupo e as representações que se faz dele. Concordamos que a compreensão de que juventude é uma construção social que expressa uma condição a qual, por sua vez, pode ser representada de múltiplos modos nos diferentes períodos

históricos. Assim, entendemos que não há uma única expressão de cultura juvenil, mas “culturas juvenis”, muitas vezes contraditórias entre si, e que precisam, portanto, ser entendidas com base em parâmetros e modos de organização de determinada sociedade em que estão inseridas (DAYRELL, 2003; FRAGA; LULIANELLI, 2003, ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007; CATANI; GILIOLI, 2008; SAINTOUT, 2009; SCHERER; PERONDI; SILVA, 2014).

Em relação aos atuais estereótipos e representações que se faz da juventude, podemos dizer que elas são decorrentes de representações históricas e que se desdobram na atualidade. Por exemplo, a ideia feita sobre a geração “1968” recai sobre a juventude atualmente, no sentido em que passa a ser a representação do jovem como burlador de regras, contestador, podendo influenciar que todos sejam entendidos dessa mesma forma. A mídia também contribui para a reprodução de representações falseadas e parciais do jovem, quando o coloca como sujeito apático a questões sociais e políticas, sendo apenas aquele sujeito do consumo (CATANI; GILIOLI, 2008; MAYORGA, 2013).

Os estudos sobre a juventude não se restringem à compreensão exclusivamente desse grupo de sujeitos e de microfenômenos que os envolvem, mas permite-nos entender igualmente as relações sociais amplas de nossas localidades e grupos. Nesta direção, podemos identificar pesquisas que enfocam diferentes aspectos e relações da juventude como, por exemplo, criminalidade juvenil, juventude e trabalho, culturas juvenis, juventude e política, políticas públicas e juventude, jovens universitários, entre outros enfoques e perspectivas que intentam compreender o fenômeno da juventude e/ou fenômenos que se imbricam com a mesma (RIBEIRO; LOURENÇO, 2003; SPOSITO; CARRANO, 2003; ZAGO, 2006; BRANCO, 2008; CATANI; GILIOLI, 2008; CARLOS, 2011; CARRANO, 2012; MAYORGA, 2013; CASTRO, 2016a; LACERDA; GODINHO, 2014).

Com essa diversidade de enfoques, partimos de uma perspectiva de multidimensionalidade da juventude, de modo que não nos detemos em alguma especificidade ou nos estereótipos que não permitem vislumbrar a multiplicidade, a diversidade e as desigualdades que envolvem o mundo juvenil. Deve-se evitar entender a juventude a partir de polarizações/dicotomizações e compreensões unívocas, para que as pesquisas a partir dessa temática possibilitem identificar elementos que não se esgotam nela mesma, mas nos permitam conhecimentos para além dos sujeitos e grupos, que atinjam proporções referentes às relações de poder, desigualdades sociais e políticas entre outras.

Com base nessas discussões, ressaltamos que a juventude é, então, permeada por vasta diversidade, se consideramos a subjetivação e especificidade de cada sujeito. Ademais,

se olharmos para aspectos políticos, culturais, econômicos e sociais, tal diversidade passa a ser ainda maior, especialmente, se incluirmos na análise da juventude variantes como o acesso à educação, ao mercado de trabalho, ao consumo de bens, violência, formação da família, política e outras questões que se inter-relacionam com a juventude em suas múltiplas vivências e manifestações (CATANI; GILIOLI, 2008; SAINTOUT, 2009).

Assim, estudar a juventude é, ao mesmo tempo, estudar os movimentos, tendências e problemáticas presentes na sociedade. Lacerda e Godinho (2014, p. 36) ressaltam que “a juventude em seus agrupamentos ou tribos diferencia-se, a partir de ideários, estéticas e consumos culturais que estariam em estreita relação com o nível socioeconômico, o grau de escolaridade, a raça, a etnia, o gênero, entre outros marcadores identitários”. Nesse sentido, faz-se importante delinear esses elementos do perfil dos grupos de jovens que estudamos.

Ao se referir à juventude, Morin (1981, p. 147) argumenta que as gerações jovens estiveram atuantes em diversos movimentos revolucionários da França, pautaram a bandeira dos direitos civis e sociais. Para o autor, a cultura de massas comercializa imagens, valores, amores e contribui para intensa propagação da cultura juvenil em diferentes estilos, por meio de filmes, novelas, romances e outros. Portanto, nessa cultura, a juventude encontra um estilo estético-lúdico que se adapta ao individualismo e na aventura imaginária, mas que ao mesmo tempo integra e padroniza os grupos em determinados aspectos.

Em relação às discussões sobre como a diversidade contextual e social se articula às culturas juvenis, destaca-se a cultura de massas, que colaborou para que os modelos deixassem de estar na família e passassem a estar no cinema, na imprensa, nas mídias sociais, etc. Podemos atualmente citar os *youtubers* e blogueiros como propagadores de formas de ser, estar e pensar, afinal muitos deles são seguidos por milhares de jovens e crianças que acessam a internet cada vez mais cedo, em relação às gerações passadas. Isso contribui para colocar a juventude de modo também centralizado na sociedade e como um dos horizontes das pessoas que buscam o rejuvenescimento por meio de diferentes modos (MORIN, 1981; MARTUCCELLI, 2015). A centralização e hipervalorização da juventude como alusão da difusão da cultura de massas pode contribuir para chamar a atenção acerca das especificidades desse grupo social e, conseqüentemente, para a ampliação de discussões e debates que sirvam de instrumentos à promoção de políticas públicas voltadas à juventude.

Assim, os estudos sobre a juventude permitem identificar lógicas e dinâmicas da sociedade, sendo necessário a essas pesquisas uma compreensão não estática, única ou polarizada do ser e estar jovem. Nesse sentido, as representações juvenis, as formas de engajamento e participação dos jovens, bem como suas condições são temáticas que têm sido

bastante investigadas nas últimas décadas, com vistas a melhor compreender esse grupo social, suas dinâmicas e articulações aos diferentes aspectos da sociedade. A juventude vem também sendo alvo de uma série de políticas públicas no Brasil, em especial na última década, que visaram dar maior visibilidade a este grupo social e seu empoderamento na sociedade. No entanto, alguns autores alertam para o risco de que as políticas públicas voltadas aos jovens passem a tomá-los apenas como capital humano, abalizem investimentos com intenções restritas à promoção do desenvolvimento econômico de grupos e parcelas específicas da sociedade (MORIN, 1981; SPOSITO; CARRANO, 2003; CATANI; GILIOLI, 2008).

As políticas públicas promovidas no contexto do capitalismo enfocam a acumulação de capital e colaboram para criar situações de precariedade da população jovem. Há, por exemplo, poucos meios de acesso ao trabalho, educação, esporte, cultura e lazer destinados aos jovens especialmente na América Latina, cujos países – dentre os quais o Brasil – são, em grande parte, subordinados aos países de capitalismo central. Deste modo, podemos perceber que os direitos fundamentais ainda não foram conquistados e efetivados plenamente nos países latino-americanos, com destaque para o acesso à educação, especialmente ao Ensino Superior, nível de ensino cursado primordialmente por jovens, e que se constitui como espaço de inserção dos sujeitos em processo de formação. Tal contexto lista-se entre os motivos que levam a população e os jovens, em especial, a reivindicarem melhores condições nos espaços em que se inserem (FRAGA; LULIANELLI, 2003; AGUILERA, 2013).

No entanto, as formas de participação juvenil e de engajamento dos jovens não são naturais, mas estão condicionados de diferentes modos em cada época e contexto. Assim, os sujeitos jovens realizam diferentes ações, e constroem diversas formas de participação e enfrentamento diante das situações de injustiça, opressão ou desigualdades, de modo que não há uma única forma de fazer e participar da política. Ou, como registra Foracchi (1977), as forças juvenis se propagam com a associação a outras forças presentes nas sociedades, que nesse conjunto podem levar às transformações sociais.

Em relação à participação em coletivos, vemos que as formas de atuação coletiva contam, geralmente, com o estímulo de algum amigo ou pessoa próxima aos jovens que se engajam e passam a atuar não apenas individualmente. Os jovens se destacaram em vários períodos da história, em momentos de revoluções e transformações sociais, como agentes que atuaram à frente de reivindicações e novas pautas, no entanto o protagonismo de jovens em movimentos sociais, lutas políticas e outras formas não pode ser tomado como regra (MORIN, 1981; CATANI; GILIOLI, 2008; CASTRO, 2016a, 2016b; FARIA, 2017).

Neste sentido, destacamos uma vez mais que não podemos polarizar, logo essencializar a juventude como grupo que ora é transformador e ora é desinteressado ou apático por discussões e acontecimentos políticos e sociais. Num mesmo período e contexto, pode haver jovens que se interessam por questões políticas e problemas sociais, tanto com intenções de mudá-las ou perpetuá-las, e outros que o fazem com menos afinco e/ou são bastante desinteressados. Assim, nossa compreensão não deve pautar-se apenas em algumas das variadas formas de ser jovem, mas tentar interpretar as atuações e posicionamentos juvenis – por vezes contraditórios ou ambíguos – em diferentes contextos e culturas.

Assim, concordamos com Mayorga (2013), para quem a relação entre juventude e política tem sido tratada, em algumas pesquisas, como dicotômica, por entenderem que a juventude em alguns momentos é o grupo social que sugere as inovações, que participa e promove transformações e ora é um grupo marcado pelo individualismo, consumismo e apático à atuação política. A autora ressalta a necessidade de superação dessa dicotomia, e defende que juventude e política devem ser entendidas na processualidade e complexidade dessa relação, além de ampliar os exames com foco nas interações entre indivíduos e sociedade, o que possibilita apreender aspectos das esferas econômica, cultural, política e social (MAYORGA, 2013).

Vale destacar que, quando falamos de política¹⁴, é necessário fazermos algumas aproximações aos conceitos de alguns autores. Para tanto, não recorremos ao seu sentido primeiro, fundado na sociedade grega, que se referia à política como atividade do cidadão da polis, e das relações estabelecidas na Cidade-Estado, lócus em que também se constitui um entendimento de democracia. O que buscamos é trazer contribuições de autores contemporâneos que permitem compreender diferentes sentidos da política, e que servirão de base para a análise dos dados coletados junto aos jovens, movimento que será realizado no terceiro capítulo.

Coadunamos com a ideia de que analisar a história e os diferentes contextos é pertinente para entender as construções acerca dos sentidos da política e suas transformações em cada conjuntura e período. Os sentidos hoje atribuídos à política são frutos de longos processos históricos, que podem ser enfocados de diferentes formas. Assim, podemos dizer que a política recebe diferentes sentidos a depender de um conjunto de acontecimentos e relações sociais. Uma dessas compreensões entende a política como dimensão em que se engendram movimentos, que visam interferir nas realidades e na história a partir de embates,

¹⁴ Vale a pena conferir o dicionário de política para acompanhar o trajeto que essa categoria percorreu e alguns de seus usos principais (BOBBIO, et al., 1999).

lutas e conflitos que não se pode resolver de outros modos. Pode-se pensar a política, ainda, num sentido organizativo, como resultado da organização dos seres humanos em sociedade. Ao buscarmos exemplos presentes, podemos dizer que o voto, movimentos sociais, discursos, ações governamentais, são meios de interferir na política, mas existem algumas distinções como exporemos adiante (MAAR, 2000).

Ao mesmo tempo, podemos dizer que existe política quando as pessoas projetam formas de organização de suas vidas. O que se percebe é a existência de sentidos predominantes em cada período, mas o indicado é analisar essa categoria em suas mais diversas manifestações, sendo possível falar de políticas, já que, em um sentido geral, essa dimensão pode ser entendida como meio para atingir determinados fins ou como um instrumento para encaminhar determinados projetos, horizontes, utopias, etc. De modo complementar, a política pode ser um meio de transformações de objetos e também das formas de ler, interpretar e compreender o mundo.

Outro aspecto característico da política é de ser um campo aberto a modificações, reinterpretações e ressignificações, que dão um caráter de movimento, uma marca imprevisível, já que a qualquer momento pode haver mudanças, revoluções, pois a política possui também um caráter prático, especialmente em relação aos movimentos sociais, que são marcados pelo dinamismo – aspecto que, por vezes, não está presente na política institucionalizada (MAAR, 2000). A partir de tal característica – o dinamismo e indeterminação –, podemos compreender que o debate sobre a política preferencialmente não deve ser acabado, estático, pois depende de diferentes contextos e conjunturas, de mobilizações e organizações para ser compreendido.

Outro aspecto a se considerar referente à política é sua relação com o poder, sua capacidade de disciplinar e organizar as relações a partir de determinada visão de mundo. Inserido nessa discussão do poder, são feitas algumas distinções, por exemplo, entre poder político e poder civil, sendo o poder político aquele de quem ocupa o Estado e poder civil referente ao poder do povo. Essa compreensão ajuda a distinguir outras duas dimensões em relação à política, que são a institucional e a não-institucional. A primeira é caracterizada pelas regulamentações, leis e, especialmente, nos limites do Estado; já a segunda dimensão – a não-institucional – pode receber um sentido mais geral ao ser identificada no cotidiano, nas relações, na organização de diferentes instituições, como movimentos sociais, igrejas, família, etc., sendo ainda que as pautas que passam a existir nesses espaços não institucionais podem, a partir de lutas e disputas, passar a ser institucionais (MAAR, 2000; BOBBIO, 2011).

Esses diferentes sentidos atribuídos à política sugerem novas perspectivas de estudo, que não mais se pautem apenas na política institucional, referente aos partidos, aos Estados, mas que abrangem também os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil e fenômenos menos frequentes, como ocupação de escolas, universidades, formas de acesso às cidades entre outras (MAAR, 2000; BOBBIO, 2011; CASTRO, 2016b; CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018). A política não se refere e transforma apenas as relações objetivas, mas também as subjetivas, pois envolve formas de ler, entender e pensar, de modo que analisar a política ajuda a entender processos tais como: atuação dos governos, a inflação, políticas públicas, a lógica de preços, as privatizações, os impostos, a reforma da previdência, a reformulação da CLT, o motivo de corte de verbas destinadas a determinados fins como pesquisa e muitos outros.

Atualmente, parece haver um sentido bastante recorrente e difundido associado à política, que é de vê-la como algo negativo, que parece especialmente se referir à política partidária e à forma como a democracia tem se organizado (CATELLS, 2018). Tal perspectiva tem levado a questionamentos acerca das formas de participação da população nesse modelo representativo, em que a escolha dos representantes nas eleições tem sido o limite, ficando as escolhas sobre as políticas econômicas, de produção e de condução do país como um todo sem a participação efetiva do povo. Maar (2000) faz a defesa de uma atuação política em que a participação seja constante, e não limitada a uma atuação de quatro em quatro anos, somente por meio do voto. Além disso, defende uma constante análise dos valores e hierarquias propagados pela TV, o jornal e as demais mídias, ao reforçar que “a atividade política tem um papel libertário, uma função de expressão livre dos valores de uma ‘civilização’ obstruída ideologicamente pela dominação de certos interesses e das suas orientações políticas” (MAAR, 2000, p. 95). Coloca, assim, a liberdade como o horizonte da política.

Este aspecto também está presente nas análises de Arendt (2002), que investigou entre outras problemáticas, os sistemas totalitários do século XX, e entende que a política deve ser uma atividade perpassada pela pluralidade e diversidade de ideias, posições e juízos, sendo essa relação entre os homens que gera seu entendimento de política, como um espaço em que se pode exercer a liberdade. A autora deu atenção ao espaço público enquanto privilegiado, como dimensão do exercício da política, sendo o espaço privado secundário em suas análises. Em sua perspectiva, a marca principal da política deve ser a de assumir a reponsabilidade ética e transparente, sendo que é na convivência entre diferentes que a política assume sua

tarefa de criar um mundo transparente, em que a discussão livre de ideias e a responsabilização das ações assumem importância catedral.

A partir desse entendimento, os atuais debates travados no espaço público, isto é, os conflitos e embates que envolvem a política, não seriam em si prejudiciais, já que a combustão que deve existir em relação à “coisa política” precisa ser permeada pelo conflito de ideias, de visões, de perspectivas etc. Assim, se alguns evitam a política por entendê-la como causadora de conflitos, brigas e desentendimentos, para Arendt (2002), a política precisa ser justamente isso. Ao mesmo tempo, a autora problematiza os rebatimentos dos preconceitos em relação à política e como ela pode passar a ser secundarizada no cotidiano, pois se não existe essa combatividade é porque há alguma imposição e/ou instauração de regimes autoritários.

Já se lançarmos uma análise da política a partir de Bourdieu (2011), é possível pensarmos em um “campo político”, que o autor caracteriza como autônomo, possuindo suas próprias leis, regras e particularidades, sendo que há, ainda, para o funcionamento de cada campo, uma espécie de fechamento, que é mais intenso em determinados campos e menor em outros. No caso do “campo político”, esse fechamento é aparentemente menor, porque os políticos precisam, ao menos em cada eleição, prestar contas aos que não jogam o jogo com eles, isto é, prestar contas aos leigos, à população. Esse campo é marcado também por uma tendência de descaracterizar aqueles que não são seus pertencentes, em suas palavras:

Esse efeito observável é o resultado de um processo: quanto mais um espaço político se autonomiza, mais avança segundo sua lógica própria, mais tende a funcionar em conformidade com os interesses inerentes ao campo, mais cresce a separação com relação aos profanos (BOURDIEU, 2011, p. 199).

Ao explicar o “campo político”, Bourdieu (2011) marca que neste há uma disposição de concentração de capital político, que o autor define como “uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido” (BOURDIEU, 2011, p. 204). Essa espécie de capital é visceral aos políticos, que fazem uso de diferentes meios para adquiri-lo, como propagandas, TV, rádios, mídias e outros. É pertinente ainda registrar que o capital político se adquire por meio de outros capitais, como o econômico e o educacional, que propiciam propensões, aptidões e capacidades, as quais dão mais condições de acesso ao capital político para pequenos grupos, que podem também, com maior facilidade, concentrar tal capital.

Ao analisar o campo político, é prudente considerar que muitos dos processos ali existentes são oriundos e determinados nas relações entre os sujeitos que jogam e as posições que cada um ocupa. Segundo Bourdieu (2011, p. 206), o que “está em disputa no jogo político é o monopólio da capacidade de fazer ver e de fazer crer de uma maneira ou de outra”. Há, então, uma busca por convencer as pessoas e por acirrar a burocratização desse campo como forma de dificultar o direito de acesso de outros possíveis membros, o que resulta em uma disputa entre aqueles que querem ampliar e os que querem reduzir as fronteiras do campo político.

Dados esses pressupostos de algumas compreensões sobre o conceito de política, intentamos fornecer alguns aspectos que nos permitirão melhor compreender os elementos que analisaremos no terceiro capítulo de nossa pesquisa. Nesse movimento, visamos trazer sentidos mais gerais da política e como alguns autores a caracterizam, ao fazerem distinções, por exemplo, da política institucional e não-institucional, ao usarem o espaço público e a transparência como parâmetros, ou ao caracterizarem a política como um campo marcado por disputas desiguais de concentração, reprodução e monopólio do poder.

Entendemos, assim, que há diferentes formas de atuação juvenil que podem ser compreendidas como políticas, na medida em que questionam processos de dominação, conflitam, disputam e debatem intencionados em liberdade, emancipação, ocupação e construção de espaços e direitos. Isso nos permite enxergar possibilidades de participação política juvenil em atos simples, como a promoção de cursinhos solidários para jovens carentes; a transformação da aparência – utilização de *piercings*, tatuagens, etc. –, a música, expressões artísticas, formação de grupos de *hip-hop*, a prática do grafite, manifestações em mídias sociais, ocupação de determinados espaços das cidades, pelos sentidos atribuídos à arte urbana, entre outras formas por meio das quais pode-se denunciar e questionar problemas sociais. Ademais, é válido destacar que algumas dessas práticas objetivam a transformação pessoal/social ou a conscientização de outros sujeitos sobre algum tema – o que pode, assim, ser considerado como pertinente à dimensão política (BUENO; ZANELLA, 2015; CASTRO, 2016b).

Em relação às atuais tendências da participação juvenil, identifica-se que os jovens, de certo modo, buscam ressignificar modelos convencionais e institucionais, tais como nas escolas, universidades e mesmo em partidos políticos, sindicatos e outros que se mostrem organizados de modo hierarquizado e/ou autoritários, pois, na percepção destes sujeitos, tais estruturas acabam por dificultar a autonomia e a criatividade. Em relação aos diferentes modos de ativismo e participação juvenil – e principalmente se considerarmos essas formas

diferenciadas –, podemos dizer que muitas experiências são invisibilizadas, assimiladas como desqualificadas e deixadas em segundo plano, uma vez que fogem de uma institucionalização. Esses casos, muitas vezes, são desconsiderados pela sociedade, pela mídia e até por pesquisas que tematizam a participação política dos jovens, sendo encobertas e secundarizadas, tornando-se um desafio colocar tais experiências em destaque e evidência. Cabe ressaltar que, ao que parece, os jovens desejam dar novas conotações às instituições, atribuir novas características e formas de funcionamento às mesmas, de modo que sejam aceitas práticas e ideias que anteriormente eram entendidas como impossíveis (MAYORGA, 2017).

Apresentados esses pressupostos, ressaltamos que não intencionamos trazer concepções absolutas ou estancas de política, mas apreender o que os jovens entendem por política e participação. Por isso, quando mencionamos que investigaremos os sentidos que os estudantes atribuem à política – foco da presente pesquisa –, referimo-nos, de certo modo, às representações com base na compreensão de Chartier, que a respeito delas infere:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...]. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 2002, p. 17).

Diante de todo o exposto, acreditamos que a participação política dos jovens se dá de diferentes modos e em diferentes modalidades. Nessa multiplicidade, nosso enfoque refere-se às relações da formação universitária e seus rebatimentos nos sentidos de política, por entendermos que as compreensões e modos de participação podem ser ressignificados, mediante as atividades de formação acadêmica, especialmente nas ações/atuções voltadas à extensão universitária que envolvem cultura, artes, diálogo com as comunidades, grupos de estudo, etc., somadas às tradicionais inserções nos órgãos oficiais, já instituídos, como os Centro Acadêmicos (CAs)¹⁵, Diretório Central dos Estudantes (DCEs)¹⁶, conselhos universitários, entre outros presentes nas universidades. Tais espaços podem contribuir para a

¹⁵ “É a entidade que reúne os alunos de um determinado curso ou um departamento da universidade, para representar seus interesses, suas ideias, solucionar problemas e reivindicar os direitos dos estudantes. A direção do CA é escolhida por meio de eleições periódicas, entre chapas de alunos daquele curso” (UNE, s/a, p. 8).

¹⁶ “É a entidade que reúne todos os alunos de todos os cursos de uma universidade para representar seus interesses, suas ideias, solucionar problemas e reivindicar os direitos dos estudantes. A direção do DCE é escolhida por meio de eleições periódicas, entre chapas de alunos de todos os cursos” (UNE, s/a, p. 9).

constituição e transformação das concepções políticas e de mundo dos jovens, assim como nas tendências e desafios que emergem de suas representações e formas de participação. Norteados em compreender esses meandros, entendemos ser relevante considerar que as análises sobre política e juventude não podem enfatizar apenas o sujeito ou nem somente a sociedade, mas devem propiciar espaço para ecoar as vozes dos sujeitos vinculando-as aos contextos.

Há, na atualidade, uma particularidade geracional da juventude no Brasil, marcada pelo acesso que passou a existir a determinados espaços, tanto a partir do processo de redemocratização quanto com a expansão do Ensino Superior, que discutimos anteriormente. No primeiro caso, a promulgação da Constituição Federal cidadã de 1988 contribuiu para conquista e legitimação de direitos historicamente negados às massas e, com estes, foram instituídos uma variedade de mecanismos participativos característicos da democracia, o que diferencia a geração de jovens atuais de seus pais e das gerações passadas que viveram intensos períodos de ditaduras (MANNHEIM, 1977; 1982; CARVALHO, 2002; CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018).

Ainda pensando o contexto vivenciado pela juventude atual, e na intenção de compreender os jovens enquanto atores e produtores de realidades, de modo a enfatizar a dimensão política de suas ações, podemos mencionar as ocupações de escolas e universidades ocorridas em 2015 e 2016 em todo o Brasil, assunto que abordaremos adiante. Adiantamos que nestes espaços e movimentos, os estudantes, ao se mobilizarem, propunham outras formas de ser e estar que influenciaram a sociedade e, ao mesmo tempo, a própria formação desses sujeitos. Assim, podemos entender que a participação juvenil em coletivos contribui para a constituição das identidades, que estão imersas em posições coletivas e, por isso, contrariam a perspectiva de individualização do sujeito (VALLE; SILVEIRA; BARBOSA; ROMERO, 2017; SILVA; MEI, 2018).

Na pesquisa relatada por Mayorga (2013), foram enfocados aspectos como a resistência de jovens em relação a hierarquias e ordens, articulações de grupos e de coletivos e valores que são elaborados nas relações desses sujeitos. Olhar esses elementos permite compreender projeções dos jovens enquanto atores sociais e identificar, por exemplo, contra ou a favor de quais pautas lutam e se engajam, como participam e quais são os sentidos que atribuem às suas formas de participação.

Esses aspectos devem estar precisamente claros, pois as próprias políticas públicas pelos quais os jovens lutam podem ser desfavoráveis a eles se pensadas por determinadas perspectivas. Como já apresentamos, políticas públicas e atores que aparentemente se

mostram interessados na causa juvenil o fazem, muitas vezes, com interesses de contenção juvenil ou de fazerem os jovens aceitar um modelo de desenvolvimento que lhes permitam encobrir certas vantagens e desigualdades (LULIANELLI, 2003). Nesse sentido, as metodologias e teorias de pesquisas utilizadas em investigações acerca da participação juvenil devem desvelar de demandas dos sujeitos participantes e contribuir para que as políticas públicas voltadas à juventude sejam compreendidas criticamente (MAYORGA, 2013; CASTRO, 2016b).

Em relação à participação dos jovens, fatos como a ocupação de universidades e escolas por grupos de jovens estudantes reforçam o aspecto político da juventude, que se mostra participativa nas reivindicações por espaços de voz e na proposição de demandas e reivindicação por serviços e políticas públicas melhores. Não queremos dizer, com isso, que determinados estereótipos feitos em relação à juventude são vazios, mas, por aterem-se apenas a uma faceta recortada da juventude e dos jovens, tornam-se equivocados e errôneos.

Podemos dizer, ainda, que os jovens das elites recebem certo prestígio em suas formas de participação política, enquanto que jovens de camadas populares, embora tenham desenvolvido papéis relevantes em movimentos políticos, passam a ocupar reconhecimentos secundários em alguns sentidos ou ainda, são por vezes, criminalizados. Esse fato, atrelado à participação reduzida de jovens de camadas populares em determinados movimentos e reivindicações, podem ser explicados por alguns acontecimentos, por exemplo, a praticamente inexistência do acesso de grupos minoritários à universidade até o início dos anos 2000. Compreender a falta de acesso à educação superior é fundamental para entendermos certos contextos¹⁷, já que a universidade é um espaço que possibilita e potencializa as diferentes expressões e a participação e que ainda é no Brasil um dos principais lócus da atuação juvenil (FORACCHI, 1977; SOFIATI, 2008; FARIA, 2017). Ademais, os mecanismos midiáticos atuam para que se destaque em relação aos jovens suas características marcadas pela ação do consumismo, sendo que secundarizam espaços nos quais os sujeitos se apresentam com um caráter reivindicatório (CATANI; GILIOLI, 2008).

É relevante pensarmos que a ênfase dada pela mídia e por pesquisas são elementos que podem denunciar injustiças e desigualdades. Contudo, nem sempre há grandes interesses em destacar esses processos: a situação indígena, por exemplo, é um caso secundarizado em vários meios, que ocultam ou ignoram a existência de um massacre contra as populações

¹⁷ Por exemplo, do protagonismo de jovens de elite e universitários em oposição à Ditadura Militar brasileira (1964-1984), pensamos que isso deu-se porque é, em grande medida, nesse nível de educação que se coloca em pauta muitos questionamentos sobre a sociedade e a política e em que são oferecidos subsídios para se perceber as formas de dominação.

indígenas no Brasil. Nesta dinâmica, a mídia, as políticas públicas e a própria universidade parecem não se dar conta de oferecer respostas, explicações/reflexões sobre algumas populações marginalizadas. Ao contrário, os *Black Blocs*, que são um grupo de jovens que, vestidos de preto, depredam instituições comerciais e bancárias, e que participam infiltrados em movimentos de rua, são intensamente colocados em destaque pela mídia, por pesquisas e por políticas públicas, que buscam negativizar uma postura questionadora, taxada de violenta, arruaceira e contrária à ordem. Esse processo mostra como os interesses políticos, econômicos e sociais repercutem na forma de como a situação juvenil é encarada no Brasil, entre os diferentes agrupamentos (CASTRO, 2016b).

As formas de atuação e participação da juventude em movimentos como as Jornadas de Junho de 2013¹⁸, aqueles que questionaram a Copa, as Olimpíadas no Brasil, a corrupção, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o governo que a sucedeu, entre outras, contribuíram para ecoar vozes da população brasileira perpassadas por posições, revolucionárias, progressistas e/ou reacionárias/conservadoras e analisá-las nos permite identificar aspectos presentes na sociedade brasileira (MARICATO, 2013; JENNINGS, 2014; MACHADO, 2016). Ademais, e para fecharmos essa discussão, ressaltamos que, a partir da concepção mais ampliada e abrangente sobre participação política e ativismo juvenil, é possível identificar uma multiplicidade de modos de atuação, nos quais, muitas vezes, são sugeridas pelos jovens modelos menos formais de organização. Há, ainda, a articulação com outros movimentos sociais e buscas por atribuir novos sentidos às instituições educacionais, políticas e sociais, como um todo. As formas tradicionais e convencionais de se fazer política são questionadas e problematizadas (SOUZA, 2014; CHAUI, 2016; CASTRO, 2016b; FONTANELLA; CAMPOS, 2017).

Reiteramos alguns itens que nos parecem relevantes, considerando o desenvolvimento da pesquisa, que será melhor delineada nos próximos capítulos: como pudemos verificar, os jovens vêm propondo novas formas de compreensão e participação política, afastando-se muitas vezes dos modelos mais tradicionais; tais formas de entender e participar, preferencialmente, não devem ser compreendidos a partir de polarizações ou dicotomizações. Além disso, a juventude universitária apresenta particularidades em relação a outros grupos de

¹⁸ Foi um movimento que ocorreu inicialmente em São Paulo e se difundiu em vários estados e municípios do Brasil. Os manifestantes que iam às ruas tiveram por objetivo, inicialmente, protestar contra os aumentos nas passagens de ônibus e metrô, assim como mudar as políticas de gestão do transporte público. Depois de alguns dias de protestos, houve maior adesão por solidariedade aos manifestantes, que sofreram agressões policiais. As jornadas levaram centenas de pessoas às ruas e as pautas foram ampliadas, de modo que passaram a questionar vários aspectos da gestão e política do país. Teve marca registrada do Movimento Passe Livre (MPL), além de ter chamado a atenção por terem sido protestos amplos que não ocorriam em tais dimensões, no Brasil, desde 1992 (SECCO, 2013).

jovens, sendo que o perfil dos universitários brasileiros tem sofrido modificações nos últimos anos, como consequência da ampliação do Ensino Superior e de políticas que buscam a sua democratização – ainda que centradas em um modelo privatista.

Ainda nesse capítulo, buscamos demonstrar que as políticas públicas destinadas à juventude são permeadas por interesses que precisam ser entendidos e discutidos, e que muitas vezes são implícitos, de modo que, ao mesmo tempo, vemos que analisar as compreensões dos jovens nos permite entender relações de poder presentes na sociedade. Para tanto, torna-se necessário fazermos aproximações aos modos como têm sido compreendidos os processos políticos e sociais. É, portanto, a partir desses pressupostos que nossa pesquisa intenta fazer esse movimento e enfoque de entender as dinâmicas que permeiam os aspectos mais estruturais da sociedade e as percepções dos sujeitos que dela participam.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA INTERDISCIPLINAR COM JOVENS UNIVERSITÁRIOS

Com este capítulo, temos o intento de apresentar as contribuições da perspectiva interdisciplinar e da teoria da complexidade para realização de nossa pesquisa com jovens universitários. Apresentamos os instrumentos, os participantes e aspectos metodológicos adotados durante a produção e tratamento empírico, além de uma contextualização dos eventos políticos que marcaram o momento de coleta de dados – e que provavelmente refletiram nas compreensões dos jovens – dentre os quais destacamos: os movimentos contrários à Copa do Mundo da FIFA, realizada no Brasil em 2014, o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, as greves dos servidores públicos ocorridas em 2015/2016 e também a ocupação das universidades e de escolas em 2016, no estado do Paraná. Ao mesmo tempo, buscamos apresentar uma análise preliminar do perfil dos jovens participantes da investigação, além de problematizar algumas de suas compreensões sobre política e participação.

2.1 Pesquisa interdisciplinar e a juventude

A perspectiva teórica dessa pesquisa está ancorada na interdisciplinaridade e na teoria da complexidade, especialmente nas discussões realizadas por Morin (2003, 2005), pelas quais intentamos apreender nossa problemática de estudo em sua multidimensionalidade e nas relações culturais, econômicas e sociais que estabelece. A pesquisa se alinha a conceitos e à abordagem interdisciplinar, por entendermos que as imbricações acerca da formação universitária e das compreensões políticas e identidades juvenis são trabalhadas a partir da contribuição de diferentes áreas do conhecimento, entre elas Pedagogia, Psicologia, Sociologia, que dialogam com o objeto de estudo (MORIN, 2003, 2005; PAUL, 2011).

A interdisciplinaridade implica uma compreensão multifacetada, cuja definição pode referir-se a um método que se desenvolve pedagogicamente ou cientificamente, ou mesmo a uma perspectiva epistemológica. De toda forma, pode ser caracterizada pelo diálogo, intercâmbio, cooperação, troca e associação de ideias e conhecimentos oriundos de diferentes campos disciplinares. Apresenta-se como proposta que problematiza a fragmentação, hiperespecialização e propostas para amenizar alguns reducionismos da Ciência Moderna, assim como, em determinados pressupostos do positivismo e dos paradigmas que

contribuíram com a reprodução simplificador e de separação entre sujeito e objeto. Parte-se, assim, da compreensão de que os objetos, fenômenos e sujeitos de pesquisa não se encaixam em totalidade numa análise fragmentada, disciplinar, ou que enfatize uma única dimensão em detrimento das outras. A interdisciplinaridade pode assim ser entendida como uma estratégia que visa a articulação e interação entre os saberes, conhecimentos e disciplinas, com vistas à compreensão de problemas reconhecidamente complexos (NAJMANOVICH, 2001; FAZENDA, 2002; MORIN, 2003, 2005; PAUL, 2011; BELINI, 2016).

A abordagem interdisciplinar não é contrária à disjunção proposta pelo paradigma da Modernidade, mas compreende que a ação de recortar e separar não pode levar à redução, ao perder de vista a necessária contextualização e multidimensionalidade de cada problemática – sabendo-se que parte e todo nunca podem ser vistos de modo isolado, já que exercem influências mútuas. Neste sentido, a pesquisa interdisciplinar compreende que o estudo dos fenômenos necessita de um recorte, assim como cada ciência em particular delimita determinadas situações, objetos e fenômenos de estudo. No entanto, é necessário ter presente as múltiplas relações que cada fenômeno estabelece com os demais, em uma relação dialógica e de reciprocidade que distingue sem separar. Em suma, pensar a pesquisa de forma interdisciplinar é substituir o pensamento que fragmenta, separa e, conseqüentemente, isola, por um pensamento que distingue e une (MORIN, 2003, 2005, 2011).

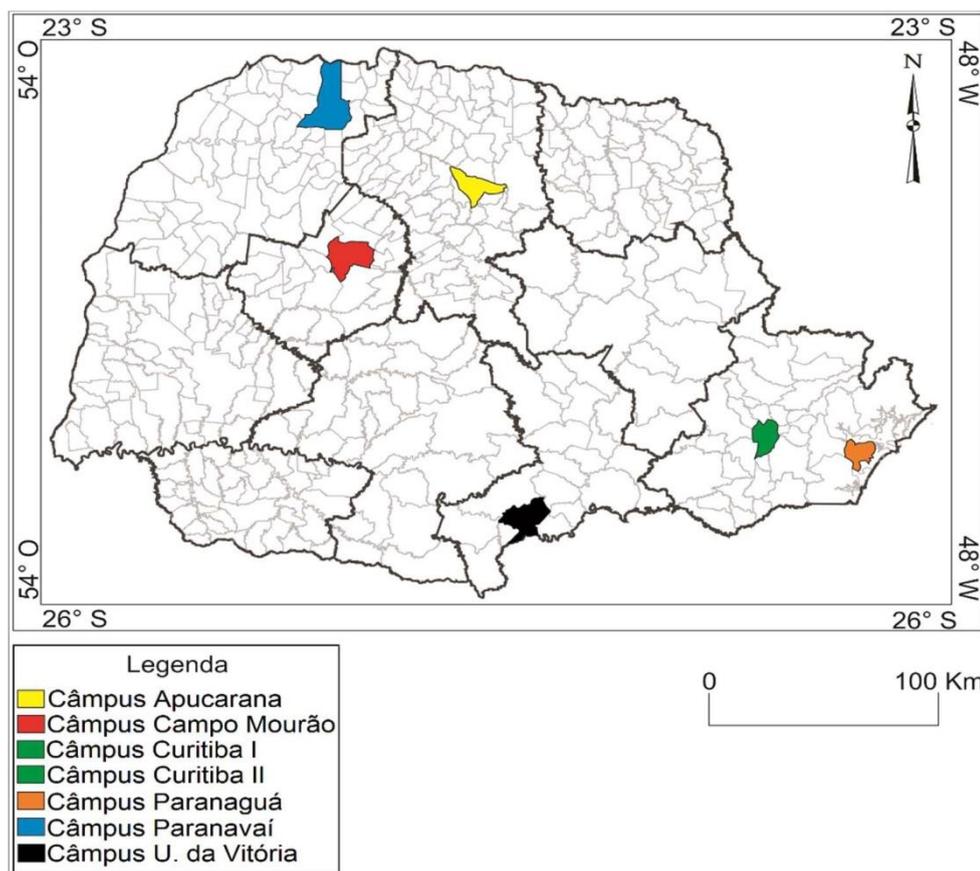
Ainda, a perspectiva interdisciplinar que adotamos, para além do diálogo entre as áreas do saber, propõe igualmente uma postura de ciência que nega a concepção de dicotomia entre sujeito e objeto, de neutralidade do fazer científico, de isolamento dos objetos, tendo a reflexividade como fulcral em todo processo de produção científica, assim como a responsabilidade do pesquisador para com as implicações do fazer ciência. Nesta abordagem, considera-se, portanto, que o pesquisador não se separa de seu objeto de estudo, e que o olhar para os fenômenos é sempre parcial, influenciado pelo contexto e pelas subjetividades envolvidas – o conhecimento completo é, portanto, impossível (NAJMANOVICH, 2001; MORIN, 2003, 2005).

Não pretendemos, com tais pressupostos, negar a contribuição de cada ciência, ou contrariar a continuidade da existência de cada uma delas, mas ressaltamos a fecundidade que a abertura e articulação entre disciplinas pode propiciar, em uma perspectiva complementar ao olhar disciplinar. Como expõe Morin (2003, p. 115), não “se pode demolir o que as disciplinas criaram; não se pode romper todo o fechamento: há o problema da disciplina, o problema da ciência, bem como o problema da vida; é preciso que uma disciplina seja, ao mesmo tempo, aberta e fechada”.

É a partir desta perspectiva, portanto, que construímos a investigação para nossa problemática de estudo. É com esta abordagem – de complexidade, multidimensionalidade e de diálogo entre alguns dos diversos campos disciplinares – que nos propomos investigar as compreensões e os sentidos que jovens universitários, estudantes da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), elaboram sobre a política. Atentos à ideia de que os sujeitos, pesquisador e participantes da investigação, não se encontram desvinculados de seu contexto – o qual não apenas delinea as subjetividades, em uma relação unilateral, mas é ao mesmo tempo construído e modificado pelas ações e compreensões dos indivíduos –, passamos, na sequência, à apresentação dos participantes, da Universidade à qual se vinculam e, posteriormente, de algumas de suas compreensões acerca da política e da participação, em articulação com os eventos sociais, políticos e econômicos que marcavam o estado do Paraná e o Brasil no momento de produção de nossos dados.

A Unespar é uma instituição recente enquanto universidade, tendo sido criada em dezembro de 2013, como resultado da integração de sete faculdades estaduais¹⁹, o que implicou a ampliação e criação de novos espaços de ensino, pesquisa e extensão. A Unespar conta com sete câmpus, distribuídos em cinco mesorregiões do estado do Paraná – Noroeste Paranaense (câmpus de Paranavaí), Norte Central (câmpus de Apucarana), Centro Ocidental Paranaense (câmpus de Campo Mourão), Sudeste Paranaense (câmpus de União da Vitória), Metropolitana de Curitiba (câmpus de Paranaguá, Curitiba I e Curitiba II) –, conforme mostra a figura seguir.

¹⁹ A saber, Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (Fecea), Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam), Escola de Música e Belas Artes do Paraná (Embap), Faculdade de Artes do Paraná (FAP), Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (Fafipar), Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí (Fafipa) e Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (Fafiu). As faculdades ficaram assim denominadas: câmpus de Apucarana, Campo Mourão, Curitiba I, Curitiba II, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória.

Figura 1: Localização dos câmpus da Unespar nas mesorregiões do Paraná

Fonte: IBGE, Base Cartográfica; SEMA (2014). Org. por Fernando H. Villwock.

Participaram da investigação jovens universitários (até 29 anos), vinculados aos cursos de licenciatura em Pedagogia e História e que são ofertados nos câmpus de Apucarana, Campo Mourão, Paranaguá, Paranaíba e União da Vitória, conforme o Quadro a seguir:

Quadro 1: Câmpus e Cursos de Graduação da Unespar ofertados que fizeram parte do estudo

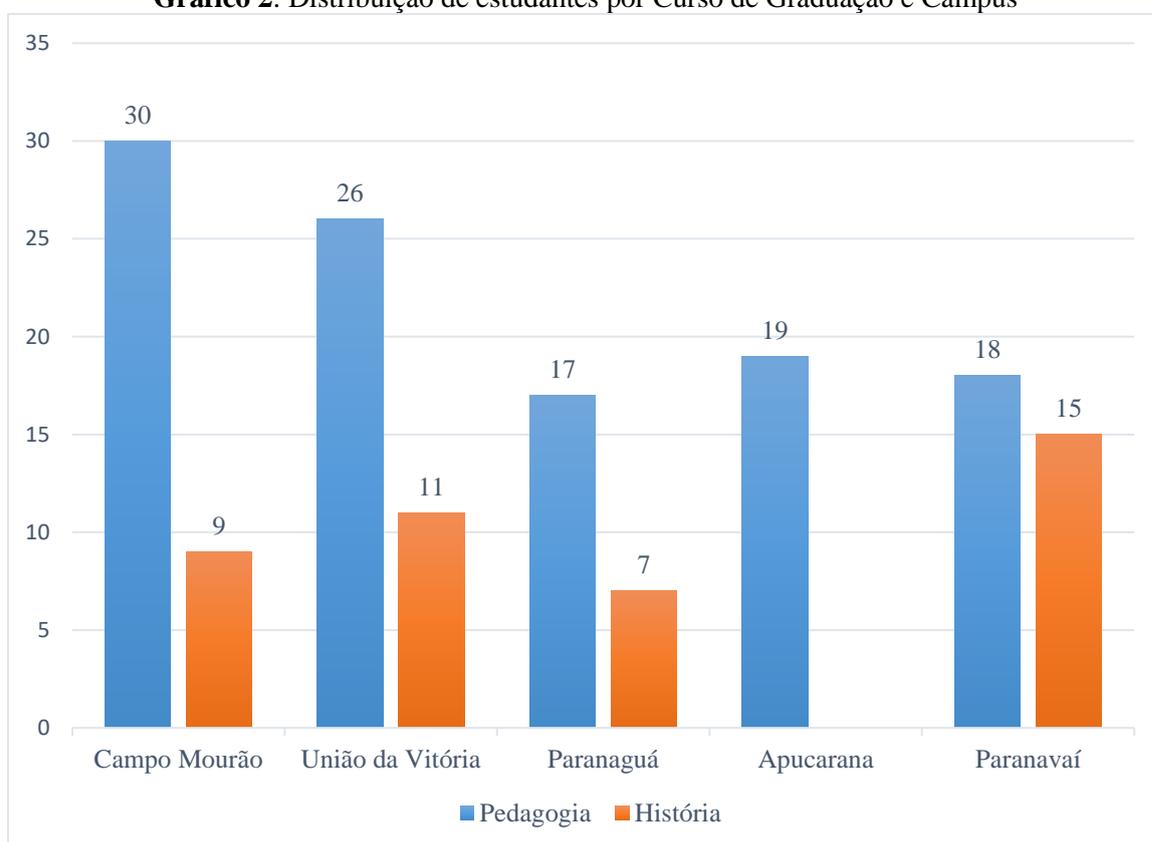
| Câmpus | Cursos |
|------------------|---------------------|
| Campo Mourão | Pedagogia, História |
| União da Vitória | Pedagogia, História |
| Apucarana | Pedagogia |
| Paranaguá | Pedagogia, História |
| Paranaíba | Pedagogia, História |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os dados da pesquisa foram produzidos a partir de dois instrumentos: questionário online, aplicado junto aos estudantes que cursavam o 3º ano de licenciatura em 2016, e entrevista semiestruturada, realizada com alguns dos jovens que responderam ao questionário, sendo dois estudantes de cada curso/câmpus (no total de 18), entrevistados em 2017, quando cursavam o último ano de graduação.

O questionário online foi aplicado no 2º semestre de 2016, por meio da plataforma *SurveyMonkey*, com um total de 49 questões abertas e fechadas, que indagam sobre o perfil socioeconômico, a trajetória de escolarização, o ingresso na Universidade e, ainda, as compreensões relativas à política e à religião²⁰. No gráfico a seguir, apresentamos o total de respondentes (152) do questionário online, jovens até 29 anos, distribuídos por curso e câmpus²¹.

Gráfico 2: Distribuição de estudantes por Curso de Graduação e Câmpus



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

No Quadro 2, a seguir, apresentamos o quantitativo dos jovens conforme sua vinculação no Curso de Graduação, sendo possível verificar que há um predomínio de jovens

²⁰ Essa pesquisa de Mestrado está vinculada a uma pesquisa mais ampla vinculada ao Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, intitulada “Identidades Juvenis, Religião e Política: jovens universitários de cursos de licenciaturas”, coordenada pela Profa. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro e que conta com o apoio da CNPq. Por este motivo, os instrumentos contemplam temáticas relacionadas à religião, elemento também abordado na investigação mais ampla, cuja dimensão, no entanto, não será analisada em nossa investigação, já que o enfoque abrange especificamente os sentidos e as compreensões relacionadas à política.

²¹ O quantitativo de 152 não corresponde a todos os matriculados em cada turma, pois a participação foi voluntária e facultativa. Ainda, os participantes da amostra referem-se àqueles que responderam a todas as questões do instrumento e possuíam até 29 anos. Reconhecemos a diversidade juvenil e que o recorte etário não serve para definir a juventude, pois os contextos socioculturais interferem na forma como cada grupo juvenil vive. No entanto, para efeitos de recorte da pesquisa e para fins de análises, utilizamos o critério etário de 15 a 29 anos, em acordo com o proposto pelo Estatuto da Juventude (BRASIL, 2014) e outras agências internacionais.

do curso de Pedagogia (110), presente em todos os 5 câmpus pesquisados, e História com menos participantes (42), presentes em quatro dos câmpus da Unespar.

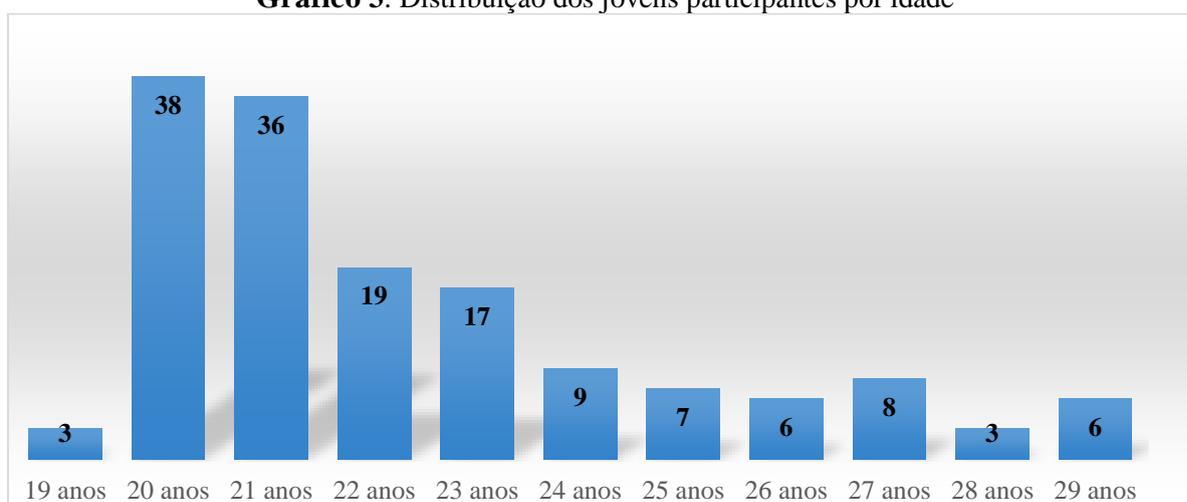
Quadro 2: Distribuição dos participantes por Curso de Graduação

| Cursos de Graduação | Jovens por curso | % por curso |
|----------------------------|-------------------------|--------------------|
| História | 42 | 27,7% |
| Pedagogia | 110 | 72,3% |
| Total | 152 | 100% |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

No Gráfico a seguir, apresentamos a distribuição dos estudantes por idade. Vemos que 113 (74,3%) dos jovens participantes encontram-se em idades consideradas ideais, pelo INEP, ao término de um curso de nível superior, sendo o limite sugerido até 24 anos²². Em relação ao gênero, identificamos que 26 (17,1%) são masculinos e 126 (82,8%) são do gênero feminino, o que evidencia um predomínio de mulheres nos cursos de formação de docentes. Esse dado é muito próximo às informações do Censo da Educação Superior (2017), que indicou que 71,1% das matrículas em cursos de licenciatura são realizadas por mulheres, e somente 28,9% por homens.

Gráfico 3: Distribuição dos jovens participantes por idade



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

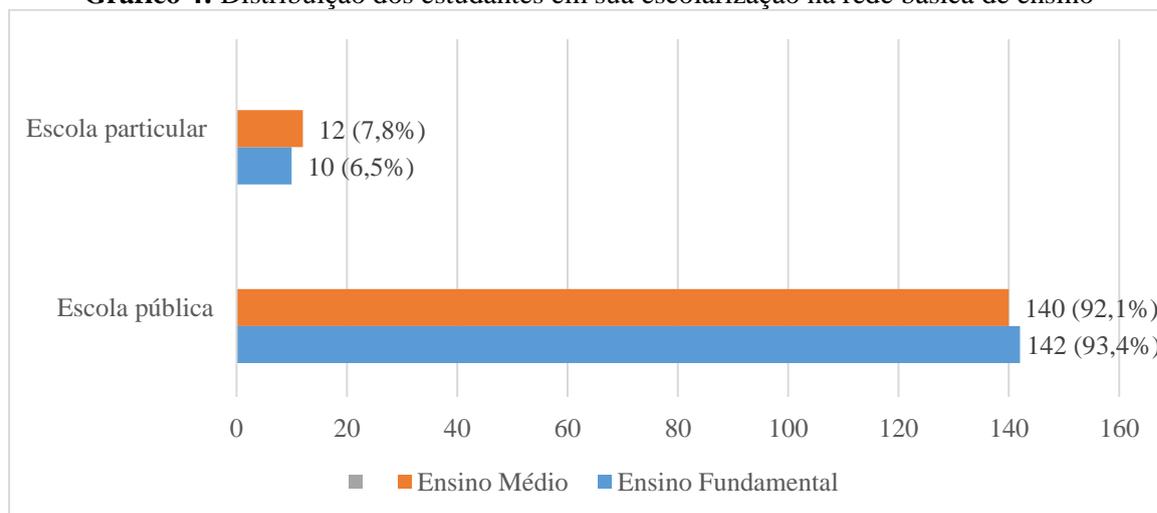
Acerca da cor/etnia, obtivemos os seguintes dados: 99 (65,1%) declaram-se brancos, 38 (25%) pardos, 11 (7,2%) declaram-se negros, 02 (1,3%) amarelos e 02 (1,3%) indígenas. Em relação ao estado civil, identificamos que 111 (73%) dos participantes são solteiros, 25

²² Fazemos aqui essa consideração por levarmos em conta que a maioria dos estudantes universitários ingressam nesse nível de ensino com idade entre 18 a 24 anos, isto é, logo após ao término do Ensino Médio (CORBUCCI, 2016).

(16,4%) possuem união estável ou são casados apenas no civil, 1 (0,6%) é casado apenas no religioso, 14 (9,2%) são casados no civil e no religioso, 1 (0,6%) é divorciado e 1 (0,6%) é viúvo.

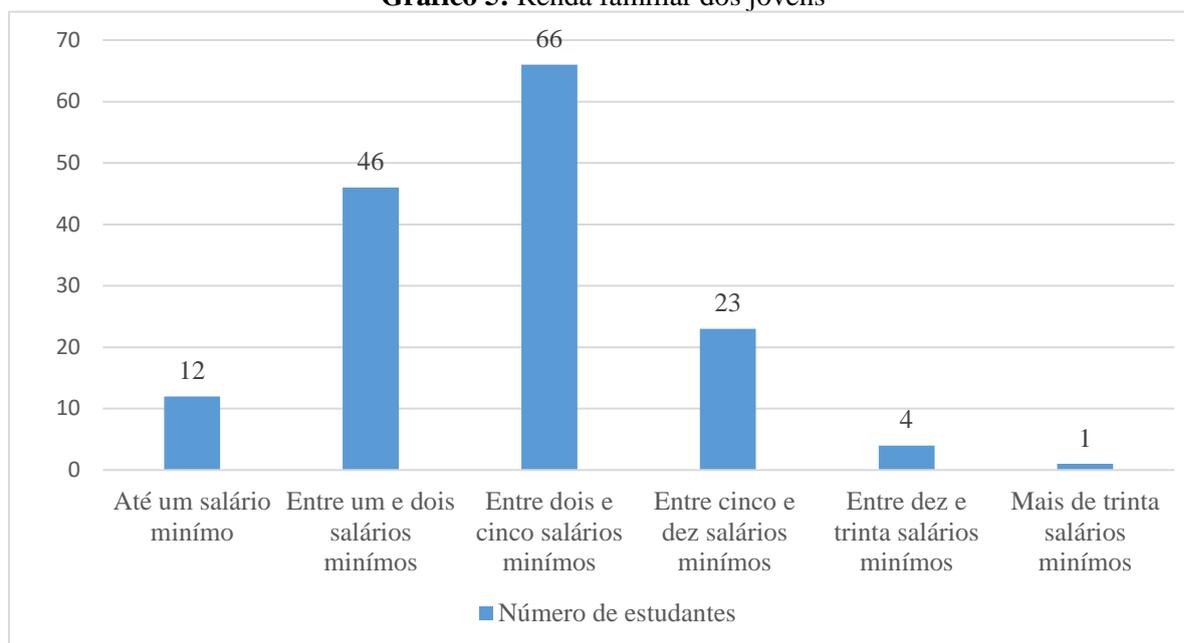
Já em relação à escolarização nos níveis do Ensino Fundamental e Médio, identificamos os seguintes dados apresentados no Gráfico 4:

Gráfico 4: Distribuição dos estudantes em sua escolarização na rede básica de ensino



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Identificamos que os jovens respondentes são, em sua maioria, oriundos da escola pública, aspecto marcante do perfil dos estudantes da Unespar (MEZZOMO; PÁTARO, 2015), e que difere, em certa medida, do perfil que por muito tempo caracterizou os estudantes das universidades públicas brasileiras. Em relação à renda familiar, vemos que a maioria possui rendimentos entre 2 e 5 salários mínimos, como indicamos no Gráfico 5 a seguir:

Gráfico 5: Renda familiar dos jovens

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Em relação à escolaridade dos pais, 23 (15,1%) possuem o Ensino Fundamental completo, enquanto que 17 (11,1%) das mães também possuem esse nível de ensino. Em contrapartida, 37 (24,3%) das mães e 30 (19,7%) dos pais possuem o Ensino Médio completo. Já em relação ao Ensino Superior, 7 mães (4,6%) e somente 5 pais (3,2%) concluíram este nível de formação. Vemos que esses jovens constituem, em sua maioria, a primeira geração de suas famílias a ingressarem no Ensino Superior, o que reforça as noções de que é histórica, no Brasil, a elitização nesse nível de ensino. E não apenas nesse, mas também em outros níveis, pois, como é possível notar, a escolaridade dos pais e mães é baixa, com grande incidência daqueles que não chegaram a concluir os Ensinos Fundamental e Médio. Ademais, é possível identificarmos desigualdades educacionais tanto em relação ao Ensino Superior, quanto nos demais níveis de escolarização.

Em relação ao trabalho, destacamos que grande parte dos estudantes levam concomitantemente o estudo e o trabalho. Do total de jovens, em questão de resposta múltipla, 44 (28,9%) declararam que trabalham com carteira assinada, 43 (28,2%) recebem bolsa por estarem vinculados a Programas e projetos²³ existentes na Universidade, 36 jovens (23,6%) declararam realizar estágio remunerado, 23 (15,1%) trabalham sem carteira assinada, 15 (9,8%) não trabalhavam e estavam à procura de emprego, 15 (9,8%) sustentavam-se por meio

²³ Especialmente nos seguintes Programas: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e o Programa de Iniciação Científica (PIC), que contribuem como meios de promover acesso a renda por parte dos estudantes, assim como, a inserção dos estudantes no processo de pesquisa e docência. Há, ainda, outros projetos de extensão que os estudantes mantinham vínculos.

de “bicos” e 9 (5,9%) trabalhavam por conta própria. Vemos, com isso, que 75 (49,3%)²⁴ dos jovens encontram-se, em certa medida, vulneráveis e/ou sem renda fixa, o que reforça a necessidade de ampliação de programas de redistribuição de renda e outros que possibilitem o acesso à renda para os estudantes e suas famílias.

A esse respeito, sabe-se que a maioria das políticas públicas²⁵ são voltadas aos trabalhadores idosos, pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis, havendo poucas oportunidades de acesso à renda para os jovens, com exceção de projetos ou de bolsas estudantis, que são escassas. A sociedade brasileira é estruturada a partir do princípio do trabalho – e, vinculado a este, o do consumo –, o que contribui para recair sobre o jovem a responsabilidade de trabalhar, de conquistar renda, inclusive, como meio de formação moral. Neste sentido, o jovem é considerado um sujeito “livre” para essa busca, isto é, o trabalho é entendido como meio de educação para a vida, independente das condições. Contraditoriamente, o que verificamos na sociedade, e em especial entre a juventude, são altos índices de desemprego, bem como as conotações pejorativas atribuídas àqueles que não possuem trabalho e renda, especialmente se forem jovens. Esse contexto supostamente contribui para que os sujeitos jovens vivenciem crises de diferentes naturezas. Ademais, a tendência é que cada vez mais o sistema produtivo funcione com menos força de trabalho, logo cada vez mais haverá menos postos de trabalho (BOURDIEU, 1998; SOFIATI, 2008; MACIEL; GRILLO, 2009; BAUMAN, 2012).

Voltando aos dados produzidos em nossa investigação, destacamos que as entrevistas semiestruturadas foram conduzidas no 2º semestre de 2017, junto a alguns dos estudantes que participaram do primeiro instrumento da pesquisa, respondentes do questionário. Com as entrevistas, exploramos outros aspectos das compreensões dos jovens, a fim de analisar suas concepções de forma mais aprofundada, no intuito de identificar motivações, relações e

²⁴ Consideramos os que fazem “bico”, aqueles que trabalham por conta, os que fazem estágio e os que trabalham sem carteira assinada.

²⁵ A história das legislações no Brasil dá pistas sobre como se processaram as prioridades em relação aos direitos, por exemplo, o decreto n. 5.452, que instituiu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Lei n. 3.807 - Lei Orgânica de Previdência Social (LOPS), que legitimaram direitos aos trabalhadores, foram sancionadas em 1º de maio de 1943 e 26 de agosto de 1960 respectivamente. Nesse contexto, trabalhar era critério para acessar direitos como o direito à saúde. E somente mais tarde, pós-constituição de 1988, foi sancionada a Lei n. 8.080 – Lei Orgânica da Saúde (LOS) –, que organiza o Sistema Único de Saúde e amplia os direitos da população como um todo, ao legitimar a universalidade de atendimento. Já a Lei n. 8.742 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que visa efetivar direitos nos quais se prevê os mínimos sociais e as necessidades básicas da população foi sancionada em 7 de dezembro de 1993 e várias de seus principais decretos e regulamentações só serão elaboradas no decorrer dos anos 2000. Trazemos esses elementos para pensar que a promoção de direitos no Brasil esteve muito vinculada ao princípio do trabalho, fato que rebate na promoção de direitos voltados às camadas populares, especialmente os de educação, que por vezes, não têm um retorno imediato ou econômico (SOUZA, 2009). Essas compreensões estão impregnadas no pensamento social brasileiro e rebatem nos investimentos para as políticas públicas, como intentamos mostrar no primeiro capítulo.

ressignificações de suas compreensões. Buscamos observar, como critério para escolha dos entrevistados, aqueles que responderam às perguntas abertas do questionário de forma mais completa, de modo que obtivemos, ao final, os seguintes participantes²⁶:

Quadro 3: Participantes da etapa de entrevistas

| Câmpus | Curso | Nome | Idade | Vinculação laboral |
|------------------|--------------|-------------|--------------|------------------------------------------------|
| Campo Mourão | Pedagogia | Gisele | 29 | Trabalha com registro |
| | Pedagogia | Mariana | 21 | PIBID |
| | História | Daniele | 21 | Desempregada |
| | História | Letícia | 21 | Trabalha com registro |
| União da Vitória | Pedagogia | Fabiana | 28 | Desempregada |
| | Pedagogia | Adriana | 25 | PIBID |
| | História | Gabriel | 22 | Cargo Comissionado na Prefeitura |
| | História | Andreia | 22 | Bolsista em projeto de extensão |
| Paranaguá | Pedagogia | Paula | 21 | Desempregada |
| | Pedagogia | Gabriela | 24 | PIBID |
| | História | Alexandre | 28 | Estágio Remunerado |
| | História | Ronaldo | 26 | Desempregado |
| Apucarana | Pedagogia | Bruna | 25 | Estágio Remunerado |
| | Pedagogia | Franciele | 22 | Estágio remunerado e professora na Rede Básica |
| Paranavaí | História | Rafaela | 26 | PIBID |
| | História | Maikon | 21 | PIBID e dá aulas particulares |
| | Pedagogia | Kelly | 23 | Professora da rede particular |
| | Pedagogia | Jaine | 21 | Estágio Remunerado |

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

As entrevistas foram realizadas depois de um ano da aplicação do *survey*, porque tivemos como objetivo investigar como o processo de formação no curso é assumido e ressignificado pelos jovens que, em sua maioria, estavam prestes a concluir a graduação. Organizamos o roteiro semiestruturado para desenvolver as entrevistas com eixos que abarcavam os seguintes temas:

- a) as vivências, o cotidiano e as expectativas de futuro dos jovens;
- b) a vinculação, o pertencimento e o significado da religião/crença e do sagrado em suas vidas;
- c) a vivência política, formas de participação e como se envolvem nos processos políticos;
- d) a formação universitária, as experiências da graduação na formação de suas compreensões sobre os universos da política e da religião.

²⁶ No total, realizamos, ao longo do 2º semestre de 2017, 26 entrevistas em 5 câmpus da Unespar. No entanto, para fins de análise, nos debruçamos nos dados de 18 delas, tendo recortado os cursos de História e Pedagogia. Salientamos ainda que os nomes apresentados no Quadro 3 e utilizados na análise de dados são fictícios.

Buscamos, no decorrer das entrevistas e dos eixos norteadores, deixar períodos para os jovens falarem com mais detalhes sobre suas trajetórias e experiência, e em outros momentos, buscamos delimitar a conversa aos assuntos centrais das entrevistas. Assim como na aplicação do *survey*, no processo de realização das entrevistas, observamos os procedimentos éticos, pedimos a participação voluntária, que os jovens respondessem do modo mais completo possível, se sentissem à vontade para darem exemplos e citarem experiências que tiveram no decorrer da formação universitária. Desse modo, ao longo das entrevistas, vimos que tais procedimentos permitiram coletar dados pertinentes à compreensão das trajetórias dos estudantes. Verificamos, ainda, que os instrumentos metodológicos (questionário e entrevista) propiciaram aproximações à complexidade das compreensões dos nossos sujeitos de pesquisa.

O perfil desses jovens, captados via entrevista, evidenciam como sua trajetória é permeada por desigualdades e por uma centralidade do trabalho, a exemplo do relato da jovem a seguir: “o meu trabalho, eu tenho minha renda e a faculdade é o que me dá o suporte de formação para estar atuando no meu trabalho” (Franciele, 22 anos, Pedagogia). Vê-se que a situação de estudante trabalhador impõe certos limites e coloca os mesmos em um ritmo mais intenso de vida. Adiante, a mesma jovem coloca: “tenho dois trabalhos, de manhã trabalho como estagiária na prefeitura [...] à tarde tenho uma turma de terceiro ano na rede particular e à noite venho para a faculdade”. Essa realidade, de trabalhar ao mesmo tempo em que cursa a Universidade, é compartilhada por 14 dos 18 jovens entrevistados, havendo, ainda, os outros 4 que se consideravam desempregados no momento da entrevista, tendo relatado que já haviam trabalhado durante a graduação.

A respeito dessa jornada de afazeres, dois entendimentos são construídos a partir da pesquisa de Foracchi (1977): um deles de que é interessante ao estudante trabalhar, porque ele cria redes sociais que lhe darão maiores condições de emancipação; o outro implica que tentar conciliar trabalho e estudos não seja uma prática tão positiva, pois pode prejudicar o rendimento educacional dos estudantes, especialmente quando não há nenhuma conexão entre o que desenvolvem no trabalho e os seus estudos.

Ainda sobre as impressões desse ritmo de vida com trabalho e estudos, a estudante coloca que: “Você tem que optar ou uma coisa ou outra, cada escolha uma renúncia, eu escolhi **trabalhar e estudar** e tenho que renunciar outros locais que eu queira ir nesse período e nesse horário” (Franciele, 22 anos, Pedagogia). Essa questão do tempo é abordada por Bourdieu (1996), ao explicar sobre os campos sociais a partir da teoria dos capitais. O autor entende que ter tempo livre é fulcral para adquirir determinados capitais como o educacional/cultural. A categoria do tempo é reiterada por outros estudantes, como Ronaldo

(26 anos, História), ao expor o seguinte: “eu trabalhava ali e não tinha muito tempo [...], tinha que estudar para nove matérias que tinha em um dia. Então eu acho que agora é o tempo, prioridade de descanso”. Na fala do estudante, está presente essa ideia de tempo livre como requisito para a formação cultural, que pode ser entendida como processo de apropriação de capital cultural/educacional.

Outra aluna que atua no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), quando questionada a respeito do que precisaria para concretizar seus objetivos de futuro, expõe o seguinte: “Bom, eu acho que preciso achar um emprego na área primeiramente, porque para algumas realizações pessoais, eu preciso de recursos financeiros. Então estaria tudo atrelado mesmo ao trabalho” (Mariana, 21 anos, Pedagogia). Por isso, vemos que o acesso à renda é fundante para as realizações, autonomia e independência dos jovens, que enquanto estudantes encontram barreiras em alguns processos de realização no decorrer do curso, seja em relação ao tempo que a formação universitária exige, ou seja, o impedimento para o exercício do trabalho e conseqüentemente adquirir renda superior. Há que se lembrar também que 79,1% dos jovens pertencentes famílias com renda superior a 5 salários mínimos se matriculam no ES, enquanto que apenas 4,5% daqueles pertencentes as famílias com renda de até meio salário também acessam esse nível de ensino, dados que ratificam as desigualdades educacionais do país (FORACCHI, 1977; MATTOS, 2011; CORBUCCI, 2016).

A ideia do trabalho na área enquanto experiência formativa e contributiva é questionada por ser pontual e não significar uma continuidade em alguns casos, como da estudante Paula (21 anos, Pedagogia), que expõe “percebi que tinha feito um erro, porque eu não me identifiquei. Foi uma frustração, ter começado a trabalhar na área me frustrou bastante”. Ao que parece, mesmo a experiência na área, ao propiciar a dupla jornada trabalho/estudos, nem sempre é bem-vinda aos estudantes, pois interferem na intensidade e foco com os quais se pode vivenciar a formação universitária.

Em contrapartida, a estudante Leticia (21 anos, História) manifesta o seguinte: “divido entre estudar e trabalhar, gosto muito de fazer os dois, não pretendo parar de estudar”. Há para alguns uma facilidade maior de conciliar as atividades de estudo e trabalho, com maior reincidência ao se tratar de estágio remunerado, como a do estudante Alexandre (28 anos, História), que informou que: “precisava de dinheiro, então o estágio acabou me servindo bem, porque daí eu não ter que trabalhar o dia inteiro, tenho mais tempo pra estudar”. Tais trechos mostram a diversidade das trajetórias dos estudantes, para os quais os estudos representam também meio de acesso a renda e, por isso, a manutenção durante a formação. Não só o

acesso aos estágios remunerados e bolsas advindas de projetos universitários, mas também a pós-graduação se apresentam como alternativas para alguns estudantes, mas também a motivação de busca pela pós-graduação é por vezes a possibilidade de acesso a bolsas de estudos (MATTOS, 2011).

Por fim, entendemos que esses elementos do perfil dos estudantes possibilita fazer aproximações às suas trajetórias, quanto às condições de vida, ritmo de trabalho e de estudo, que permitirão melhores compreensões, no terceiro capítulo, quando enfocarmos como atribuem sentidos à política, pois aqui, aspectos sobre a independência, autonomia e liberdade dos jovens parecem estar muito vinculados a elementos como renda, trabalho e tempo disponível, que também são retomados em suas explanações ao interpretarem a política.

2.2 Política e formas de participação: marcadores espaço-temporais e as compreensões dos jovens universitários

Alguns acontecimentos e eventos políticos marcaram a trajetória dos jovens durante a formação no Ensino Superior, bem como o momento de coleta de dados – o que possivelmente se refletiu nas compreensões dos estudantes. Dentre tais eventos, podemos citar os movimentos questionadores, alguns até contrários à Copa do Mundo da FIFA e às Olimpíadas – ocorridas no Brasil em 2014 e 2016, respectivamente –, as Jornadas de Junho de 2013, os escândalos de corrupção, o movimento de greve dos servidores do estado do Paraná em 2015, as ocupações de escolas e universidades em 2016 no Paraná, o processo de Impeachment da presidente Dilma Rousseff e o Governo do presidente Michel Temer.

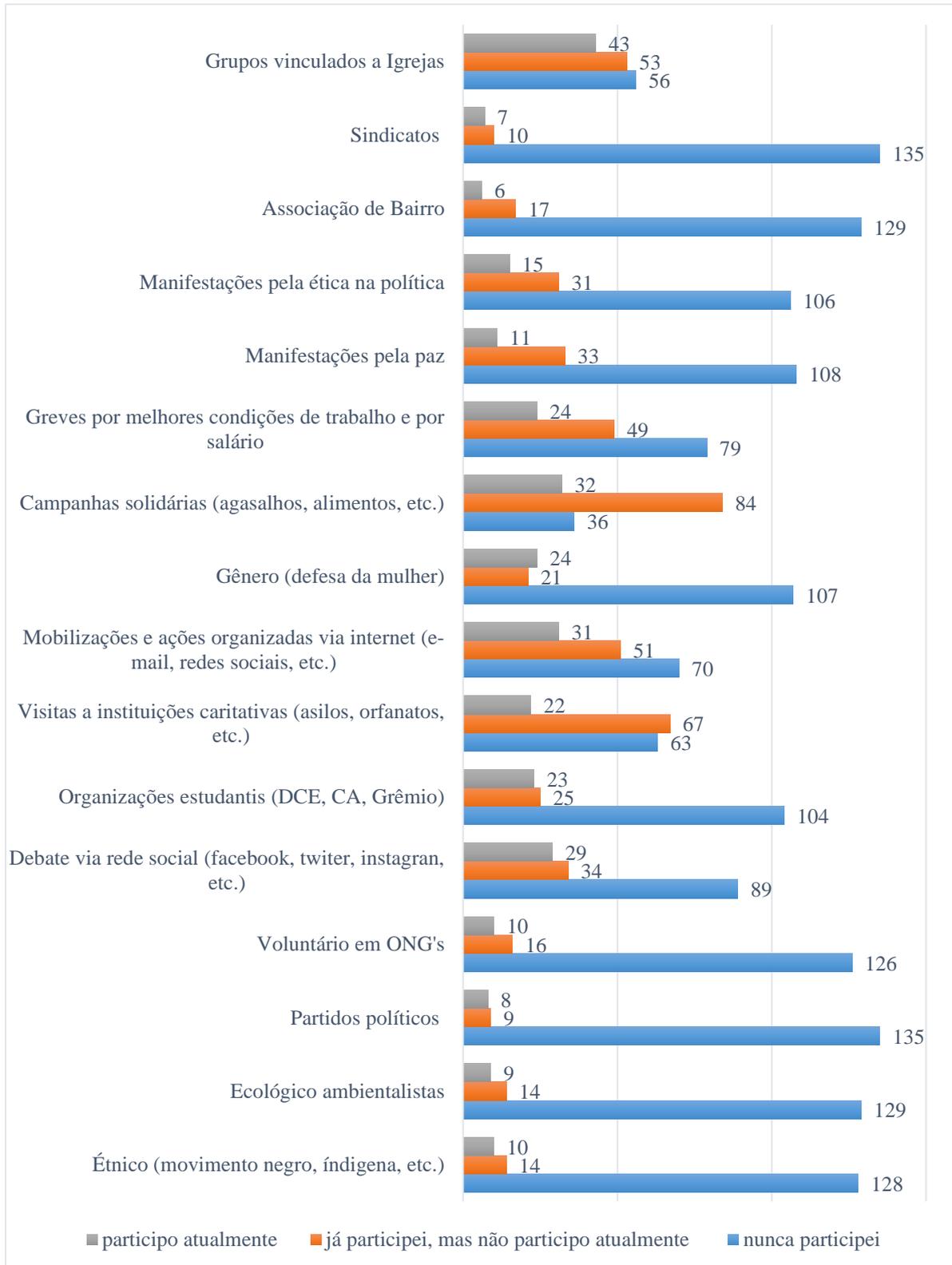
Analisar o contexto político e econômico mais amplo pode auxiliar na compreensão sobre a participação dos jovens, além de dar indícios acerca de algumas tendências das atuais formas de engajamento e atuação (ou distanciamento) dos jovens na esfera política. Neste sentido, buscamos discutir, neste tópico, os dados obtidos a partir das respostas dos 152 jovens universitários ao *survey* aplicado, ao mesmo tempo que dialogamos com alguns eventos que marcaram o Brasil e o Paraná neste período; trazemos ainda algumas considerações teóricas acerca da temática da participação política da juventude.

A respeito da atuação dos jovens, Castro (2016b) expõe que, nos últimos anos, ocorre um afastamento em relação às formas institucionalizadas e formalizadas de participação juvenil, que podem ser percebidas na pouca participação dos respondentes de nossa investigação em estabelecimentos como sindicatos, partidos políticos, e, ainda, na pouca credibilidade que atribuem a determinadas instituições. Uma hipótese para esse fenômeno, pode ser a de que, a partir de uma cultura adultocêntrica, os sindicatos e partidos políticos

tratem os jovens como aqueles que devem ser preparados para atuar no futuro, e retirem o potencial do presente de pensar e fazer política dos jovens. Neste sentido, o Gráfico 6 expressa a participação dos estudantes universitários em algumas atividades sociopolíticas.

Nos segmentos apresentados no Gráfico 6, identificamos um destaque quanto à participação em campanhas solidárias, no qual identificamos que 116 (76,3%) estudantes já exerceram e 32 (21%) participam atualmente. Destaca-se também visitas a instituições caritativas, sendo que 67 (44%) já realizaram e 22 (14,4) vêm se envolvendo com isso atualmente. Supostamente, isso deve-se ao fato de que não há hierarquias tão rígidas nessas formas de organização, além de não precisarem de uma vinculação institucional. Vale destacar que, ademais, trata-se, na maioria das vezes, de ações esporádicas e pontuais, que não representam um engajamento social ou político efetivo e duradouro. Ao mesmo tempo, destacam-se as atuações em greves por melhores condições de trabalho e por salários, tendo 49 (32,2%) atuado nesses movimentos e 24 (15,7%) que declararam participar atualmente, índice que pode estar relacionado aos intensos movimentos de greve e paralisações de docentes da Rede Básica e do Ensino Superior ocorridas no Paraná nos anos de 2015-2016. Identificamos ainda, em menor expressão, mas com algum diferencial em relação às outras formas de agir, o envolvimento com movimentos pela ética na política – que pode ser entendido como algo relacionado à crise no sistema político do país, vivenciado mais intensamente nos últimos anos (SAKAMOTO, 2013).

Gráfico 6: Participa ou já participou de algum tipo de atividade, organização ou movimento social



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

De certa forma, esses dados refletem as instabilidades e insatisfações vivenciadas na educação, tanto na Rede Básica Estadual quanto no Ensino Superior paranaense,

acompanhados de perto por estes estudantes ao longo de sua trajetória na graduação. Em 2015, o então governador do Paraná, Carlos Alberto Richa – Beto Richa – colocou para a votação na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) a proposta de criação de um plano complementar de previdência, de “autonomia das universidades” e de mudanças no plano de carreira dos servidores estaduais, em que se poderia, por exemplo, ser criados planos de carreira institucionais. As proposições do governador foram prontamente rejeitadas pelos servidores, que alvitaram uma greve geral. Nesse embate, existiu a aplicação de uma série de medidas autoritárias, como liminares que não permitiam a abertura da ALEP para o acompanhamento popular das sessões. Houve resistência por parte de diversos servidores, professores e estudantes. Esse embate resultou em um massacre, que ficou conhecido como “Massacre de 29 de Abril”, no qual o secretário de segurança pública, governador, e sua equipe permitiram à Polícia Militar do Paraná reprimir servidores públicos estaduais de diversas categorias profissionais do estado, especialmente professores, estudantes e outros que fizeram oposição às propostas. A forma como Beto Richa conduziu os repasses de verba e as políticas públicas no estado também era um fator que desagradava alguns setores e alas da população paranaense. Acerca desse movimento de greve dos servidores, destacamos que os estudantes o vivenciaram por duas vezes, e alguns participaram/acompanharam os espaços e discussões/negociações entre servidores e governo estadual (PEREIRA; ALLAN, 2016; VIOLIM, 2016; ALVES, 2016).

A redução de investimentos em políticas sociais, educacionais e públicas como um todo não se restringe aos fenômenos analisados, mas se pode inferir, com base nas análises de Bourdieu (1998), Moraes (2001), Santos (2007), Santos (2011) e Charlot (2014), que estamos, internacionalmente, num período caracterizado pelo modelo neoliberal de economia política instaurada desde meados da década de 1980, que contraria políticas dos Estados de bem-estar, e entendem que os investimentos em políticas públicas, e especialmente em programas sociais, devem ser cada vez mais reduzidos e pontuais. No lugar, o modelo neoliberal atual volta-se para a expansão da financeirização da vida e da sociedade, reforça os traços individualistas e representa uma busca sistemática de redução dos coletivos – lógica que, certamente, influencia as formas de compreensão e participação política. De certo modo, esse modelo ainda se reflete nas percepções dos jovens participantes, quando, no Gráfico 10, apresentado mais adiante, 94 (61,8%) concordam totalmente com a premissa “cabe principalmente a mim decidir os rumos da minha vida”, e 56 (36,8%) discordam totalmente da premissa “preciso da ajuda de outras pessoas na definição dos rumos da minha vida”. Nesse sentido, é possível pensar na validade do que Bauman (2012) chamou de

“individualismo rasgado”, como aquele explícito na sociedade e nas representações dos sujeitos, que advém das máximas do neoliberalismo mercantilizante, isto é, o individualismo não é um fenômeno pessoal, mas que se reproduz socialmente, por meio da atual cultura de consumo e de organização social.

Ademais, o neoliberalismo propaga-se tanto na esfera micro – das relações intersubjetivas e compreensões dos indivíduos – quanto na esfera macro – relacionada, por exemplo, às lógicas e aos sistemas econômicos e políticos, de modo que suas explicações científicas se convertem em práticas presentes na sociedade. Um exemplo dessa dinâmica é apresentado por Ferreira (2014), quando denuncia a construção de grandes monumentos e equipamentos culturais com recursos públicos, como forma de substituir os gastos com políticas sociais e atrair investimentos imobiliários aos países que são sedes de megaeventos, o que evidencia o caráter de direcionamento ao mercado. Nesse contexto, o que traz os grandes lucros por meio de megaeventos não são os proventos das atividades em si, mas a forma como sua promoção contribui com o setor imobiliário, a construção civil e o setor fundiário. E, nesse bojo, ocorrem direcionamento de políticas, bem como a aprovação de leis que beneficiam grandes empreiteiras e grupos parceiros dos organizadores e políticos envolvidos.

Embora seja, em geral, fácil conquistar a opinião pública para sediar megaeventos – por recorrer-se à paixão da população pelas atividades envolvidas –, a melhoria das condições de infraestrutura dos países não é efetivada a todos. O que se percebe é a intensificação de problemas como a corrupção na organização, obras não acabadas, equívocos de arquitetura urbana, que acabam por motivar mobilizações e manifestações sociais da sociedade civil que, por vezes, contrariam a vinda desses eventos aos seus países. Este foi, por exemplo, o caso do Brasil: mesmo que a Copa do Mundo da Fifa seja um evento do esporte mais cortejado pela população brasileira, houve grandes protestos e mobilizações em virtude de toda problemática envolvida, a exemplo, desses movimentos e protestos podemos citar o movimento “Não vai ter Copa” e também a forma como o presidente Michel Temer (PMDB) foi vaiado após declaração na abertura²⁷ das Olimpíadas (FERREIRA, 2014).

Assim, as obras deixadas pelos megaeventos ofereceram poucos meios para a integração da população brasileira, afinal pouco contribuíram para o desenvolvimento de políticas públicas. Nesse sentido, iniciaram-se manifestações e contestações contra a organização desses megaeventos, nas quais a participação da juventude esteve em destaque.

²⁷ Cf: Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/08/1799632-abertura-dos-jogos-no-maracana-tem-vaias-a-temes-e-a-governos.shtml>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

As manifestações de junho de 2013 entram também no rol de tais mobilizações. Ao se referir às mesmas, Ferreira expõe que:

As manifestações que então mobilizaram a juventude brasileira foram a expressão de uma revolução geracional. **Jovens que cresceram em um ambiente democrático, com enorme disponibilidade de informação**, conscientizaram-se de que o país carece de um legítimo sentido “público”, e a razão que os levou às ruas, originalmente, foi a reivindicação de políticas públicas universais (FERREIRA, 2014, p. 7, grifo nosso).

O trecho em destaque permite ressaltar uma característica peculiar do contexto em que os jovens a que nos referimos cresceram (CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018). Além desses descontentamentos, vários outros foram incluídos nas pautas dos movimentos de manifestação ocorridos no Brasil desde 2013, nos quais houve intensa participação juvenil. Alguns deles foram relacionados ao processo de impeachment²⁸ da presidente Dilma Rousseff, em maio de 2016, que contou desde 2015 com movimentos favoráveis, mas também com aqueles que entenderam o impedimento do mandato da presidente como golpe e jogada política. Por parte daqueles que defenderam a saída da presidente de seu cargo, foi declarado crime de responsabilidade fiscal e não cumprimento da lei orçamentária, assim como a ocorrência de má gestão dos recursos da União (NETTO, 2016). Já segundo a perspectiva de autores como Chauí (2016), Jinkings (2016) e Souza (2017), o impeachment foi na verdade um golpe organizado pelas elites brasileiras sem motivos legais, a partir do qual grupos conservadores buscaram retornar ao poder. Ainda para estes autores, o golpe interrompe a democracia e possibilita a ascensão de um governo ilegítimo. A crise e turbulência política de 2016 ficou ainda mais pungente quando Eduardo Cosentino da Cunha, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), presidente da Câmara Federal e que conduziu a votação do impeachment, foi preso no mesmo ano por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Para Jinkings:

A presidente legitimamente eleita foi derrubada por um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como lícito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras (JINKINGS, 2016, p. 12).

²⁸ A eleição presidencial de 2014, em que foi eleita Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) com 54.501.118 votos (51,64%, considerando apenas os votantes que não votaram em branco), foi acirrada, havendo forte e expressiva oposição de seu concorrente no segundo turno, Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com 51.041.155 votos, isto é, 48,36% dos votos. Vale ainda destacar o alto índice de abstenção nesse turno da eleição, que contabilizou 30.137.479 votos (21% do total de eleitores que foram às urnas).

Todas essas disputas foram acompanhadas de perto pela população brasileira, que participou intensamente de manifestações nos diferentes espaços. Em muitos desses momentos, a participação dos jovens – chamados a se manifestar diante das instabilidades políticas – chamou a atenção.

Retomando os dados referentes à participação em atividades sociais e políticas dos jovens universitários de nossa pesquisa, no Gráfico 6, identificamos um destaque para o uso das redes sociais como meio de marcar/agendar mobilizações, e também como espaço de manifestação, sendo que 29 (19%) dos 152 estudantes participam de debates via rede social e 34 (22,3%) já participaram, e, ainda, 31 (20,3%) participam de mobilizações marcadas via redes sociais e 51 (33,5%) já participaram em algum momento. Podemos dizer que as redes sociais e a internet vêm, de alguma forma, influenciar os modos de participação política e social dos jovens. A este respeito, Sakamoto expõe que:

Essas tecnologias de comunicação não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de **construção e reconstrução da realidade**. Quando alguém atua através de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social (SAKAMOTO, 2013, p. 83, grifo nosso).

Desse modo, podemos identificar uma tendência que é a relevância das mídias, tanto como meio de comunicação para mobilizar movimentos para além de seus limites espaciais, quanto como meio de expressar e manifestar posições e pensamentos. Essas contribuições para a construção das representações acerca da realidade são analisadas por Guareschi (2017) ao atentar para a forma como as mídias sociais têm possibilitado também moldar atitudes, comportamentos e especialmente influenciar o consumo, em especial dos jovens.

Tomando como exemplo o episódio das Jornadas de Junho, em 2013, verificamos que a participação juvenil esteve, neste momento, muito vinculada às mídias sociais, havendo uma série de notícias e jornais com frases retiradas do *Facebook* e do *Twitter*. As imagens abaixo registram algumas marcas das mobilizações de 2013.

Imagens 1 e 2: Movimento Passe Livre de 2013



Fonte Imagem 1: Disponível em: <<https://www.notibras.com/site/movimento-passe-livre-prepara-atos-contra-onibus-caro-em-sao-paulo-rio-e-minas/>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

Fonte Imagem 2: Disponível em: <<https://www.clubedocabeloecia.com.br/2013/06/manifestacoes-2013-eu-fuipor-um-brasil.html>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

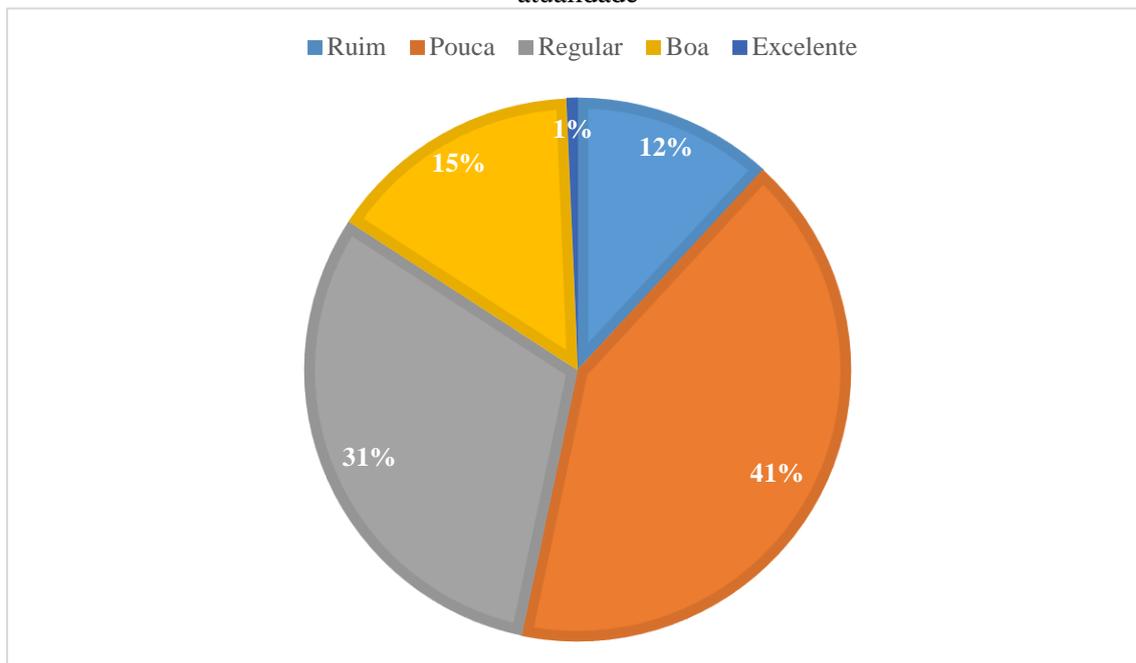
A imagem 1 possibilita pensar o caráter inicial das manifestações de junho de 2013, que tinham as reivindicações pela diminuição do preço das passagens como central e também a atuação de jovens nesses movimentos. A imagem 2 se refere ao apoio de pessoas das gerações anteriores às manifestações de 2013, e permite sugerir para o apelo que há aos jovens como portadores da força social, que pode, somadas a outros elementos contextuais, transformar a sociedade (MANNHEIM, 1977b; FORACCHI, 1977).

Embora essas manifestações tenham sido originárias entre grupos de esquerda, havia também grupos de direita²⁹ que aproveitaram tanto as mídias sociais quanto esses próprios espaços na rua para colocarem suas demandas: grupos conservadores viram, ali, a oportunidade para suas mobilizações, sendo que alguns reproduziam formas de violência contra os manifestantes com maiores vínculos a sindicatos, partidos políticos e representações minoritárias. Sabe-se que alguns grupos eram integrantes de uma nova classe média, que alguns pensadores entendem como nova classe trabalhadora e que, norteados pela ideia da meritocracia, fazem oposição a movimentos de luta pela liberdade da mulher, do negro, dos LGBTI+, e outros grupos minoritários (SAKAMOTO, 2013; SOUZA, 2014; CHAUI, 2016).

²⁹ Essas novas organizações políticas são analisadas por Tatagiba (2018), que entende que não se deve utilizar o termo movimentos sociais para classificar os protestos, ocorridos entre 2011 e 2016 no Brasil, pois faz uma distinção entre protestos e movimentos sociais, a partir do entendimento de que seria necessário para ser considerado um movimento social o compartilhamento de elementos simbólicos, materiais, identidade comum e práticas de modo mais preciso entre esses sujeitos e grupos. No entanto, por meio de suas análises, a autora demarca algumas características principais que estiveram presentes nesses protestos, sendo: a indignação à corrupção presente nas instituições da democracia, enfaticamente marcadas pelo antipetismo, além de forte incidência do que denomina a defesa da família, que contraria pautas de grupos minoritários, como a legalização do aborto, novos arranjos familiares e outros. Nesses protestos havia ainda, com destaque, a defesa de elementos da ditadura civil militar; por fim, tais protestos são entendidos pela autora como “protestos à direita”, marcados pela reivindicação de ordem e da moral.

Mesmo que tenha se destacado a atuação dos jovens nas passagens supracitadas, nas considerações dos estudantes participantes de nossa pesquisa, as ações juvenis são poucas ou insuficientes nessa dimensão. No Gráfico 7, a seguir, apresentamos o que os estudantes consideram em relação à participação social e política da juventude:

Gráfico 7: Considerações dos estudantes acerca da participação social e política dos jovens na atualidade



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

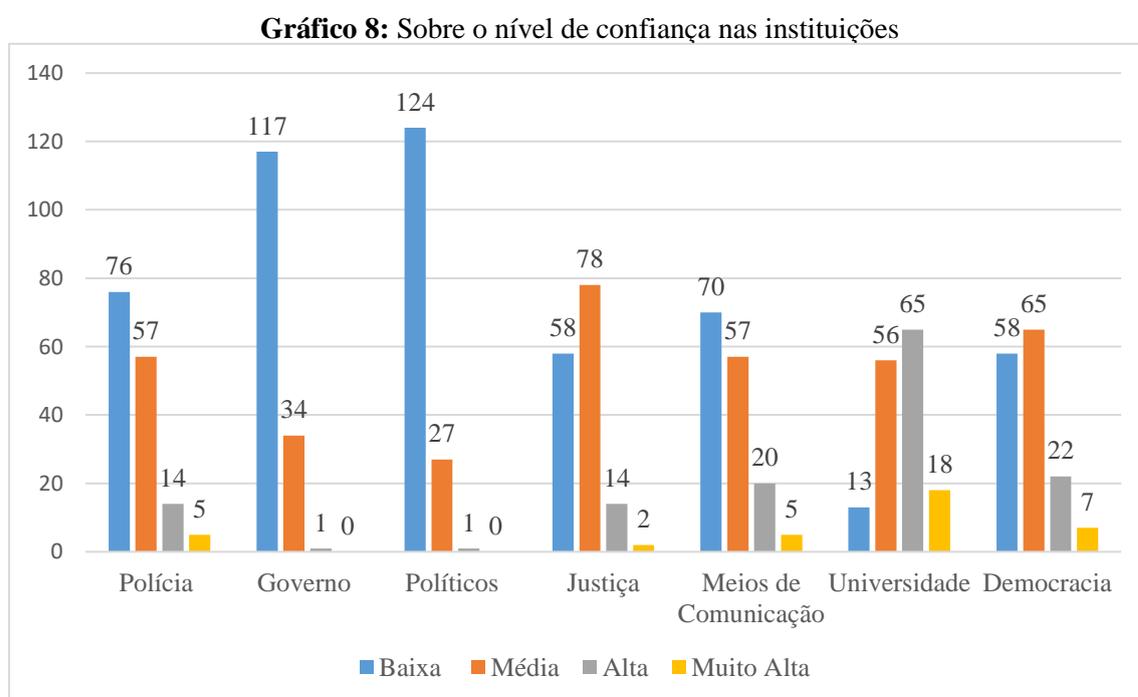
Em relação ao que pensam sobre a participação juvenil, 63 (41%) estudantes consideraram que há pouca participação, 47 (31%) que há participação regular, 23 (15%) que a participação é boa, 18 (12%) que é ruim e apenas 1 participante considerou a participação juvenil como excelente. É possível pensar que os jovens se referiram à participação institucionalizada e que atuações existentes, mas menos evidentes, possam não ter sido consideradas por eles.

Neste ponto, pensamos ser pertinente acrescentar que a defesa por uma suposta participação juvenil pode ser relativizada, já que a própria ideia de “protagonismo juvenil” é um conceito em disputa de sentidos, sendo entendido por algumas agências internacionais a partir de uma vertente empreendedora, focada nas conquistas e na ação individual do jovem. Há, por outro lado, a defesa de um protagonismo no qual haja efetivamente a construção de um pensamento coletivo, a partir do qual se proponha a melhoria das condições de vida das pessoas, e não se restrinja a ações caritativas e isoladas, sendo assim promotor de espaços formadores de coletivos juvenis (LULIANELLI, 2003). Ao que parece, essas compreensões

podem ser entendidas a partir da ideia de que os jovens carregam uma energia social que pode contribuir para as mudanças na sociedade (MANNHEIM, 1977).

Outro autor que, em nossa compreensão, amplia a discussões acerca da participação é Bauman (2012), quando acrescenta que são necessárias causas em comum à existência da participação, dos movimentos sociais e manifestações. Contraditoriamente, expõe que, no contexto contemporâneo de instabilidades e enfraquecimento das instituições e dos laços de solidariedade, as causas coletivas tendem a diminuir por uma suposta dificuldade de transpor os conflitos da escala pessoal à escala coletiva, isto é, os indivíduos não entendem seus problemas como algo que também atingem outros e, vice-versa, entendem que os problemas mais amplos não são seus.

Retomados os dados obtidos a partir de nossa investigação, podemos identificar o nível de confiança expresso pelos jovens em algumas instituições (Gráfico 8).



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os dados expressam baixo grau de confiança por parte dos estudantes em relação aos políticos, ao governo e à mídia, tendo 117 (76,9%) jovens demonstrado baixa confiança no governo, 124 (81,5%) nos políticos e 70 (46%) nos meios de comunicação. Contrariamente, em relação à universidade, identifica-se que apenas 13 (8,5%) manifestam baixo grau de confiança e 83 (54,6%) estudantes têm grau de confiança muito alto ou alto, e 56 (36,8%) confiança média na universidade. Certamente, a baixa confiança nos políticos, no governo e também na mídia estão relacionados aos escândalos de corrupção, entre os quais lista-se: o

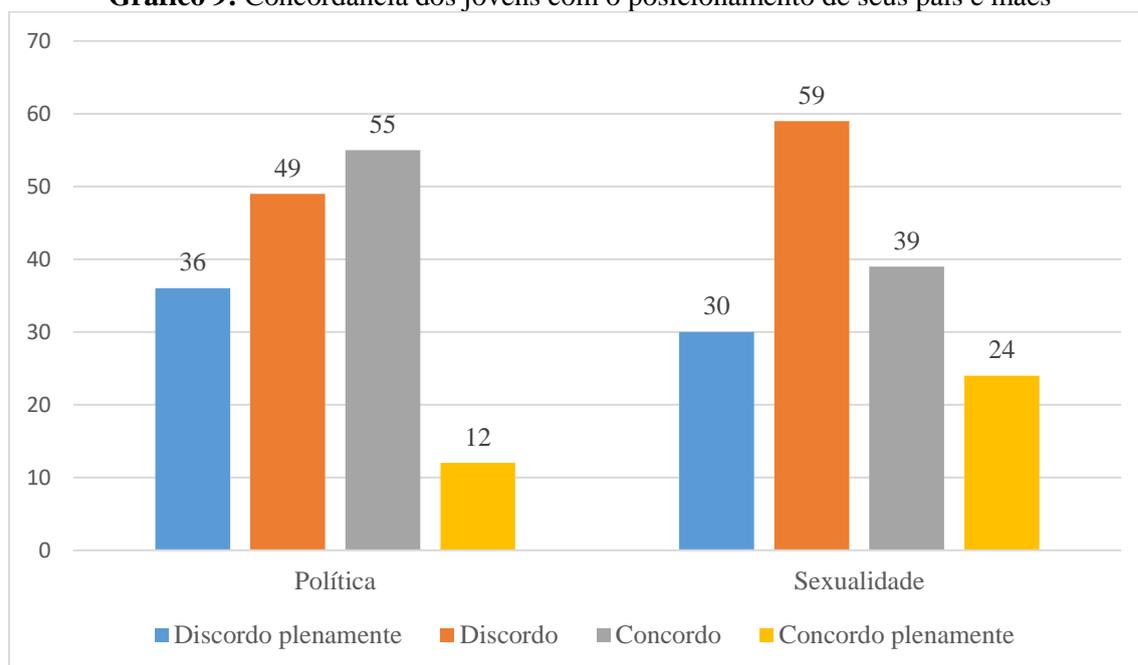
“Mensalão”³⁰, operação Lava Jato³¹, o “Petrolão”³², e outros que tiveram ampla divulgação nas mídias. A corrupção e seus rebatimentos na política é estudada por Souza (2017), que argumenta que o problema tem sido mal equacionado e isso tem levado a população a depositar toda a culpa no Estado, em alguns políticos, e que o empresariado e a dimensão do mercado têm sido entendidos como virtuosas nesses escândalos de corrupção, mesmo que, na maioria dos casos, exista o envolvimento tanto do Estado quanto dos agentes de mercado. Ainda para o autor, a elaboração teórica da compreensão de patrimonialismo e do brasileiro enquanto homem cordial – discutido, respectivamente, por Sergio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro em *Raízes do Brasil* e *Os donos do Poder* –, contribuem para formação de um pensamento social brasileiro em que o Estado é entendido na sua versão patrimonialista e o brasileiro enquanto o ser do “jeitinho brasileiro”, e tais ideias seriam fontes para a compreensão do descrédito atribuído exclusivamente à política, aos políticos e ao Estado, direcionado, por vezes, aos partidos de esquerda. No terceiro capítulo, traremos mais algumas conexões dessa compreensão do autor e como ela pode auxiliar para explicar o negativismo dos jovens universitários em relação aos sentidos da política.

Quando questionamos se os jovens concordavam com seus pais e mães em relação às temáticas da sexualidade e política, obtivemos os seguintes dados:

³⁰ Foi um escândalo de corrupção realizado para a compra de votos de parlamentares com vistas a aprovarem/privilegiarem licitações e projetos superfaturados, havia envolvimento de grandes empresas.

³¹ Trata-se de uma investigação da Polícia Federal brasileira, considerada uma das maiores, que tem por intento descobrir esquemas de corrupção. Foi elaborada em 2014 e teve o nome dado pela delegada da Polícia Federal Erika Mialik Marena, fazendo referência a um esquema de lavagem de dinheiro realizada por uma rede de postos de combustível e lava-jato. Na operação já foram cumpridos mais de cem mandatos de busca e apreensão, inclusive uma condução coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Estima-se que os casos investigados já aconteçam a mais de 10 anos e que tenham sido desviados dos cofres públicos bilhões de reais (NETTO, 2016).

³² Foi um nome dado pela imprensa a um esquema de corrupção na empresa estatal brasileira Petrobrás, no qual partidos e políticos desviaram bilhões de reais, que supostamente foram utilizados ao financiamento de campanhas, compra de votos e outros. A operação Lava-Jato tem investigado esse esquema desde 2014 (NETTO, 2016).

Gráfico 9: Concordância dos jovens com o posicionamento de seus pais e mães

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

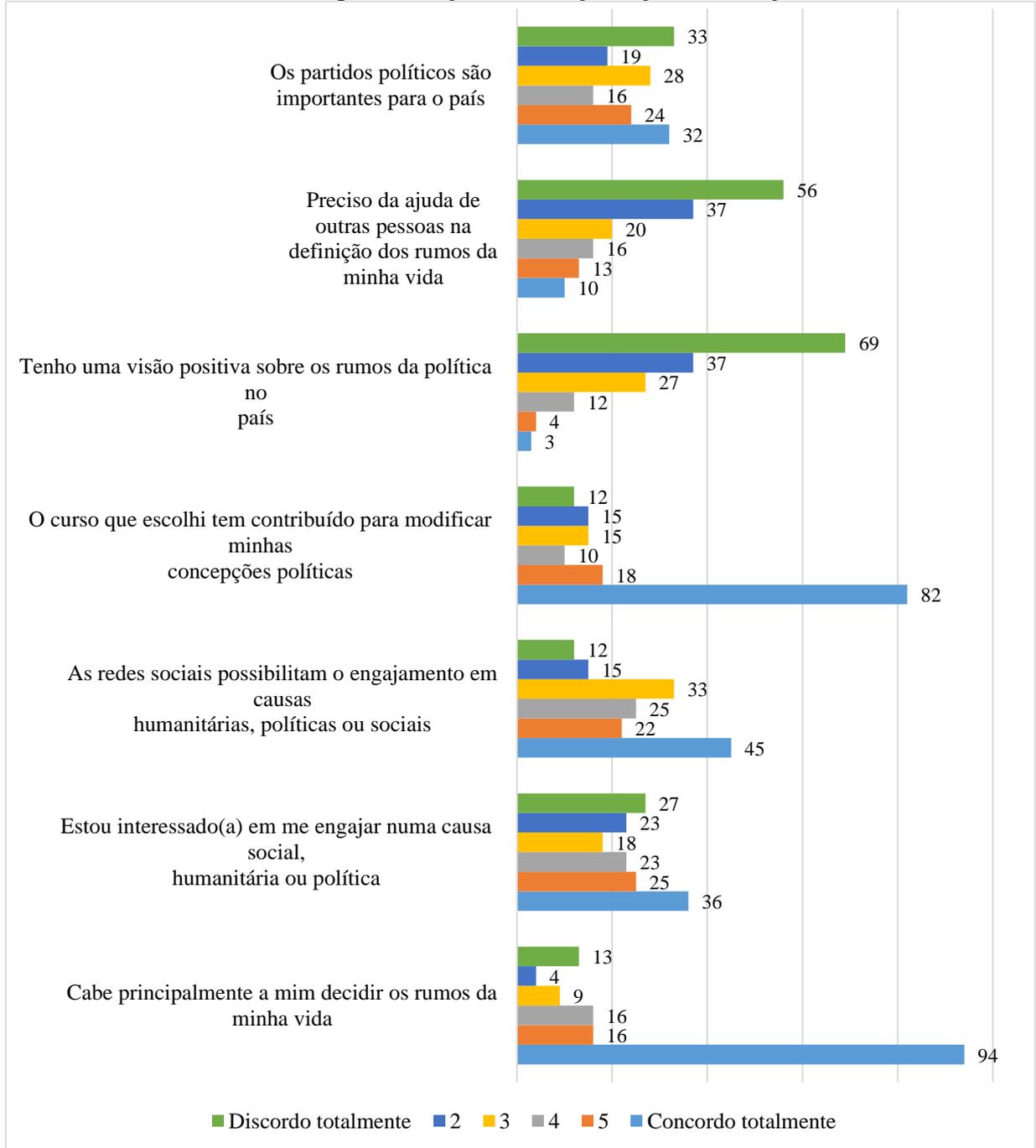
A partir dos dados, identificamos que os jovens não se formam apenas a partir daquilo que é vivenciado em âmbito familiar, mas também em outros espaços – dentre os quais se encontra certamente a vivência universitária, que parece contribuir também para um processo de ruptura geracional. A este respeito, 82 (53,9%) dos participantes concordam totalmente com a premissa de que a formação universitária contribui para mudanças nas suas concepções políticas, enquanto que apenas 12 (7,8%) não concordam com essa premissa, como indicamos no Gráfico 10³³. Ao mesmo tempo, ainda que os participantes concordem que a partir da universidade passaram a saber mais sobre como as relações sociais, a política e a economia funcionam, tornando-se mais críticos, continuam a considerar a participação política dos jovens como baixa ou insuficiente e, mais do que isso, permanecem, em muitos casos, distantes das diferentes formas de participação e engajamento político (conforme pudemos verificar nos dados dos Gráficos 6 e 7).

A este respeito, Bourdieu (1997) traz algumas contribuições ao fazer a diferenciação entre o saber cínico e o saber clínico. No primeiro caso, o sujeito sabe e percebe as relações de desigualdades e formas de funcionamento da sociedade, mas tira proveito disso, e/ou nada faz para denunciar e transformá-la. Já o saber clínico se dá quando o sujeito percebe as formas de desigualdade e opressão e busca transformá-las, denunciá-las, posicionar-se e fazer oposição às mesmas (BOURDIEU, 1997).

³³ Estruturamos essa pergunta a partir de uma escala de intensidade de 1 a 6, em que 1 significa “discordo totalmente” ou “não ocorre comigo” e 6 significa “concordo totalmente” ou “ocorre comigo”.

Em relação às representações dos estudantes sobre temas diversos que tangem à política e suas formas de participação, identificamos os seguintes dados:

Gráfico 10: Algumas compressões dos participantes sobre política



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Aqui novamente identificamos uma negatividade dos jovens em relação à política. Se no Gráfico 8 vimos que os jovens praticamente não confiam nos políticos e no governo, no Gráfico 10 vemos que 69 (45,3%) estudantes não possuem uma visão positiva acerca dos rumos da política do país, ao passo que somente 3 (1,9%) estudantes concordaram com esta

mesma afirmação. Acerca das considerações sobre a importância dos partidos para o país, vemos que as opiniões são acirradas, tendo 32 (21%) dos estudantes concordado que os partidos não são importantes ao país e 33 (21,7%) estudantes tendo discordado disso. E quando olhamos as demais escalas, não identificamos nenhuma recorrência que chame a atenção, a não ser a divisão quase que igualitária entre os que concordam que os partidos são importantes e os que não concordam. A respeito das formas de participação, na Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros, podemos identificar que, mesmo existindo uma diminuição da atuação dos jovens na política institucionalizada, vários instrumentos bastante citados fazem parte dessa dimensão, inclusive partidos políticos, como vemos nos dados a seguir:

Dentre as principais formas de atuação política que devem ser feitas para ajudar o Brasil a mudar e a melhorar, cerca de 46% mencionam a participação em mobilizações de rua e outras ações diretas. Outros 45% citam a atuação em associações ou coletivos que se organizam de alguma forma. Também se destacam a atuação em conselhos, conferências, audiências públicas ou outros canais de participação desse tipo (36%); a atuação pela Internet, opinando sobre assuntos importantes ou cobrando os políticos e governantes (35%) e **a atuação em partidos políticos (30%)** (PARTICIPATÓRIO, 2013, p. 87, grifo nosso).

Em decorrência da saída de Dilma Rousseff da presidência do Brasil, ocorrida em 2016, assumiu o governo seu vice, Michel Temer, e a partir de então, aplicou-se uma política que pode ser classificada como depredadora aos direitos sociais. Esse período se deu no momento de realização das entrevistas, em 2017. Dentre as mudanças, algumas ainda em curso, e que foram interpretadas como retrocessos aos direitos constitucionais, constam: a aprovação da PEC/55, que congela os investimentos nas instituições públicas por vinte anos; a simbólica ausência de mulheres em cargos de primeiro escalão, como de ministras – situação semelhante ao período da Ditadura Militar brasileira (1964-1984) –; a reforma trabalhista que modificou aspectos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); a proposta da reforma previdenciária, entre outros processos.

Ainda quanto aos fatos que permearam a realização das entrevistas com os jovens, devemos destacar as ocupações de escolas e de universidades, a qual todos estudantes vivenciaram, de alguma forma, e de cujo movimento alguns dos entrevistados participaram diretamente. Tais ocupações decorreram de recorrentes reduções no orçamento da educação básica e superior paranaense desde 2014, alvitadas durante o governo de Beto Richa (PSDB, 2011-2014/2015-2018). Tais movimentos ocorridos no Paraná se deram num contexto de

ocupações em vários outros estados do Brasil (São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro), entre os quais o Paraná teve o maior número de escolas ocupadas (em torno de 900). Nessas ocupações, além dessas reivindicações contra os cortes de verba, foram consideradas pelos estudantes como motivos para protestar a Emenda Constitucional n. 241, depois PEC 55, que congela investimentos nas políticas públicas por 20 anos. Contudo, ao que parece, o principal motivo das articulações dos estudantes foi a Reforma do Ensino Médio, proposta e aprovada pelo Governo interino de Michel Temer (SILVEIRA; BARBOSA; VALLE; ROMERO, 2017; SILVA; MEI, 2018).

As ocupações permitiram vislumbrar a reivindicação dos jovens por políticas públicas melhores para a educação e também foi possível perceber modos plurais e diversos de organizações entre os grupos juvenis, que formaram comissões no processo de condução das ocupações e que certamente repercutiram em suas identidades. Houve ainda o que podemos chamar de diálogos geracionais, por meio das interações entre os membros das ocupações secundarista e universitárias (MANNHEIM, 1982; SILVEIRA; BARBOSA; VALLE; ROMERO, 2017). Os jovens ocupantes produziram textos, cartas à comunidade, respostas às direções de escolas e das universidades, faziam reuniões para decidir os rumos da ocupação e do movimento, fato que demandava mobilização das capacidades de organização, decisão e reflexão dos envolvidos. Para Silva e Mei (2018, p. 45), nas “diversas ocupações, observou-se a experiência de aulas mais dinâmicas (rompendo a barreira das quatro paredes das salas), debates e eventos culturais aos finais de semana, ideias que surgiram nas ocupações e podem se tornar um novo modelo de prática escolar”. Isto é, algumas práticas que existiram nas ocupações são sugeridas como ações possíveis de serem desenvolvidas no ambiente escolar. Ainda é possível dizer que, por meio das ocupações, os jovens passaram a se perceber como sujeitos de ação, que praticam a cidadania e elevação dos níveis de consciência, sendo aqui entendida como a capacidade de explicação dos problemas em seu entorno (SILVA; MEI, 2018; GUARESCHI, 2017).

Para finalizar, em busca de ressaltar alguns aspectos que analisamos a partir de nossos dados nesse capítulo, salientamos os que se mostraram mais pertinentes entre os quais: que o perfil dos estudantes participantes da pesquisa é majoritariamente composto por mulheres, a maioria possui renda familiar entre dois e cinco salários mínimos, ao passo que a participação em projetos da universidade que possibilitam acesso a bolsas e a realização de estágios remunerados tornam-se relevantes a esses estudantes. Ademais, a idade da maioria é entendida como adequada para cursar o ensino superior.

Outro elemento que ficou em relevo foi o de que o contexto econômico, político e social tende a refletir nas compreensões dos jovens, assim como há, por parte dos jovens, maior confiança na universidade, que possivelmente repercute na construção de suas concepções, posições e participações. Notamos que a não formação educacional dos pais pode ser uma variável que contribui para a discordância entre eles, no que se refere à sexualidade e política, mas que isso não se dá da mesma forma para todos os temas – fato que permite dizer que a formação dos sujeitos, mesmo se tratando de jovens universitários, não se dissocia de outras dimensões como, por exemplo, a familiar. No entanto, as compreensões tanto dos familiares quanto dos outros espaços são, por vezes, questionadas e problematizadas pelos jovens.

Vimos, ainda, que a participação dos jovens conta com as mídias sociais como espaços de participação e como instrumento para agendar e articular movimentos; as campanhas solidárias também são muito praticadas pelos jovens. Contrariamente, nos sindicatos, partidos políticos, movimentos de gênero, étnicos e em associações de bairro não há participação expressiva dos jovens de nossa pesquisa, o que reforça a interpretação dos autores que sugerem a existência de um afastamento dos jovens de espaços de atuação política mais formais e hierarquizados.

CAPÍTULO 3

“COM A UNIVERSIDADE O INTERESSE FLORESCEU”: JUVENTUDE(S), FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA E POLÍTICA

Como temos buscado demonstrar, as formas de participação juvenil têm sido múltiplas nos espaços que esses sujeitos vivem, como nas universidades, nas cidades, nos movimentos e mídias sociais, nas câmaras municipais, nos coletivos e mesmo em conversas cotidianas e debates com amigos e familiares. Essas formas de atuação são orientadas pelas maneiras como cada jovem significa e entende a política, de modo que, a partir do que pensam ser parte desta dimensão, sugerem ações em relação à mesma. Nesse sentido, é pertinente analisarmos de modo atento essa diversidade de compreensões acerca da política, pois de tais sentidos decorrem as formas de participação e posicionamento na sociedade. Portanto, objetivamos, com esse capítulo, perquirir as significações atribuídas à política nos dados coletados por meio das entrevistas realizadas junto a 18 jovens universitários.

Para tanto, estabelecemos alguns eixos para aprofundar as análises dos sentidos que orientam as compreensões dos jovens. Na relação com a empiria, identificamos que os jovens não pensam a política de um modo único e nem de modo isolado ou unilateral, mas de maneira que se percebe a complexidade e multidimensionalidade na formulação das diferentes significações expressas em suas compreensões. Ressaltamos ainda que os eixos não dividem os sujeitos em grupos, isto é, um sujeito não se embasa apenas na compreensão de um eixo, mas pode mobilizar mais de uma das compreensões presentes nos mesmos, fato que ratifica a ideia de multidimensionalidade dos sujeitos na qual coexiste diferenças, contradições, interações, isto é, a complexidade (MORIN, 2003, 2011).

Deste modo, em um primeiro eixo, pormenorizamos as compreensões da política enquanto meio de organização social, que implica na vida e no cotidiano das pessoas, no qual há a influência de uma conotação mais formal e institucionalizada desta dimensão.

Num segundo eixo, a política é caracterizada enquanto sistema corruptível e sem salvação, acompanhado de conotação partidária, utilizada para a satisfação de interesses próprios e voltados para conquistas particulares. Nesta discussão, é pertinente pensarmos o tempo da política enquanto momento em que os políticos aparecem mais frequentemente na cena pública para fazer campanha, angariar votos e depois não mantêm a mesma intensidade de diálogo com a população. Ao mesmo tempo, coadunamos com a ideia de que esse tempo não é marcado apenas por esse movimento dos políticos, mas também modifica relações da

população, nas quais o que se opera é um período de conflito autorizado, a partir de um “rearranjo das posições sociais” (PALMEIRA, 2002, p. 172).

Um terceiro eixo refere-se à política enquanto meio de transformação das relações pessoais, algo em movimento e com amplo caráter de ação, que perpassaria a educação e a formação das pessoas. Aqui, duas ideias parecem ser chave: em primeiro lugar, a de que é necessário transformar a si mesmo para depois voltar-se às relações mais amplas; em segundo, a de que, por meio da educação, modificam-se as compreensões das demais pessoas e com isso pode-se modificar os aspectos políticos.

O último eixo proposto se refere a uma compreensão de política enquanto algo múltiplo e que pode se fazer de várias maneiras, por meio de mídias sociais, TV, rádio e outras, na qual, ainda, identifica-se uma ambiguidade, pois os próprios jovens, ao mesmo tempo em que defendem as mídias enquanto espaço ou instrumentos de fazer política, afirmam ser negativo quando as pessoas formam suas opiniões, comportamentos e posições apenas a partir desses conteúdos midiáticos, ao sugerirem que seria assim, fonte de alienação.

Enfatizamos a importância de que os eixos construídos sejam entendidos em sua complexidade, em seu dinamismo, nos quais há imbricações e interfaces. Não são, portanto, rígidos em definir ou categorizar posições políticas ou a compreensão de um sujeito, pois podem, por vezes, aparecer juntos nas falas de um mesmo estudante. Ainda, é pertinente pensá-los enquanto instrumentos que oferecem categorias para a leitura das compreensões dos jovens em suas conexões com o contexto e com a formação universitária, por partirmos do entendimento de que os sujeitos se formam nesse conjunto, compreendendo-os, portanto, em suas interações e retroações (MORIN, 2003, 2011).

A este respeito, vale mencionar, ainda que brevemente, que os posicionamentos dos jovens de nossa pesquisa sugerem que o ingresso na universidade confere uma compreensão mais crítica, ampla e profunda sobre a política e as formas de participação. Afirmam que a formação incentivou alguma forma de participação, atuação ou, ainda, que conferiu um olhar diferente do que tinham em relação àqueles que participam da política.

A elaboração desses eixos em consonância com a formação universitária nos remete a ratificar as compreensões de alguns autores com os quais dialogamos nos capítulos 1 e 2, quando abordam sobre a participação juvenil (MORIN, 1981; SOFIATI, 2008; CASTRO, 2016b, entre outros). É também relevante registrar que o ideal é não polarizar a compreensão de juventude como aqueles que ora atuam com intensidade na política e ora são apáticos às questões políticas, porque as perspectivas definidoras impedem uma compreensão detalhada e crítica da atuação juvenil que, quando analisada de modo a considerar vários fatores

influenciadores, vê-se que as formas de atuação e compreensão não se dão por si só, mas somadas a aspectos mais amplos de coletivos de cada período (MAYORGA, 2013; CASTTRO, 2016b; FORACCHI, 1977). Após ratificarmos esses elementos de enfoque metodológico, como a multidimensionalidade dos sujeitos, a ideia de analisarmos a partir de chaves da teoria da complexidade, que nos remete a pensarmos os sujeitos em suas associações, e demarcarmos os eixos que pretendemos considerar, trataremos, adiante, da discussão particular de cada eixo.

3.1 Política, organização e sociedade: “A política influencia em tudo”

Quanto aos conteúdos que se referem à política, identificamos, como anunciado, diferentes perspectivas e formas de atribuir sentido a esta dimensão, tendo, num primeiro momento, emergido o sentido daqueles que a pensam enquanto meio de organização social, que implica na vida e no cotidiano das pessoas, para a qual destacou-se, ainda, uma conotação mais formal e institucionalizada de política.

A respeito de enxergar a política como elemento presente em todas as relações, quase como algo inerente ao ser humano – ou mesmo como constituinte de sua natureza, conforme instituiu Aristóteles em “A Política”, uma estudante expõe que a política “está tão presente em tudo que a gente faz, que não tem como você não se sentir pertencente a ela, como que eu não vou gostar daquilo que vai dizer a respeito da minha vida? [...] Muitas coisas que determinam nossa vida são políticas” (Gisele, 29 anos, Pedagogia). Esses entendimentos são recorrentes e centralizam a política como algo presente em tudo, como apresentamos a seguir:

Tudo envolve a política, o meu cargo, que um dia eu vou conquistar, que eu vou ter, depende da política. Eu vou estar subordinada ao Estado, que vai pagar o meu salário. Tudo é política. (Adriana, 25 anos, Pedagogia).

No cotidiano, tudo, o meu bairro é gerado em política, a universidade é política, tudo, eu acho que basicamente tudo é política. (Andreia, 22 anos, História).

A política influencia em tudo, da passagem da circular que eu pago para vir para cá, do salário que eu recebo ali como estagiária, da bolsa que eu recebo como pibidiana. (Jaine, 21 anos, Pedagogia).

Essa ideia do ser humano enquanto animal essencialmente político foi relativizada por Arendt (2002), ao argumentar que o sentido da política é a liberdade e que, portanto, a política se daria na relação entre os homens, nos debates e em seus conflitos, no espaço público, não como algo inerente à natureza humana. A autora questiona nesse sentido o caráter

naturalizante de entender a política, que pode implicar em neutralidade, pois conduz a um entendimento de que, independente do que os sujeitos sociais fizerem, estará sendo político. Ainda, a compreensão de classificar tudo como político parece prescindir de uma reflexão mais detalhada.

A respeito do sentido da política como organizadora da sociedade e presente em diferentes âmbitos, podemos inferir que leva os jovens a considerarem a importância desta dimensão, e, faz com que, mesmo aqueles que não gostam muito do assunto, passem a se interessar pelo tema. Isso é possível verificar nos exemplos a seguir:

Gostar eu não gosto, mas sei que a gente tem que estar por dentro, **é uma forma de nos controlar**. (Kelly, 23 anos, Pedagogia, grifo nosso).

Eu acho importante a gente estar antenado com essas coisas, porque elas vão interferir totalmente na nossa vida. (Mariana, 21 anos, Pedagogia).

As regras que existem socialmente que os políticos aprovam. Então tudo isso acaba **regendo** a nossa vida, a gente sempre faz parte de uma cultura, de um sistema e você só vai na **correnteza**, então você está sendo influenciado a todo momento. Seja pelo lado bom ou pelo lado ruim, está aí, existe. (Paula, 21 anos, Pedagogia).

No sentido aqui destacado, a política está sendo pensada como algo que organiza e controla a vida das pessoas, e que passa a constituir uma dimensão que não pode ser atenuada, mas para a qual se deve estar sempre atento. Além disso, os jovens compreendem essa dinâmica como algo que leva o sujeito, e que é difícil de ser alterada, a exemplo da analogia da “correnteza” utilizada pela estudante.

Uma outra característica evidenciada por esse eixo é a de que, nos relatos dos jovens, são destacadas, especialmente, as instituições oficiais, o governo, o Estado, as leis e os políticos – neste caso, referindo-se àqueles que ocupam algum mandato, ou seja, os parlamentares e que atuam na via institucional. Os trechos a seguir permitem verificar alguns desses aspectos e enfatizam ainda de que forma a política se faz presente na vida desses jovens:

Hoje, o cafezinho está 30% mais caro, porque aumentou o imposto, o combustível, e por que aumentou o imposto? **Porque algum político lá em cima aumentou**. Tudo da política reflete na nossa alimentação, no combustível e até mesmo nas disciplinas que vão ser aplicadas na sala de aula. A política influencia em tudo. (Fabiana, 28 anos, Pedagogia, grifo nosso).

Todo momento, ultimamente quando eu saio de casa, que eu tenho que pegar uma frota do ônibus aqui em Paranaguá que foi feito um contrato, que só pode ter uma viação do ônibus aqui, eu não tenho opção de poder pegar outro que é mais barato. Se o ônibus quiser cobrar cinco reais, eu vou ter que pagar cinco reais, eu vou ter que ir para faculdade. **Então eu acho que a todo momento a política está influenciando você.** (Gabriela, 24 anos, Pedagogia, grifo nosso).

A política está em tudo ao nosso redor. **A gente vota**, a gente participa da sociedade, a gente está envolvido na política. A gente tem que escolher alguém para votar, a gente tem que se informar, ser crítico. Então, querendo ou não, a gente é um ser político [...]. **Porque em tudo a gente depende de política.** As leis trabalhistas, elas influenciam. Se você está ali, se você trabalha registrado. A política, agora, quer mudar, aumentar os anos de aposentadoria. Influenciou, porque foi a política que interveio e acabou prejudicando. (Adriana, 25 anos, Pedagogia, grifo nosso).

Nesse entendimento há, por parte dos estudantes, uma crítica ao aspecto do controle e definição que a política exerce. No entanto, esta crítica não leva os jovens a sugerirem o distanciamento da dimensão política, pelo contrário, demandam justamente que as pessoas estejam atentas a esta esfera, que é, nesse caso, entendida mais em seu caráter institucionalizado, referente às leis, às definições oficiais, à atuação dos políticos. Uma vez mais, os trechos a seguir auxiliam na compreensão deste sentido:

O que eu faço mais é, por exemplo, acompanhar as sessões da Câmara do município, acompanhar o Diário Oficial do município todos os dias, tentar ficar o máximo possível informado sobre a Câmara e o Senado, até mesmo o Governo do Estado, é o que eu faço em política, tento me manter o máximo informado possível. (Gabriel, 22 anos, História).

Eu penso quando eu voto em alguém, o cara vota como eu votaria se estivesse lá na Câmara dos Deputados, na Câmara dos Vereadores. Acho que são esses caminhos. (Alexandre, 28 anos, História).

Votando corretamente, da melhor maneira que eu consiga, eu acho que é um passo. (Franciele, 22 anos, Pedagogia).

No votar, quando eu for votar no prefeito, presidente, governadores, votar numa pessoa que eu veja que tem um plano que vai combater esse tipo de coisa, acho que é isso. (Andreia, 22 anos, História).

Por meio dos trechos destacados, vemos a presença mais intensa de um caráter institucionalizado da política, por mais que, conforme tem sugerido a literatura, as vias desse formato não sejam mais as principais enfocadas pelos jovens, como pudemos verificar nas discussões dos capítulos anteriores (SAINTOUT, 2009; CASTRO, 2016b; GOHN, 2018; CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018). Dentre os jovens participantes, há um

número relevante de sujeitos que depositam na via parlamentar as esperanças de resolver problemas sociais, como indicamos nos trechos supracitados, especialmente, no que se refere a importância atribuída ao voto e à escolha dos candidatos, fato que ratifica a força das formas institucionais de fazer política, mesmo que haja mais dinamismo e diversidade do pensar e fazer política nas vias não-institucionais (MAAR, 2000; CASTRO, 2016b; CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018). Entendemos que esse enfoque institucional que os jovens associam à política deixa pouco espaço para pensar a transformação, enfatizando mais a ideia da política enquanto meio de controle da vida social e da importância de acompanharmos a atuação dos agentes da política, devendo ser essa a função da população.

Nesse primeiro eixo, o caráter mais reprodutor e de manutenção da política é um aspecto que configura o sentido geral, sendo que a ideia da mudança, da alteração das práticas e da sociedade parece não permear de forma mais incisiva esse entendimento. Fica em relevo nesse eixo a função de manutenção, controle e de contenção que pode ser exercida por meio da política (LULIANELLI, 2003; BOURDIEU, 2011). Isso pode ser verificado na compreensão da estudante que expõe que a política refere-se a: “um processo que tem organizado, pelo menos tem mantido a nossa sociedade assim, em forma de estrutura e tal” (Gisele, 29 anos, Pedagogia). Tanto nessa como em outras falas, a política aparece então como elemento que define, estrutura e mantém relações vigentes (MANNHEIM, 1977^a; BOURDIEU, 2011).

De modo complementar, e como já ressaltamos, na compreensão apresentada por este eixo, a dimensão da política é destacada pelos jovens como relevante, independente das circunstâncias. No trecho a seguir, quando questionada sobre gostar de política, uma estudante destaca que: “Não gosto, mas é um mal necessário, porque você está inserido em um meio no qual a política, de todo modo, posso te dizer, ela é vigente, está em todo lugar. Então assim, é um mal necessário” (Letícia, 21 anos, História). Ao que parece, esse entendimento reforça uma ideia da política como algo externo ao sujeito, mas que deve ser pautada e considerada a todo custo. Deste modo, ao que sugerem os dados, o sentido aqui atribuído à política leva os jovens a não se considerarem como seres que a produzem, não assumindo protagonismo diante desta dimensão que organiza, determina, influencia e envolve suas vidas. No entanto, é interessante lembrar que a não imersão do jovem nesse molde de fazer e pensar a política não necessariamente os impede de se engajarem de outras maneiras (MAYORGA, 2017; CASTRO, 2016b).

Nesse sentido, os jovens não realizam, nesse caso, um movimento de se entenderem como coprodutores da política de forma mais direta, pelo contrário, é conferindo aos sujeitos

apenas a responsabilidade de escolher candidatos e acompanhar processos institucionais e seus representantes. Mais uma vez, o fato da política organizar e constituir o país é ratificado por uma entrevistada: “Eu gosto de política, porque a gente é um ser político. Então a política é importante, **ela que rege o país**. Muitas pessoas não gostam nem de tocar no assunto, mas ela é super importante!” (Adriana, 25 anos, Pedagogia, grifo nosso). Quanto ao que argumentamos nesse eixo, acerca de um sentido que coloca a política como aquilo que organiza, define e delibera as coisas, o trecho grifado deixa esse aspecto em evidência, sendo a política que “rege o país”. Ao que parece, há um movimento de cisão entre o campo político e o restante da sociedade, que é operacionalizado nas compreensões dos estudantes, sugerindo para uma suposta separação entre esses. Como ratifica a mesma estudante, “**os políticos decidem para o país o que tem que ser feito e tal**, eu acho importante numa democracia num lugar civilizado a gente ter política” (Adriana, 25 anos, Pedagogia, grifo nosso). Aqui, a compreensão da estudante reforça o sentido da política enquanto elemento organizativo da sociedade, defendido, ainda, como algo fundamental para a manutenção do funcionamento da mesma.

Vimos por meio desse eixo que, entre os estudantes, a política é um assunto de destaque e importância, para o qual se deve estar sempre atento, especialmente quando sugerem que a política está presente em tudo. Esta dimensão, ainda, é vista como algo que organiza e define aspectos para a vida das pessoas, sendo em grande medida focado seu caráter institucional, que ficou evidente quando a maioria esboça a preocupação com a via parlamentar, ao escolher os melhores candidatos, acompanhar os trâmites do governo federal, Senado, Câmara dos Deputados, etc. Pelo que vimos, esse entendimento não favorece que os estudantes se percebam enquanto sujeitos políticos e também para a transformação das relações vigentes via outros mecanismos diferentes dos tradicionais.

3.2 Democracia, corrupção e os partidos políticos: “Eu não sou nem PT, nem do PSB, nem do PSDB, nem do PQP”

Um segundo sentido identificado nos relatos dos estudantes foi aquele que associa a política à conotação partidária, entendendo-a enquanto sistema corruptível e sem salvação, utilizada para a satisfação de interesses próprios dos políticos e voltada para conquistas particulares. Na maioria dos casos, essa visão sugere um viés negativo dessa dimensão, como no trecho a seguir:

Eu não sou nem PT, nem PSB, nem do PSDB, nem do PQP, não sou nada e também não defendo político nenhum, eu tento entender o que acontece, por que o Brasil caiu nessa merda que está hoje [...]. Olha, por mais que essas pessoas queiram entrar lá e fazer uma diferença, **existe tipo uma engrenagem e tudo mais**, que digamos eu entro, sou eleita uma deputada federal, eu sou uma e tem mais 10 outros deputados federais que querem que eu faça alguma coisa para beneficiar eles, se eles estiverem no poder e sabotarem, **eles vão me sabotar se eu for contra**, então [...] a pessoa se corrompe, não porque ela queira, mas porque existem em volta dela um **círculo de sabotadores**. (Fabiana, 28 anos, Pedagogia, grifos nossos).

Nesse trecho, identificamos aspectos que demarcam esse segundo eixo, por exemplo, o fato de a estudante se preocupar em afirmar que não faz parte de nenhum partido político, sugerindo que os mesmos estariam associados à corrupção, que mais adiante é vista como uma “engrenagem”, ou seja, a corrupção como um todo organizado, que perpassa os partidos políticos, concentra poderes e constitui um “ciclo de sabotadores”.

Podemos dizer que as compreensões da estudante – de caracterizar o sentido representado neste eixo de análise – apresentam certa consonância com alguns movimentos juvenis que contestam a política na atualidade, que trouxeram ideias como “Vão-se todos”, “Ninguém me representa” e outros, marcados pelo questionamento e pela própria problematização da democracia, isto é, das formas de representação, do parlamento e do sistema político como um todo. Com efeito, esse movimento tem sido percebido não só no Brasil, mas em outros países da Europa, nos Estados Unidos e em toda a América Latina, como mostrou Castells (2018), ao analisar o que tem chamado de ruptura entre os governos e governados, de uma crise de representação que tem se consolidado desde meados dos anos 2000. A partir disso, os jovens têm pautado e reivindicado quase que unanimemente pelo fim da corrupção e fraudes nos sistemas políticos, e também por temas tais como a democratização e melhoria de todos os níveis de educação, a promoção de serviços de saúde, segurança, transporte, cuidados com o meio ambiente, mobilidade urbana, moradia, entre outras políticas públicas (SAINTOUT, 2009; SAKAMOTO, 2013; MARCIAL, 2013; AGUILERA, 2013; CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018).

A conotação da política enquanto sistema corruptível e corrompível é ratificada em várias passagens das entrevistas com vários outros estudantes, como mostramos a seguir, ao que indica que eles entendem que há pouca possibilidade de mudança a partir da forma como a política está organizada. Como exemplo, quando questionadas sobre os motivos que levam as pessoas a se envolverem com política, as estudantes argumentam o seguinte:

Eu acho até que algumas **entram na política com uma boa ideia, só que eu acho que acaba se contaminando, que não tem como você não se contaminar**. Porque, por exemplo, eu esperava que ele fosse ter atitudes diferentes, por que que ele está indo com a maioria? Ele aparentava ser uma pessoa diferente e agora não está sendo, joguei o meu voto no lixo. (Paula, 21 anos, Pedagogia, grifo nosso).

Mas chegando lá, eu não sei se é o **sistema**, não sei se é alguma coisa que já está pré-definida ali, acaba corrompendo mesmo. Não que a pessoa seja também uma santinha, mas eu acho que o **sistema acaba corrompendo**. (Mariana, 21 anos, Pedagogia, grifos nossos).

Mais uma vez, para as estudantes, existe na política algo que contamina aqueles que se envolvem com ela, de modo que não resta alternativa, já que mesmo as pessoas bem-intencionadas acabam sendo “contaminadas” nesse bojo, nesse “sistema” que corrompe. Esse entendimento se formula possivelmente a partir do acirramento dos escândalos de corrupção no Brasil nos últimos anos, como aqueles mencionados no segundo capítulo, entre os quais o “Mensalão”, “Petrolão” e os investigados pela operação “Lava Jato” – que intensificam um problema gritante – estão entre os mais presentes na mídia brasileira e alimentam a crise política no país (NETTO, 2016; ROSSONI; MOTTA, 2017). É fato que existem diferentes interpretações para a existência da corrupção no Brasil. Para alguns autores, por exemplo, esse processo decorre da forma como o país foi colonizado por Portugal, assim como por meio de algumas características herdadas dessa metrópole (FAORO, 2012; SOUZA, 2017, 2018). Em contrapartida, Souza (2017, 2018) argumenta que houve uma construção teórica e que passou a ser uma ideia dominante do Estado como predador do bem público, que é recortada e, portanto, falsa em sua totalidade, porque torna o Estado como ente único e exclusivo da corrupção, o que, para o autor, não corresponde à realidade. Nesse sentido, Souza (2017) defende que a sociedade brasileira e a forma como seus problemas foram forjados e se prolongam até a atualidade sejam explicados, especialmente, a partir da escravidão. Esses elementos nos ajudam a pensar nas compreensões e comportamentos que podem decorrer nas exposições dos jovens participantes da pesquisa. Para Gomes (2016), existem dois comportamentos principais decorrentes da corrupção no Brasil: um primeiro seria o pró-corrupção, que, em linhas gerais, seria dos sujeitos que tornam esse problema banal e o naturalizam, não contribuem para que seja alvitrada alguma ação para interromper essas práticas. Um segundo seria o comportamento anticorrupção³⁴, que leva os sujeitos a se organizarem coletivamente com vistas a agir contra a corrupção.

³⁴ Como exemplo de ações desse comportamento, podemos citar as de grupos que se organizam para coletarem assinaturas com vistas a propor projetos anticorrupção, que resultam em leis como a lei n. 9.840, de 28 de

Contudo, é consenso para diversos autores que a corrupção é um problema histórico, candente e cíclico da sociedade brasileira (SOUZA, 2017, 2018; GOMES, 2016; ROSSONI; MOTTA, 2017). No entanto, enfocamos as compreensões que se propõem a explicar a corrupção na contemporaneidade, isto é, no período pós-redemocratização, e como ela tem sido percebida pelos estudantes de nossa pesquisa, que sinalizam para uma visão negativa, como temos argumentado, e que podemos verificar mais uma vez no trecho a seguir:

Parece que tudo é corruptível! Mas eu ainda assim tenho aquela utopia de que a política ela é para ser correta, ela é para dar sustentabilidade para a população. Eu penso assim, aquela democracia, que o povo um dia ainda vai ter voz nesse mundo, e que quando ele tiver voz ele vai saber o que fazer, ele não vai se corromper, se vender. Eu tenho essa utopia ainda, mas quem sabe algum dia, em um futuro, talvez. (Letícia, 21 anos, História, grifo nosso).

Esses vários casos de corrupção que apresentamos e a facilidade com que muitos políticos possuem para escapar das punições ao usarem os poderes concentrados corroboram com a perspectiva da estudante de que “tudo parece corruptível”, e que, em alguns casos, conta-se com a participação da população, que continua a eleger políticos amplamente denunciados por corrupção e, por vezes, com processos julgados (GOMES, 2016). Ainda, a aversão à política institucional pode decorrer igualmente pelo fato de que, nas democracias modernas – nas quais legalmente os anseios da população deveriam ser considerados –, é comum perceber muitas decisões que são tomadas pelos políticos em vista de beneficiar quem já está no poder, deixando de lado, por exemplo, as demandas das camadas populares. Esse fato, que é acirrado pela propagação do neoliberalismo, contribui para a concentração de renda e poder e para infiltração de grupos com interesses muito particulares nas políticas públicas (SANTOS, 2007; SANTOS, 2011).

Tudo isso contribui para que as formas de atuação juvenil não sejam mais, exclusivamente, movidas por grandes correntes ideológicas e projetos societários, mas as próprias práticas dos jovens nos vácuos do Estado – como na preparação de estudantes carentes em cursinhos pré-vestibular, campanhas solidárias, e outras ações – indicam que os grupos juvenis já não acreditam, nem esperam de modo único e exclusivo de algumas instituições que deveriam juridicamente oferecer determinados serviços à população (CASTRO, 2016b; AGUILERA, 2013; BAUMAN, 2012).

setembro de 1999, que proíbe a compra e venda de votos, tornando essa prática crime, e a lei n. 135 de junho de 2010, que confere inelegibilidade aos políticos com pendências junto a Justiça Eleitoral e/ou que tenham cometido uma gama de crimes listados no Art. 2 da referida lei – que ficou conhecida como Lei da Ficha Limpa. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9840.htm> e <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp135.htm>. Acesso em: 28 dez. 2018.

A respeito da continuidade de políticos corruptos exercerem mandatos nos parlamentos, é interessante pensar a partir da dimensão do campo político, no qual são constantes as forças que atuam para manter os poderes instituídos, e mesmo para concentrar o capital político. Desse modo, há um dinamismo nesse campo e na relação com os demais campos, mas também um trabalho de conservação das regras, instrumentos e formas pelas quais se definem suas hierarquias dentro do campo – esse acúmulo de capitais contribui para o aparelhamento de alguns políticos para desviarem de investigações, julgamentos e conseguirem por vezes reeleições (BOUDIEU, 2011; GOMES, 2016).

Ao se referirem à política, alguns estudantes replicam esse entendimento de um sistema organizado e guiado pela corrupção com esquemas “pré-definidos”, como vemos a seguir:

As coisas parecem tão corruptíveis, porque mesmo quando a pessoa entra com boas intenções, ela não consegue se manter lá dentro, porque ela não se adapta ao sistema que já está **engrenado** [...] digo na câmara, no senado, na presidência. Então é muito, muito complicado [...]. Mas se a pessoa vem com esse objetivo bom: “ah, beleza, eu quero ajudar, quero fazer alguma coisa pela cidade, pelo bairro”, acaba que a pessoa não ganha voz, ela não consegue se manter ali. Ou porque ela não tem uma **moeda de troca** com a população, porque a população às vezes busca direitos individuais para ela, um ganho individual, ela não pensa no geral, não pensa na própria comunidade. E daí acaba que, quando a pessoa tenta entrar lá, ou ela não tem essa relação com a população ou **ela não se adapta com os esquemas que já estão pré-definidos**. (Leticia, 21 anos, História, grifos nossos).

Olha, talvez eu esteja pensando errado, mas eu acho que ainda existem pessoa boas na política, que querem fazer algo para a população, só que para mim a **política corrompe o homem**, o homem acaba sendo **corrompido** pela questão do dinheiro fácil. Assim, acaba perdendo um pouco seus valores [...]. Alguns é por dinheiro, não, muitos é por dinheiro, outros porque pensam na população, mas esses que pensam na população não ficam tanto tempo eles são **boicotados** antes. (Rafaela, 26 anos, História, grifos nossos).

Além desse entendimento da política como um sistema organizado de modo negativo, no segundo trecho, a estudante menciona que às vezes há, por parte da população, interesse em “moedas de troca” e a busca por vantagens individuais – que podem ser exemplificados pelas trocas de favores, vendas de votos, etc. – processos que auxiliam na perpetuação dos políticos corruptos na política, no parlamento. Outro entendimento decorrente é de que o sistema político não pode ser melhorado e, ainda, de que aquelas pessoas que se envolvem com política são contaminadas pelo sistema. Então, não se trata apenas de pensar numa dimensão que influencia em comportamentos, mas que incute diretamente na conduta das pessoas e, por conseguinte, nas identidades das mesmas.

Essa dimensão da política enquanto sistema corrupto parece não apenas ser o que coopta as pessoas (políticos) para atos ilícitos e/ou corruptos, mas também é apontado pelos estudantes como causa de problemas sociais do país, como mostramos a seguir:

Tudo isso está atrelado, repito novamente, à questão da corrupção, se você é de um país **extremamente corrupto**, não vai se garantir essas coisas básicas para o povo, e aí os problemas vão virando uma bola de neve, cada vez aumentam mais [...] **No nosso país, eu acho que 80% da culpa é da corrupção**, eu acho que olhando pelos recursos naturais que nós temos, pela visão que o povo tem sobre trabalho e essas questões, **se não houvesse corrupção**, não acho que nosso país seria um país totalmente igualitário, mas que a questão de desigualdade social, miséria, pobreza, ela seria reduzida de uma maneira muito significativa. (Gabriel, 22 anos, História, grifos nossos).

A causa da pobreza eu acredito que é a má distribuição dos recursos no nosso país, **a corrupção** também favorece muito, talvez seja isso também a preocupação com o próximo também favorece porque você vê lá uma pessoa vamos supor que está ali no caso de pobreza e você não tem preocupação **você prefere desviar** do que se aproximar do que quem sabe levar o alimento necessário. O brasileiro [...] é **individualista** e não tem preocupação nenhuma com o próximo, uma das causas sim é a corrupção, a falta de preocupação com o próximo também é uma causa, a vontade de ser rico cada vez mais rico sem pensar no próximo. (Maikon, 21 anos, História, grifos nossos).

A pobreza, na verdade, **olha o tanto que eles roubam**, dá para sustentar minha família inteira o resto da vida. **A preocupação da maior parte dos governantes é de encher os bolsos** e não pensar no bem-estar e nós não sabermos disso, continuar alienados, duas razões para a pobreza. (Kelly, 23 anos, Pedagogia, grifos nossos).

Como é possível perceber nas passagens citadas, a corrupção faz parte da dimensão política e é tida como algo que implica em várias dificuldades ao desenvolvimento do país. Outro aspecto a ser destacado é o individualismo que, de certo modo, estaria associado à corrupção na política, dando origem aos problemas sociais. De fato, Bauman (2012, 2013), ao tratar das sociedades contemporâneas, entende que estas são marcadas pela insegurança e propícias ao individualismo – que implica na dificuldade dos sujeitos em perceberem os problemas individuais em sua dimensão coletiva e, mesmo quando há um compartilhamento de problemas, isso pode não resultar em uma ação coletiva com vistas a resolvê-los. Ademais, o autor expõe que muito do que antes podia ser resolvido pelos governos hoje não faz mais parte do seu rol de influência, mas é pensado por grupos de quem detém o poder e que estão além do território do Estado, isto é, há forças e interesses que transcendem os Estados, os

governos, e que acabam exercendo um controle maior dos rumos da sociedade. É o caso, por exemplo, dos interesses do mercado, do capital (BAUMAN, 2012).

Como podemos verificar, as críticas à corrupção aparecem explícitas nesse eixo, como no último trecho citado, em que a estudante coloca que a “preocupação da maior parte dos governantes é de encher os bolsos” (Kelly, 23 anos, Pedagogia). Ao que parece, na percepção desses jovens nascidos no período pós-redemocratização, é possível pensarmos que existe uma forma de compreender marcada por uma percepção coletiva dessa geração a respeito do problema da corrupção. A imersão desses jovens num bombardeamento de notícias sobre corrupção é uma vivência política comum aos sujeitos que ocupam essa posição geracional (MANNHEIM, 1982; CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018).

Ainda a respeito do problema da corrupção – tema que parece quase que umbilical quando se trata de política no Brasil –, podemos pensar, por meio dos estudos de Gomes (2016), que é necessário um processo de politização da população e a celebração de ações associativas para a promoção de frentes de combate à corrupção, e também que as características culturais e socioeconômicas dos sujeitos, bem como as formas e níveis de acessos aos capitais educacionais, culturais e sociais influenciam nos comportamentos políticos dos mesmos ao perceberem esse problema social. Nesse sentido, os jovens universitários se mostram indignados com essa problemática e sugerem que a erradicação da corrupção seria um meio de promover melhorias na vida das pessoas.

As análises realizadas até aqui destacam a preocupação e indignação dos jovens acerca dos problemas que envolvem a política, como a corrupção, que parece ampliar a insatisfação e a insegurança em relação ao que pode ser ofertado pelos governos e pelo Estado. Esse fato possivelmente contribui para a desinstitucionalização da participação juvenil, para a desconfiança nas instituições e em processos democráticos, para críticas às limitações dos mecanismos de participação (CASTELLS, 2018).

Por fim, vemos que problemas como a corrupção e sua divulgação se refletem não somente na proliferação dos problemas sociais, mas também na formação identitária dos jovens imersos nesse contexto (BAUMAN, 2012). Em síntese, os aspectos acima problematizados parecem sugerir para alguns dos motivos que contribuem para a não participação juvenil em alguns processos políticos e democráticos, e permitem entender o porquê dos jovens, em alguns casos, buscarem outros espaços não-institucionalizados de exercer suas reivindicações por direitos. Se no primeiro eixo vimos que os jovens depositam “poucas fichas” nas mudanças políticas pela via institucional, nesse segundo eixo, eles ainda

acrescentam que a política tem contribuído para criar e reforçar problemas e desigualdades já existentes.

3.3 Educação, sociedade e transformação: “A política me move”

Em um terceiro eixo, identificamos um sentido atribuído à política pelos jovens que a entende como meio de transformação das relações sociais, algo em movimento, com amplo caráter de ação e que perpassa a educação e formação das pessoas, o qual constatamos a partir trechos como os seguintes:

Sim, eu gosto porque política move a gente. É como eu te falei, não tem como a gente pegar e ser não político ou dizer que não gosta de política. Balandier sempre diz: “todo ser humano é político”, você vai debater. **E a política me move**, eu faço História, então já nasce aquele espírito de querer saber sobre a política, aprender. (Rafaela, 26 anos, História, grifo nosso).

Eu gosto de política porque nesse sistema **é o único modo de se ter uma mudança**. A política é boa porque ela traz este questionamento de você expor ideias e ter alguém que represente você [...]. É importante sim, todo mundo tem que, realmente, estudar política, não se levar pelos outros. (Ronaldo, 26 anos, História, grifo nosso).

As pessoas que estão atuantes nas políticas que pensam, que querem discutir, eu penso que são desafiadoras, que **querem discutir algo melhor para si e para os demais** [...] Conhecimento, quanto mais você conhece, quanto mais alguém te instiga a pensar, eu acho que leva você a pensar politicamente nas suas ações, nas ações que estão em volta da pessoa. (Franciele, 22 anos, Pedagogia, grifo nosso).

Nesses trechos, a política é endossada de modo positivo, sendo colocada como algo que não deve ser negado, mas como algo que pode mover os sujeitos e para a qual deve-se estimular as pessoas a saberem sobre. Além disso, diferentemente dos eixos anteriores, nos quais foi destacado um caráter estático, de permanência e continuidade da política, nesse entendimento, essa dimensão passa a ter reconhecido um caráter de mudança e transformação das relações e das coisas, na direção de melhorias para a sociedade. A ação e atuação dos estudantes parecem estar mais presentes nesse sentido, ao passo que nos possibilita questionar a ideia da juventude apática e desinteressada, e nos direcionarmos para compreensões como a de Mayorga (2017, p. 15), ao entender que “os jovens não apenas reproduzem ou repetem os valores da sociedade, mas agem também de forma propositiva, e podem também querer inventar, contestar”. Esses diferentes sentidos que podem habitar concomitantemente as compreensões políticas dos jovens passam a demandar análises mais refinadas para os que se comprometem a compreender essas relações.

Esse sentido de maior protagonismo dos estudantes não se propaga de modo natural, mas sugere o conhecimento sobre os processos político-sociais e a educação como meios de se obter materialização. No seguinte trecho, ao falar sobre a educação, a estudante afirma:

Então se você quer mudar o mundo você não fará de uma hora para a outra. Você tem que começar pela semente e **a semente é a educação [...]. É o sacerdócio mais importante do mundo**, porque a “mão que balança o berço é a mão que dominará o mundo”. Quer que seus alunos sejam pessoas boas e íntegras, seja uma pessoa íntegra, teu aluno será amanhã o que você é hoje. (Fabiana, 28 anos, Pedagogia, grifo nosso).

Se num segundo eixo, pautamos a corrupção e problemas decorrentes de processos que envolvem a política, aqui a educação é sugerida como algo que pode formar pessoas “boas e íntegras”. Os jovens indicam, ainda, que a participação política pode ser exercida por meio da educação, como nos trechos a seguir:

Eu acredito que de alguma forma eu contribuo para uma mudança. Como eu faço parte do Pibid, que é o Programa de Iniciação à Docência, **eu tenho um espaço de diálogo com uma geração, que vai ser a geração do futuro, e eu consigo, vejo que de alguma forma aquilo que falo transforma**, nem que seja um pouquinho, a forma deles pensarem ou faz com que eles vejam algumas coisas. (Daniele, 21 anos, História, grifo nosso).

Nossa, eu me considero política sim, e eu tento discutir, principalmente na escola, no ambiente escolar ou na universidade, mesmo quando a gente está em aula, eu pretendo discutir, levantar essas questões [...] dentro da minha sala de aula é o meio que eu posso **transformar alguma coisa**, é isso, para mim é isso, eu acho que é ali que eu consigo pelo menos alguma coisa. (Franciele, 22 anos, Pedagogia, grifo nosso).

Eu acho que começaria pensando em uma organização para educação, mas assim realmente eu acredito que a educação é um dos pontos essenciais para riqueza assim geral e nós temos um país bem rico, temos muitos recursos, sejam eles naturais ou outros recursos que realmente poderiam ajudar a ofertar um grande número de empregos, acesso, só que, a gente percebe que a educação ela é muito restrita e a qualidade para isso, tanto que a gente tem pouca tecnologia, se a gente for perceber [...]. Então, eu acho que seria investir na educação. [...], esse ensino realmente vai contribuir para que as pessoas tenham essa possibilidade, tenham esse acesso [...], olhando para os índices da ANA, do IDEB, que trabalha o ensino, a gente percebe isso, que muitas vezes, nosso ensino ainda não está dentro daquilo que é esperado. (Gisele, 29 anos, Pedagogia).

A educação recebe centralidade ao se referirem à política e à possibilidade de mudança, como podemos visualizar nos trechos acima, sendo responsável e importante para resolver alguns problemas do país. Este aspecto é também ressaltado por Bauman (2013), que

defende a educação como via que pode contribuir para a mudança de uma lógica entendida como consumista e que tem forjado as identidades nessa sociedade líquida. A educação é vista então, nos dois casos, em seu caráter de transformação, assim como a juventude é registrada pelo autor como grupo de destaque por sua capacidade de criação e recriação, e, portanto, seria chave para promover o que o autor chama de uma necessária “Revolução cultural”. Essa ideia de pensar a juventude e as possibilidades de mudanças a partir deste grupo advém, na argumentação do referido autor, a partir da análise dos movimentos como “Primavera Árabe”³⁵ e outros movimentos em que houve participação pertinente da juventude.

Essa ideia de atribuir importância à educação, à ciência e ao conhecimento aparece com força a ponto de os estudantes defenderem que os amigos, colegas também façam algum curso superior na universidade, como a seguir:

Eu acho que a princípio tenho contribuído mais no sentido de motivar mesmo a ocupar o espaço público, no sentido de estudar, no sentido de se preparar melhor, por enquanto eu tenho conseguido mais nessa perspectiva [...]. Acho que isso muda muito. Ajuda e você percebe isso pelas pessoas que estão. Então, no meu trabalho quantas pessoas estão desde que eu entrei, [...] amigos que passaram agora no vestibular, [...], no primeiro ano tem várias pessoas que eu tive a possibilidade de acompanhar e que de certa forma você acaba motivando essas pessoas a participarem também. (Gisele, 29 anos, Pedagogia).

Os estudantes defendem que a universidade lhes propiciou um entendimento mais amplo e, nesse caso, a estudante atua e tenta contribuir no sentido de estimular mais pessoas para irem à universidade, fazer o curso superior. Outro estudante ratifica essa ideia da educação e da formação como importantes para resolver problemas sociais: “Eu vejo a educação como uma maneira de humanizar as pessoas. **Uma pessoa mais instruída** com uma educação mais libertária, uma educação mais ampla, teria mais condições de enxergar o mundo de maneira menos desumana” (Alexandre, 28 anos, História).

Ademais, os jovens passam a entender que fazer política necessita de estudo, preparação, formação, certamente por serem universitários, e passam a questionar os sujeitos sem essa titulação e legitimidade que o Ensino Superior lhes confere, como a seguir: “é simplesmente pelo voto, deveria ter uma exigência, não é qualquer um que deveria ser

³⁵ Nome atribuído ao conjunto de movimentos populares, ocorridos, a partir de 2010-2011, contra os governos de países árabes, se deveram ao acirramento da situação de vida das populações devido as crises econômicas, que tiveram sérios rebatimentos políticos e nas democracias desses países, nos quais haviam ações autoritárias e repressivas por parte de alguns governos, entre os países em que tais movimento ocorreram destacam-se: Egito, Tunísia, Síria, Iêmen, Líbia e outros. Nesses movimentos houve participação de destaque dos jovens (BAUMAN, 2013).

político. Muita coisa já ia melhorar, [...] às vezes eles não têm noção do que fazem!”. Nesse caso, a estudante compreende que muitos políticos têm pouca formação. Dessa forma, atribui à formação a possibilidade de ter pensamentos mais coesos, críticos etc. E a falta dela uma menor noção das coisas.

Aqui, nos parece prudente fazer uma distinção entre o campo político e o campo científico, pois esses campos apresentam características diferentes e certamente, por vivenciar as relações no campo científico, a estudante demanda que os políticos tenham formação também, para que possam exercer suas funções de modo qualificado. Tudo isso nos permite perguntar: será que os políticos têm pouca “noção” mesmo? Ou será que, por atuarem em um campo distinto (o político), que eles não buscam a formação/titulação? Ao mesmo tempo, sabemos que titulação universitária confere mais legitimidade aos políticos também, especialmente entre as pessoas (eleitores) que vivenciam o campo científico. Mas, por ser do campo político, eles estão numa posição em que outros capitais, como o econômico, podem ser mais pertinentes que o capital educacional/cultural. E, se pensarmos a partir do campo político, eles parecem saber exatamente as relações e regras do jogo, mesmo aqueles que não possuem titulação (BOURDIEU, 1983, 1997, 2011).

Além de a universidade repercutir na construção da discursividade dos jovens, parece ser um espaço que propicia a eles outras formas de participar da política, às vezes até mesmo de modo imprevisível e não planejado, como aconteceu, por exemplo, nos movimentos de ocupação da universidade, fato que vários deles comentam ter participado:

Eu me sinto preparado pra dar aula. Tive algumas experiências durante a ocupação também. No movimento de ocupações no Estado do Paraná eu dei aula para os alunos que estavam ocupando as escolas. Daí entrei mais no meu tema que é a Ditadura Militar [...] Participei das ocupações. Ajudei as crianças nas ocupações. Dei aula em três colégios aqui de Paranaguá. Estava próximo do ENEM, então eu me propus a ministrar aula, fiz um “resumão” do que era a ditadura, conversei com eles e tal. (Alexandre, 28 anos, História).

Então, nos outros anos, eu tive possibilidade de participar bastante, aqui nós participamos do movimento estudantil, o ano passado eu não sei se você estava presente quando **houve a ocupação aqui na instituição**, eu também fiz parte desse movimento de ocupação estudantil, atualmente o que eu participo mais é nas discussões para o centro acadêmico. (Gisele, 29 anos, Pedagogia).

Me foram oportunizadas discussões sobre o feminismo, que é o único movimento que eu me vejo efetivamente fazendo parte, que eu digo que eu sou. E o curso me possibilitou tanto ver as falhas, quanto conhecer, tentar abraçar, de certa forma, o movimento e também as discussões promovidas

dentro da universidade com as relações de gênero, com as relações de poder também. Então conheci diversos assuntos, diversos temas que me servem através da universidade e que eu posso ver que me influenciaram a participar daquilo que eu participo. (Daniele, 21 anos, História).

Ao que parece, a universidade se apresenta aos estudantes como espaço para desenvolverem o protagonismo juvenil, que se expressa, por exemplo, por esse movimento de ocupação e reivindicação de direitos e melhorias para a educação, e também quando é estimulada – seja pelas discussões em sala, seja pela influência dos colegas e dos professores – a participação em outros movimentos e grupos. Tal engajamento tem ficado em evidência com a participação desses jovens especialmente nos espaços públicos em coletivos e movimentos sociais. Os estudantes parecem se sentir à vontade para exercerem outras formas de participação, e por esses movimentos terem sido caracterizados por uma horizontalidade e sentido de coletividades maiores que em outras instâncias, os jovens parecem ter aderido com maior vigor – no entanto, houve resistência e conflitos em meio a essas ocupações (GOHN, 2018; SILVA; MEI, 2018).

Por meio desse eixo, é possível questionar a ideia de apatia e desinteresse dos jovens para com a política, assim como perceber que, em se tratando da política, a busca por conhecimento, informação, preparação são, para eles, pressupostos que permitem a participação mais qualificada das pessoas na política. Os jovens parecem encontrar na universidade espaços para criarem novas formas de participação, que intentam a mudança e a transformação dos problemas sociais e, especialmente, de reivindicação por políticas públicas mais efetivas.

3.4 As várias formas de se fazer política, o destaque das mídias sociais e o conflito de discursividades: “Nesse caso entra o *Facebook*”

Outro sentido de política demarcado nos relatos dos jovens da pesquisa foi o de entender essa dimensão como algo mais amplo, que pode se fazer de várias formas, por meio de mídias sociais, TV, rádio e outras. Nesse eixo, a política é entendida de modo plural, como expõe um estudante: “A gente tem uma concepção de política só com aquilo que tá em xeque na Câmara. Essa é uma grama do que significa política. Política é tudo que é público” (Alexandre, 28 anos, História). Tal compreensão confere a essa dimensão um caráter que porta múltiplos significados, não impondo limites, restrições, definições mais rígidas, dada a amplitude do que é público. Assim, nessa compreensão, a política ultrapassa os limites da via

institucional. Outros trechos, como os seguintes, vão reforçar essa compreensão, por entenderem que várias ações realizadas podem ser classificadas como ações políticas:

Bom, eu acho que nesse caso entra o *Facebook*, às vezes tento postar ou publicar alguma coisa que eu acho coerente e que eu concordo, claro que o alcance é extremamente reduzido, mas que as outras pessoas pelo menos conseguem ver e ficam sabendo da minha opinião, do que eu acho, e consigo influenciar pelo menos as pessoas do meu círculo próximo. Acho que é isso, fica mais no *Facebook* mesmo. Assim, as redes sociais. (Gabriel, 22 anos, História).

Sou uma pessoa do povo, eu voto, eu escolho, eu dou opiniões na rua, **eu dou opiniões na internet**, em casa, eu dou opiniões na faculdade. Então, **eu faço política, apesar de eu não ser um político profissional, de não ter um cargo eletivo. Eu me reconheço fazendo política quando estou dando opiniões sobre os assuntos.** Então eu gosto de política, e acho que ela é pra ser gostada e pra ser discutida. (Alexandre, 28 anos, História, grifos nossos).

É a questão de falar sobre isso na internet, **principalmente no *Facebook***, discutir, é para tentar entender a política o ponto de cada partido, seria isso, mas assim fora disso, é muito difícil conversar sobre. (Jaine, 21 anos, Pedagogia, grifo nosso).

É possível perceber a política em diversas formas, sendo entendida, por exemplo, como algo que pode ser feita por meio das mídias sociais, como, por exemplo, quando se publica, discute, compartilha ou se debate algo no *Facebook* ou em outras mídias. No entendimento dos estudantes de nossa pesquisa, portanto, isso também é fazer política, sendo que alguns se consideram sujeitos políticos por atuarem nessa dimensão virtual, o que ratifica a importância das mídias sociais tanto na mobilização quanto na atuação política (GOHN, 2018; MARTUCCELLI, 2015).

Essas novas formas de se comunicar e interagir que são permeadas pelas mídias e tecnologias contribuem para reconfigurar novos modos de atuar e mobilizar no campo da política. Martuccelli (2015) entende a galáxia da internet como um novo componente da esfera pública, e compreende que:

a Internet transforma o próprio espaço público, permitindo, ao largo dos meios tradicionais de comunicação, a aparição de uma opinião pública mais direta, menos filtrada, mais heterogênea, que, ainda por cima, reconstitui as relações entre o público, o privado, o pessoal e o íntimo (MARTUCCELLI, 2015, p. 68).

A internet possibilita ainda um processo de borrimento da fronteira entre espaço público e privado, pela facilidade que propicia aos internautas, como expõe Martuccelli

(2015, p. 79): “a distância entre o privado e o público é de apenas um clique no computador”. Com efeito, diferentes autores entendem as mídias digitais como um elemento novo nas estratégias de participação e movimento político das juventudes, desde as Jornadas de Junho de 2013, movimento que contou efetivamente com a participação da juventude e, junto com outros movimentos, fornecem base empírica para questionar o mito da apatia juvenil por política, que foi construído nos últimos anos. Pela existência de algumas pautas que demandam alteração de estruturas na sociedade brasileira, é possível dizer que haverá uma extensão dessas manifestações, nas quais irão continuar as utilizações massivas das mídias enquanto instrumentais mobilizadores e articuladores da participação dos jovens (SECCO, 2013; SAKAMOTO, 2013; LIMA, 2013; CASTRO, 2015; SANTOS, 2016; GOHN, 2018).

Ademais, os usos e atuação política por meio das mídias contribuem com a ideia de novas formas de participação dos jovens, menos institucionalizadas, apartadas da mídia tradicional, que por tempo negou voz a determinados grupos e se estrutura de modo a concentrar poderes e capital simbólico (BOURDIEU, 1997). É importante, então, pensar essa relação dos jovens com as mídias no Brasil e as desigualdades presentes na mesma, pois em tempos de muita circulação de informação são as mídias da internet e as redes sociais que podem possibilitar maior autonomia e protagonismo juvenil. A juventude busca e adere a esses instrumentos porque não são canais apenas de recepção como TV, rádio e jornal, que na maioria das vezes trazem tudo pronto, acabado (com algumas exceções, como, por exemplo, o programa Altas Horas da Rede Globo, em que os jovens podem perguntar, participar, interagir). Na internet, pelo contrário, eles podem ser participantes ativos, autênticos, podem postar o que gostam, como fazem as coisas, e mais uma porção de conteúdos, muitos destes produzidos por eles mesmos. É o caso, da propagação dos *youtubers*, blogueiros e outros que são exemplos de como as tecnologias repercutem nas relações de protagonismo dos jovens. Isso é novo em termos de comunicação, e também de participação, pensando que nos grandes modelos (TV, rádio, jornal, etc.) a maioria da população era e continua sendo apenas espectadores.

Concomitantemente, podemos dizer que existe um processo ambíguo que perpassa as mídias e as tecnologias, e as relações decorrentes destas, visto que os mesmos instrumentos que garantem mais facilidade para comunicação, mobilização e engajamento – que não eram possíveis nos tempos em que panfletos e o diálogo boca a boca eram o principais meios –, podem propiciar um ambiente com os conteúdos que distraem, alienam e se direciona, em grande medida, à promoção de uma cultura consumista, mercadológica e que deve ser revista e problematizada (BAUMAN, 2013; MARTUCCELLI, 2015; GUARESCHI, 2017).

Por outro lado, há que se considerar, como buscamos argumentar, que existem diferentes âmbitos nos quais os sujeitos e as gerações interagem e em que os jovens estão inseridos. Isso pode propiciar criticidade, por parte deles, sobre as posições recomendadas e formadas a partir dos focos das mídias e tecnologias, especialmente porque os jovens não são passivos em relação às novas tecnologias, pelo contrário, elas têm sido problematizadas por eles (LIMA, 2013; PARTICIPATÓRIO, 2013; SANTOS, 2016). Nos outros espaços em que os jovens vivenciam, eles lidam com processos de conflitos e de diferentes versões e discursos, que podem ou não ser embasados por critérios científicos. Ao ser perguntada sobre quando e quais são os assuntos políticos que conversam com a família, os estudantes informam o seguinte:

Sobre fatos que acontecem no nosso dia a dia mesmo, ou algo que acontece, um fato que acontece **pela TV ou na internet**, e aí eu tenho uma opinião contrária sobre aquilo, e eles têm outra, e assim a gente discute. (Franciele, 22 anos, Pedagogia, grifo nosso).

A gente até conversa, geralmente quando a gente está **assistindo o jornal**. (Bruna, 25 anos, Pedagogia, grifo nosso).

Bastante, lá em casa o bom é que todo espaço a gente consegue, a minha família é mineira, mineiros com paranaenses, é um chimarrão com uma conversa boa, alguns espaços, jornal, algum noticiário do jornal, "olha o que saiu!", **a minha família gosta muito dos canais de rádio e televisão da cidade para notícia**, "você está sabendo sobre essa notícia, o que você pensa sobre isso, o que você acha?", "olha mãe agora que estão falando sobre isso", mas é porque eu sempre estou questionando. (Gisele, 29 anos, Pedagogia, grifo nosso).

Vemos, assim, que mesmo quando os conteúdos são oriundos da TV, do rádio, da internet ou de outras vias, os jovens conversam com seus familiares e amigos sobre assuntos que envolvem a política, acontecimentos que circulam, eles debatem sobre isso. São esses veículos (TV, rádio, internet, *Facebook*, etc.) de informação que contribuem para estimular essas conversas, sem os quais provavelmente os assuntos seriam outros, talvez mais vinculados às trajetórias cotidianas dos membros das famílias, etc. Vemos, com isso, a influência que a mídia exerce na definição dos assuntos principais, dos problemas que devem ser problematizados, sem que muitas vezes as intenções fiquem explícitas (BOURDIEU, 1997).

Essas conversas nem sempre se dão de modo tranquilo e consensual porque, na visão dos jovens, sua perspectiva seria permeada pelo discurso científico, enquanto que a visão de

seus familiares estaria fundamentada no senso comum e, portanto, submetidos à manipulação efetivada pelas mídias. Vejamos os trechos a seguir:

Às vezes [converso sobre política com os familiares], mas na verdade evito. Porque eles são contra, as ideias não batem, não são a mesma coisa, eles pensam uma coisa e eu penso outra, daí eu meio que evito, na verdade. (Andreia, História, 22 anos).

Os meus familiares não são muito... como se diz... não têm uma formação, não têm muita opinião, é mais sobre o que eles **veem na televisão**. Geralmente eles comentam uma coisa, ou outra, mas eles não têm uma opinião, **um aporte teórico**. (Adriana, Pedagogia, 21 anos, grifos nossos).

Dentro da minha casa, inclusive, um exemplo, seriam as discussões de gênero que **aparecem na TV**. Minha mãe e meu pai, eles não têm, às vezes, essa visão de mundo, que no caso eu tenho. Então eu tento dentro da minha própria casa mudar, tento debater, conversar, mostrar que pode ser assim, ser daquele outro jeito. Sempre tem várias formas de ver o mundo. (Letícia, 21 anos, História, grifo nosso).

É possível apreender, por meio dos relatos, que os estudantes participam de diferentes discussões com os familiares, mas parece que aquele pensamento mais crítico, fundamentado e profundo que a formação universitária lhes possibilita irá rebater nas relações desses sujeitos em outros âmbitos como no familiar, religioso etc. Como vemos no caso da segunda estudante, quando expõe: “eles não têm uma opinião, um aporte teórico”. A respeito dessa formação da opinião política das pessoas por meio da TV, há que se considerar que a mídia contribui com isso, quando seleciona determinadas coisas e submerge outras. A mídia não só repassa acontecimentos, mas os escolhe, os seleciona e faz isso a partir das posições e interesses que defende. Bourdieu (1997) fala de um “ocultar mostrando” que é realizado nas disputas travadas no campo jornalístico, permeados por interesses e intenções de concentração de capitais/poderes.

Ao perguntarmos sobre os assuntos políticos e como são discutidos com os familiares e amigos, destacamos ainda os seguintes trechos:

O golpe militar, o golpe contra Dilma, tudo isso. Você vai falar discutir alguma coisa, eu até entendo porque a gente sabe que não é assim, que as pessoas mudam assim de uma hora para outra, mas você vai falar, “não, não é isso, porque tem que tirar ela mesmo, porque não está fazendo nada”, tá tudo bem, passou se algum tempo e “ai meu Deus o Temer está pior que ela” é uma política meio que no geral, mas é política, então dar esse exemplo fica mais fácil. (Franciele, 22 anos, Pedagogia).

Por favor, se você quer se manifestar politicamente sobre um assunto, estude ele pelo menos o mínimo. Não leia duas linhas de coisas **na internet** e queira dar opinião sobre as coisas. Eu fico puto da cara com essa gente que lê meio panfleto [...], e quer discutir sobre Escola sem Partido comigo ou com professores meus [...], os caras não estudaram cinco ou seis anos pra entender de educação. Aí lê um parágrafo de dez linhas e vem me dizer como a educação tem de ser. (Alexandre, 28 anos, História, grifo nosso).

Vemos, por meio dos trechos acima, que os estudantes, por estarem imersos num espaço no qual as discursividades se elaboram a partir de critérios e precisam perpassar certo rigor – a Universidade –, eles passam a ter um olhar crítico em relação aos conteúdos produzidos e que circulam pelas diferentes mídias. Em síntese, por meio desse eixo, ficou evidente a ambiguidade no significado das mídias atreladas à política, na visão dos jovens. Pois, se as mídias têm sido catedrais para as mobilizações e organização dos últimos grandes movimentos ocorridos no Brasil, além de propiciarem novas formas de articulação e participação dos jovens, esses espaços são também entendidos pelos estudantes como formas de distanciar as pessoas de uma compreensão mais profunda e crítica das coisas, de alienar, enganar, ludibriar e confundir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, no decorrer dessa pesquisa, analisar como a formação universitária pode vir a influenciar na forma como os jovens universitários atribuem sentido à política. A partir dessa pretensão, aplicamos um questionário a 152 jovens universitários, estudantes dos cursos de Licenciatura em História e Pedagogia de 5 câmpus da Unespar. O questionário online contemplou o perfil socioeconômico e temáticas como a política, a religião, as vivências juvenis e a trajetória desses jovens na universidade. Num segundo momento da pesquisa, realizamos entrevistas com 18 estudantes, sendo 2 participantes de cada curso/câmpus, com a finalidade de apreender as compreensões e os sentidos que a política adquire para esses universitários.

A partir de nossas escolhas, recortes teóricos e metodológicos, os quais construímos com base em nossa experiência e nos conteúdos que nos apropriamos no decorrer da formação e vivência científica, discorremos, no transcorrer da pesquisa, acerca dos avanços das políticas públicas voltadas à democratização do Ensino Superior no Brasil, a partir dos anos 2000, fato que possibilitou novos perfis de jovens acessar esse nível de ensino. Entre o novo público que chega a esse nível de ensino, há destaque aos jovens pertencentes às camadas populares, das quais fazem parte a maioria dos estudantes participantes da pesquisa. Argumentamos ainda, que os avanços não garantiram uma efetividade desses grupos no ES, no qual ainda lidamos com problemas, por exemplo, de evasão, elitização de alguns cursos, crescimento mais intenso da via privada e nela tem sido secundarizado aspectos como a pesquisa e a extensão, tendo-se enfatizado predominantemente a formação profissional dos estudantes, entre outros (ZAGO, 2006; SANTOS, 2011; CHAVES, 2012; LIMA, 2015; CORBUCCI, 2016; ROGGERO, 2016; SEMESP, 2016).

Noutro momento, tratamos de enfatizar a pertinência de pesquisas sobre a juventude, que não a tomem como algo inerte ou de modo absoluto, mas em sua dinamicidade. Entendemos que a juventude não deve ser analisada de modo isolado, mas em consonância com os problemas presentes na sociedade contemporânea, como os ataques das políticas econômicas neoliberais à educação e às políticas públicas, o desemprego, a desconfiança nas instituições democráticas, e outros, pois todas essas questões se articulam às próprias trajetórias juvenis. É ainda, sugerido pela literatura sobre a juventude que não a entendamos a partir dos polos interessados/transformadores ou desinteressados/apáticos, pois esses comportamentos podem ser identificados num mesmo contexto junto aos grupos juvenis que

fazem parte dele, fato que demarca a importância de pensarmos as juventude(s) no plural, em seus diferentes agrupamentos, não a essencializando de uma ou de outra forma. Além de discutirmos essas orientações, apresentamos a trajetória e perfil desses jovens universitários, majoritariamente oriundos de camadas populares e caracterizados como estudantes trabalhadores (DAYRELL, 2003; FRAGA; LULIANELLI, 2003; ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007; SAINTOUT, 2009; SCHERER; PERONDI; SILVA, 2014; CATRO, 2016b; MAYORGA, 2017; GOHN, 2018).

Em nosso texto, enfatizamos também aspectos acerca da relação da juventude com a política, por meio da qual percebemos que analisar essa interação permite que se compreenda aspectos do mundo social para além dela (MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012; MAYORGA, 2013). Vimos, a partir das análises realizadas no capítulo 2, que alguns comportamentos têm coexistido na relação dos jovens com a política – como uma atuação em causas mais próximas de suas realidades, a exemplo de campanhas solidárias, visitas a instituições caritativas e grupos vinculados às igrejas. Mas, ao mesmo tempo, a atuação juvenil em movimentos maiores é percebida tanto no Brasil, por exemplo, nas Jornadas de Junho, na América Latina, quanto em outros países, como nos movimentos que marcaram a Primavera Árabe (SAINTOUT, 2009; SECCO, 2013; AGUILERA, 2013; BAUMAN, 2013; GOHN, 2018).

Um fenômeno também discutido no segundo capítulo foi a baixa confiança no governo e nos políticos, além da diminuição ou pouca participação dos estudantes em sindicatos, partidos políticos, associações de bairro e movimentos sociais de cunho étnico, de gênero, inclusive no movimento estudantil, elementos que permitem compreender por que os jovens consideram a atuação juvenil baixa na atualidade, e que o engajamento em movimentos coletivos e mais amplos tem ocorrido em menor proporção, ao passo que a sociedade contemporânea reforça elementos da individualidade, o que faz com que se amplie a ideia de que as ações devem ser pessoais, particulares e cotidianas (SAINTOUT, 2009; BAUMAN, 2012, 2013)

Outro aspecto que foi possível compreender é o de que a desinstitucionalização da atuação juvenil na política, também registrada em outras pesquisas e que apareceu em nossos dados, sugere que elementos do contexto, como a atuação repressiva do governo, e a impressão/percepção de que os governos parecem não atuar em consonância com as pautas/demandas da população, contribuem para que os cidadãos busquem outros caminhos de atuar e participar de processos políticos e de reivindicar direitos ou mesmo de se

expressarem (VIOLIM, 2016; CASTRO, 2016b; CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018; CASTELLS, 2018).

Quando discutimos sobre esses novos perfis de estudantes que têm acessado o Ensino Superior, argumentamos que, no decorrer da formação universitária, não é atribuído apenas a formação profissional e técnica, mas com ela, e na relação com outros âmbitos, os jovens passam pela construção de diferentes discursos acerca de assuntos diversos, fato que mostra o potencial de formação ética, política e humana que pode ser propiciado durante o curso superior (ZAGO, 2006; MONFREDINI, 2016; ROGGERO, 2016). Quando discutimos a respeito da formação universitária, vimos que os jovens atribuem a esse processo, mudanças profundas na forma de compreender a política, a sociedade e as relações humanas, e ainda que as discursividades e conflitos característicos do campo científico aos quais os jovens submergem no processo de formação os leva a buscarem maior criteriosidade e se preocuparem ao formularem suas visões de mundo (MAYORGA, 2013; MONFREDINI, 2016).

Tal perspectiva nos ajuda a entender alguns embates que os jovens travam com os sujeitos com os quais convivem e os quais os estudantes criticam, por construírem suas perspectivas a partir apenas dos conteúdos das mídias, como TV, internet e outros nos quais as regras não são as mesmas do campo universitário ou científico (BOURDIEU, 1983; MORIN, 2005). Podemos, então, relacionar as compreensões e sentidos atribuídos à política também à formação universitária, às vivências políticas coletivas e reforçar o caráter multidimensional que buscamos enfatizar no decorrer do texto, que talvez possamos entender por meio de um trecho da fala de uma estudante:

Dentro da direita você tem extrema direita, etc., **várias vertentes**. Mas, no caso assim, hoje em dia influencia muito porque, por exemplo, as pessoas elas deixam de se falar por questões políticas, por posicionamentos políticos. **Às vezes, as pessoas não entendem que é a opinião momentânea, a pessoa pode mudar de opinião** posteriormente e tudo demanda aquele contexto. [...] **qualquer generalização** para mim é preconceituosa e é maléfica. (Letícia, 21 anos, História, grifos nossos).

A partir desse trecho, é interessante pensar que algumas posições podem ser momentâneas, influenciadas pelos contextos, e que, a depender da dimensão que se considera (moral, política, econômica ou outras), os sujeitos podem coadunar com posições progressistas, conservadoras, revolucionárias, em função de diferentes fatores (ALMEIDA, 2017). Admitir essas possibilidades exige maior sensibilidade dos pesquisadores para não

caírem no relativismo, mas também para não enquadrar, ver de modo linear – ou, como expõe a estudante, “generalizar” – os sujeitos em caixinhas, compartimentos, ou mesmo fragmentar as compreensões em categorias sem explicar a multidimensionalidade e transitoriedade em que se constroem as posições dos sujeitos (NAJMANOVICH, 2001; MORIN, 2005, 2011; TATAGIBA, 2018).

Nesse sentido, vale lembrar que construímos quatro eixos de análise para investigar os sentidos que os jovens universitários atribuem à política, sendo eles: 1. Política, organização e sociedade: “A política influencia em tudo”, 2. Democracia, corrupção e os partidos políticos: “Eu não sou nem PT, nem do PSB, nem do PSDB, nem do PQP”, 3. Educação, sociedade e transformação: “a política me move”, 4. As várias formas de fazer política, o destaque das mídias sociais e o conflito de discursividades: “nesse caso entra o Facebook”.

Diante disso, a partir das compreensões dos jovens e da análise do primeiro eixo, entendemos que eles imaginam a política enquanto meio de organização e estruturação da sociedade e que influencia, em grande medida, em suas vidas e na sociedade como um todo. Ainda, atribuem a essa dimensão um caráter institucional, parlamentar, no qual se parece exercer controle da vida e dos rumos da sociedade. Ainda assim, e também por esses motivos, os jovens atribuem importância à política, vista como algo que precisa ser apurado e acompanhado de perto, mas não expressam a ideia de mudança e de transformação dessas estruturas. A importância da política seria considerada pelo cidadão ao acompanhar as votações nas esferas municipal, estadual e federal, escolher com cautela os candidatos e cumprir outros papéis restritos e política formal, sem alterar esses aspectos inerentes que a política atribui à sociedade.

No segundo eixo, ficou em relevo a percepção dessas estruturas permeadas por corrupção, interesses pessoais e privados, um sistema corruptível e perverso. Ao mesmo tempo, parecem indicar, por esses motivos, uma recusa aos meios tradicionais de fazer e participar da política, ao mostrarem também que não usam mais os mesmos mecanismos de participação de décadas atrás. Ao que parece, as instituições – incluindo o Estado – não têm dado suporte e respostas aos anseios dos jovens que, cansados de tudo isso, dos poderes concentrados, instituídos e estruturados de modo tão absoluto e ainda permeado por tantos problemas sociais, especialmente pela corrupção, têm necessidade de buscar novos caminhos. Estes que perpassam a educação são mais orientados para uma esfera micro da sociedade e se orientam pouco para os projetos mais amplos que os jovens apresentavam em outros períodos da história (GOMES, 2016; CASTELLS, 2018; GOHN, 2018; CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018).

Já no terceiro eixo, identificamos um dos principais meios que os jovens têm encontrado de participar e atuar da política, ao depositarem esperança na educação como meio de resolver problemas sociais, como a desigualdade, o preconceito e a pobreza. Além disso, entendem que a educação seria aquilo que pode ajudar a formar nas pessoas compreensões que lhes permitam perceber as estruturas de poder e se engajem na transformação, como ficou evidente por meio da participação ampla nas ocupações secundaristas e das universidades em que os jovens buscavam chamar a atenção para as políticas educacionais (BAUMAN, 2013; SILVA; MEI, 2018).

Ademais, retomando o quarto eixo de análise, as mídias sociais são entendidas pelos jovens como espaços de mobilização, atuação e engajamento, mas, ao mesmo tempo, são consideradas por eles como portadoras de alienações, ilusões, recortes de conteúdo e elementos que podem afastar os sujeitos de uma visão mais profunda da realidade, portanto o uso das mídias e tecnologias é perpassado por uma ambiguidade. Isso tudo permite dizer que o mundo virtual, criado pelas mídias, é um campo munido de relações de conflito e ao mesmo tempo aberto a possibilidade de ajudar a reproduzir ou transformar a política e a sociedade (BOURDIEU, 1997; ALVES, 1999; SAKAMOTO, 2013; MARTUCCELLI, 2015).

Em síntese, a abordagem a partir da multidimensionalidade nos ajudou a perceber que um mesmo sujeito pode trazer posições que são contrárias em conjunto, e por meio das falas dos estudantes vemos que suas disposições e visões de mundo não são homogêneas. A formação universitária não conduz para uma única compreensão ou jeito de entender a política, mas, para além de polarizações, dentre as compreensões analisadas, há muito mais lados, horizontes, posições e formas de pensar, se engajar e dar sentido à política.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena; FACCHINI, Regina. **Juventude e integração sul-americana: diálogos para construir a democracia regional**. São Paulo: Polis, 2009.

AGUILERA, Oscar. Jovens nas ruas: as manifestações no México, Chile e Brasil. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, dez. 2013.

ALBERGONI, Leide. Menos Barulho, mais análise! Relatório do Banco Mundial mostrou que o Estado brasileiro não cumpre seu papel de corrigir as distorções e injustiças para promover a redução da pobreza. **Jornal Gazeta do Povo**, 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/menos-barulho-mais-analise-lowtpknc9954p6a3zhqkup9d>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, p. 1-27, jun. 2017.

ALVES, Giovanni. As raízes autocráticas do Estado brasileiro – Estado neoliberal e a nova autocracia política no Brasil In: PEREIRA, Luis Fernando Lopes; ALLAN, Nasser Ahmad (Orgs.). **29 de Abril: repressão e resistência**. Bauru: Canal 6/ Projeto Editorial Práxis, 2016, p. 53-82.

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência: dilemas da educação**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

AZEVEDO, Rodrigo. Pesquisa do MIT: universidade pública gratuita pode prejudicar alunos de baixa renda. **Jornal Gazeta do Povo**, 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/pesquisa-do-mit-universidade-publica-gratuita-pode-prejudicar-alunos-de-baixa-renda-4dvkdiewbpxj24hl6lber8vhe>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BANCO MUNDIAL. **La Enseñanza superior: las lecciones, derivados dela experiencia** (El Desarrollo em la práctica). Washington, D.C.: BIRD/Banco Mundial, 1994.

_____. **Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**. v. I, 2017. Disponível em <<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Zahar: Edição Digital, 2012.

_____. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

_____. **Sobre educação e juventude:** conversas com Riccardo Mazzeo. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BASTOS, Fernanda Santos. A contribuição da Universidade para a formação do sujeito moral. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 5, p. 173-190 jul./dez. 2008.

BELINI, Luiza Marta. O estatuto da Interdisciplinaridade: conceito, uso e modalidades. In: PÁTARO, Cristina de Oliveira; BOVO, Marcos Clair (Orgs.). **Formação Humana:** espaços e representações. Campo Mourão: Fecilcam, 2016, p. 11-28.

BOBBIO, **Direita e esquerda:** razões e significados de uma distinção política. 3 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. [et al.] **Dicionário de política.** 1 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: **Pierre Bourdieu:** sociologia. ORTIZ, Renato. (Org.). São Paulo: Ática, 1983.

_____. **La esencia del neoliberalismo,** 1998. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/la-esencia-del-neoliberalismo.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. 9 ed. Campinas, Papyrus, 1996.

_____. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011.

_____. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Juventude e Trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da Juventude brasileira:** análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania, 2008, p. 130-148.

BRASIL. **Lei n. 10.260**, de 12 de julho de 2001, que institui o Fundo de Financiamento estudantil (Fies). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em: 12 de jan. 2019.

BRASIL. **Lei n. 11.096**, de 13 de janeiro de 2005, que Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 6.096**, de 24 de Abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 12 de jan. 2019.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024. **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Decreto n. 5.800**, de 8 de Junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude SNJ. **Estatuto da Juventude**: lei n. 12.852, de agosto de 2013. Brasília: SNJ, 2014.

BRASIL, **Lei n. 12.711**, de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BRASIL. **Lei n. 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Lei orgânica da assistência social (LOAS), dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e legislação correlata. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRASIL. **Lei n. 3.807**, de 26 de agosto de 1960. Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), dispõe sobre a organização da previdência Social e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3807.htm>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BRASIL. **Lei n. 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde (LOS), dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da Juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

BUENO, Gabriel; ZANELLA, Andréia Vieira. Jovens, arte e os sentidos da cidade. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 43, p. 162-183, jan./jun. 2015.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. **Culturas juvenis**: múltiplos olhares. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: as crises da democracia liberal: Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTRO, Lucia Rabello de. Subjetividades públicas juvenis: a construção do comum e os impasses de sua realização. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 21, n. 1, p. 80-91, jan./mar. 2016a.

_____. Jovens na política: tensões e paradoxos no contemporâneo. In: MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; HAHN, Fábio André (Orgs.). **Religião**,

cultura e espaço público. São Paulo: Olho D'Água, Campo Mourão: Fecilcam, 2016b, p. 97-120.

_____. Reflexões sobre juventude brasileira e engajamento político-social. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 7, n. 12, p. 11-19, jan./jun. 2015.

CASTRO, Gabriel de Arruda. Universidade pública, de qualidade e paga. Por que não? **Jornal Gazeta do Povo**, 2017. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/universidade-publica-de-qualidade-e-paga-por-que-nao-2g7rt3d1mro1cj0kja7wiw83g?utm_source=twitter&utm_medium=midia-social&utm_campaign=ideias>. Acesso em: 12 jan. 2019.

CARLOS, Paula Pinhal de. “Sou para casar” ou “pego, mas não me apego”? : práticas afetivas e representações de jovens sobre amor, sexualidade e conjugalidade, 2011. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2011.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 27, p. 83-100, 2012.

_____. Jovens Universitários: acesso, formação, experiências e inserção profissional In: SPOSITO, Marília Pontes. **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 179-228.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2016: notas estatísticas. Brasília: Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

CERRI, Luis Frenando. A formação de professores de história no Brasil: antecedentes e panorama atual. **História, histórias**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 167-186, 2013.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2014.

CHATIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2 ed. Memória e Sociedade: Portugal, 2002.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 16-22.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Educação pública, gratuita e de qualidade na perspectiva do trabalho. In: BERTOLDO, Edna; MOREIRA, Luciano Accioly Lemos; JIMENEZ, Suzana (Orgs.). **Trabalho, educação e formação humana frente a necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012, p. 201-214.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Desigualdades no acesso dos jovens brasileiros à educação superior. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Ulhôa (Orgs.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016, p. 153-176.

CORROCHANO, Maria Carla; DOWBOR, Monika; JARDIM, Fabiana A. A.; Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes? **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 4, n. 1, p. 50-66, jan./abr. 2018.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Elaine Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Unesco, 2007, p. 19-55.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2012.

FARIA, José Eduardo. De maio de 1968 a junho de 2013. **RDUNO**, Chapecó, v. 1, n. 1, p. 4-14, jan./jun. 2017.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?** 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

FERNANDES, Adriana; OTA, Lu Aiko. **Para economizar, governo deveria acabar com o ensino superior gratuito, aponta Banco Mundial**, 2017. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,para-economizar-governo-deveria-acabar-com-o-ensino-superior-gratuito-aponta-banco-mundial,70002091613>> Acesso em: 02 jan. 2018.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Um teatro milionário. In: JENNINGS, Andrew et al. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014, p. 7-13.

FORACCHI, Marialice M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes; LULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Introdução: Juventude para além dos mitos. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes; LULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Orgs.). **Jovens em tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 9-16.

FREIRE-MAIA, Newton. **A ciência por dentro**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GUARESCHI, Pedrinho A. Psicologia e pós-verdade. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; AMON, Denise; GUERRA, André (Orgs.) **Psicologia, comunicação e pós-verdade**. Florianópolis: ABRAPSO, 2017.

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, jan./abr. 2018.

GOMES José Vitor Lemes. **O cidadão frente à corrupção**: um estudo sobre o comportamento político. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em ciências sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/5680/2/josevitorlemesgomes.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior (1991, 2000, 2010 e 2012)**. Brasília: Inep; MEC, 2012.

_____. **Portaria Inep n. 493**, de 6 de junho de 2017.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores 2015. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

JENNINGS, Andrew et al. **Brasil em jogo**: o que fica da Copa e das Olimpíadas? São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

JINKINGS, Ivana. Apresentação: o golpe que tem vergonha de ser golpe. In: _____; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 12-15.

LACERDA, Miriam Pires Corrêa de; GODINHO, Josiane Machado. Os desafios da universidade diante da pluralidade juvenil. In: RIBEIRO, José Jair et al. **Juventudes na Universidade**: olhares e perspectivas. Porto Alegre: Redes Editora, 2014, p. 33-48.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Kátia. **Contra reforma na educação superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

_____. Plano Nacional de Educação 2014-2024: nova fase do privatismo e da certificação em larga escala. Brasília-DF, **ANDES-SN**, n. 55, fev. 2015.

LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p 218-233.

LOPES, Alice Casimiro. Relações macro/micro na pesquisa em currículo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 619-635, set./dez. 2006.

LULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes; _____ (Orgs.). **Jovens em tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 54-75.

MAAR. Wolfgang Leo. **O que é política?** São Paulo: Brasiliense, 2000.

MACHADO, Antônio Pedro. Impeachment no presidencialismo de coalisão: estudo de caso do afastamento da Presidenta da República Dilma Rousseff. **Escola de direito de Brasília**, Brasília, 2016.

MACIEL, Fabrício; GRILLO, André. O trabalho que (In)dignifica o homem. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 241-280.

MAYORGA, Claudia. Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 18, n.2, p. 343-350, abr./jun. 2013.

MAYORGA, Claudia; CASTRO, Lucia Rabello; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Juventude e paradoxos da política. In: _____. **Juventude e a Experiência política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, p. 261-272.

_____. Por novas instituições, por uma nova política: o protagonismo dos jovens no Brasil – entrevista concedida a FONTANELLA, Ada Otoni Ferreira; CAMPOS, Laiza Suelen Barroso. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 6, n. 10, p. 11-24, jan./jun. 2017.

MANNHEIM, Karl. A educação como técnica social. In: FORACCHI, Marialice M.; PEREIRA, Luiz. **Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação**. 8 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977a, p. 88-90.

_____. Funções das gerações novas. In: FORACCHI, Marialice M.; PEREIRA, Luiz. **Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação**. 8 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977b, p. 91-97.

_____. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice M. (Org.). **Karl Mannheim: Sociologia**, São Paulo: Ática, 1982, p. 67-95.

MARCIAL, Rogelio. Jovens nas ruas: as manifestações no México, Chile e Brasil. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, dez. 2013.

MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARTUCCELLI, Danilo. Esfera pública, movimentos sociais e Juventude. In: SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sergio (Orgs.). **Internet e mobilizações sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil**. São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2015, p. 61-101.

MATTOS, Valéria de B. **Pós-graduação em tempos de precarização do trabalho: alongamento da escolaridade e alternativa ao desemprego**. São Paulo: Xamã, 2011.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. **Estudantes universitários no Ensino Superior público paranaense: perfil dos ingressantes na Universidade Estadual do Paraná**. Campo Mourão: Fecilcam, 2015.

MONFREDINI, Ivanise. As Possibilidades de formação de sujeitos na Universidade. In: _____ (Org.). **A Universidade como espaço de formação de sujeitos**. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2016, p. 7-20.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Editora Senac, 2001.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

_____. **Ciência com consciência**. 82 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NAJMANOVICH, Denise. **O sujeito encarnado: questões para a pesquisa no/do cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NETTO, Vladimir. **Lava Jato: o juiz Sergio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil**. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016.

PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza (Org.). **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 171-177.

PARTICIPATÓRIO – Observatório Participativo da Juventude. **Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013**. Secretaria Nacional de Juventude, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/estatisticas/agenda_juventude_brasil__v_s_jan2014.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

PAUL, Patrick. Pensamento complexo e interdisciplinaridade: abertura para a mudança de paradigma? In: PHILLIPPI JÚNIOR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio (Orgs.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri: Manole, 2011, p. 229-259.

PENTEADO, Sílvia Angela Teixeira. **Identidade e poder na universidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes; ALLAN, Nasser Ahmad (Orgs.). **29 de Abril: repressão e resistência**. Bauru: Canal 6/ Projeto Editorial Práxis, 2016.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; LOURENÇO, Alice. Marcas do tempo: violência e objetivação da juventude. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes; LULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Orgs.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 38-53.

RODRIGUES, Maria Lucia. O programa Universidade para Todos: limites e proposições In: LIME, Maria Margarida; GATTI, Bernardete A. (Orgs.). **Prouni e inclusão social**. São Paulo: Xamã, 2011, p. 113-120.

ROGGERO, Rosemary. A educação superior na contemporaneidade: notas sobre mudanças e desafios da universidade. In: MONFREDINI, Ivanise (Org.). **A universidade como espaço de formação de sujeitos**. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2016, p. 21-48.

ROSSONI, Ana Carolina Gonçalves; MOTTA, Roberta Fin. A corrupção no contexto atual da mídia. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 8, n. 1, p. 02-21, jun. 2017.

SAINTOUT, Florencia. **Jóvenes, el futuro llegó hace rato**: percepciones de un tiempo de cambios: familia, escuela, trabajo y política. 1 ed. Buenos Aires: Prometeu Libros, 2009.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o *Facebook* e o *twitter* foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 83-87.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 14 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Thaís Serafim dos. **Juventude e representações político-religiosas**: projetos de vida dos jovens ingressantes da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). 147f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2016.

SCHERER, Giovane Antonio; PERONDI, Maurício; SILVA, Karen Theline Cardoso dos Santos da. O que é “ser jovem”? reflexões sobre o conceito de juventudes na perspectiva de jovens universitários. In: José Jair et al. **Juventudes na universidade**: olhares e perspectivas. Porto Alegre: Redes Editora, 2014, p. 19-32.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p. 60-67.

SEMESP Sindicato de Mantenedoras de ensino Superior. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**, 2016. Disponível em: <
http://convergenciacom.net/pdf/mapa_ensino_superior_2016.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SILVA, João Paulo de Souza da; MEI, Danielle Scheffelmeier. As ocupações nas escolas em 2015 e 2016: “Primaveras Estudantis. **Revista Chão de Escola**. Curitiba, n. 15, p. 43-55, 2018.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **A juventude no Brasil**: história e organização. 2008. Disponível em:

<<http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2008/pdf/14%20Flavio%20Munhoz%20Sofati.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SOUZA, Jessé. A cegueira do debate brasileiro sobre as classes sociais. **Interesse Nacional**, São Paulo, v. 7, n. 27, p. 35-57, out./dez. 2014.

_____. [et al.] **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____. **Subcidadania brasileira**: para entender o Brasil para além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro. n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). **Conservadorismo, fascismos e fundamentalismo**: análises conjunturais. Campinas: Editora da Unicamp, 2018, p. 87-116.

_____; TRINDADE, Tiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 197-212.

VALLE, Maria R.; SILVEIRA, Bruno P.; BARBOSA, Luiza B.; ROMERO, Sérgio Luiz G. Identidade e participação: apontamentos sobre a experiência política das ocupações secundaristas de 2015. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba, v. 43, n. 1, p. 113-133, jun. 2017.

VASCONCELOS, Ana Maria. Juventude e Ensino Superior no Brasil. In: DWYER, Tom et al. **Jovens universitários em um mundo em transformação**: uma pesquisa sino-brasileira. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016, p. 125-138.

VIOLIM, Tarso Cabral. O massacre do centro cívico de Curitiba em 29 de abril de 2015: um ano depois, uma análise a partir do direito administrativo. In: PEREIRA, Luis Fernando Lopes; ALLAN, Nasser Ahmad (Orgs.). **29 de Abril**: repressão e resistência. Bauru: Canal 6/ Projeto Editorial Práxis, 2016, p. 41-53.

União Nacional dos Estudantes (UNE). **Mude o Brasil**: construa um centro acadêmico e fortaleça a rede do movimento estudantil. Disponível em: <http://une.org.br/site/wp-content/uploads/2014/12/CARTILHA_ca_ultimo2.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2016**: homicídios por arma de fogo. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2016.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no Ensino Superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.

APÊNDICE

Apêndice I - Questionário aplicado aos jovens dos 3º anos dos cursos de licenciatura da área de Ciências Humanas da Unespar

1. Dados pessoais:

2. Termo de consentimento:

- a) Estou ciente dos objetivos e concordo com em participar da pesquisa
- b) Não concordo em participar da pesquisa

3. Câmpus:

4. Curso de graduação:

5. Ano de ingresso:

6. Você participou da primeira etapa desta investigação, respondendo ao questionário aplicado em 2014 (quando você estava no primeiro ano do Curso)?

7. Turno:

8. Município onde mora atualmente:

9. O que motivou sua escolha pelo curso? Marque mais de uma resposta, se for o caso.

- a) Família
- b) Amigos
- c) Interesse pessoal
- d) Interesse por problemas sociais
- e) Interesses políticos
- f) Mercado de trabalho
- g) Influência de professores
- h) Segunda opção no vestibular
- i) Outro (especifique)

10. Você já ingressou em outro curso de Ensino Superior?

- a) Não ingressei
- b) Sim, mas desisti/tranquei o curso sem concluir
- c) Sim e estou cursando concomitantemente
- d) Sim e já concluí a Graduação

11. Leia com calma as frases abaixo e selecione, para cada uma delas, a opção correspondente, considerando que:

- o número 1 significa “discordo totalmente” (ou “não ocorre comigo”);
- o número 6 significa “concordo totalmente” (ou “ocorre comigo”);
- os números 2 a 5 significam opiniões intermediárias.

a) Tenho uma visão positiva sobre os rumos da política no país

- b) Atualmente, as pessoas se preocupam mais com a situação dos animais do que com a situação
- c) as crianças (educação, saúde, moradia)
- d) O curso que escolhi tem contribuído para modificar minhas concepções políticas
- e) O curso que escolhi tem contribuído para modificar minhas concepções religiosas
- f) Não acho correto haver manifestações religiosas dentro da universidade
- g) Sou alvo de preconceito ou me sinto coagido por manifestar minha religião/crença dentro da universidade
- h) Sou alvo de preconceito dentro da universidade por não ter uma religião/crença
- i) Sou alvo de preconceito ou me sinto coagido por manifestar minha orientação sexual dentro da universidade
- j) Estou interessado(a) em me engajar numa causa social, humanitária ou política
- k) Os políticos que participam de uma Igreja têm mais condições de ajudar a população
- l) As redes sociais possibilitam o engajamento em causas humanitárias, políticas ou sociais
- m) Acredito na vida após a morte
- n) Há critérios precisos para se saber o que é bem ou mal
- o) Apenas a minha religião/crença é a verdadeira
- p) religião e a política devem atuar juntas para resolver problemas sociais
- q) Cabe principalmente a mim definir os rumos da minha vida

12. PARTE 2:

- a) Sinto que um ser superior dá sentido à minha vida
- b) A concorrência entre as religiões por fiéis me faz questionar se alguma delas tem a verdade
- c) Ter fé e crenças é mais importante que ter religião
- d) Gostaria de frequentar outras religiões
- e) Concordo com as orientações e posições da minha Igreja em questões políticas
- f) Acredito que a Igreja deve indicar os candidatos que estão mais preparados para ocupar os cargos políticos
- g) As pessoas devem ter só uma religião/crença e seguir suas orientações
- h) Minha religião/crença me motiva a me engajar na transformação da sociedade
- i) A maldade e a pobreza me fazem duvidar da existência de Deus
- j) A vivência junto à religião contribuiu para minha formação humana
- k) Os partidos políticos são importantes para o país
- l) A religião é importante para o país
- m) Minhas ações podem colaborar com a melhoria da situação política do país

13. Qual é a sua religião/crença?

- a) Afro-brasileira (candomblé, umbanda ou outra de origem africana)
- b) Católica Apostólica Romana
- c) Espírita
- d) Igreja Assembleia de Deus
- e) Igreja Congregação Cristã do Brasil
- f) Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias
- g) Igreja Deus é Amor
- h) Igreja Evangelho Quadrangular
- i) Igreja Evangélica Adventista
- j) Igreja Evangélica Batista
- k) Igreja Evangélica Luterana
- l) Igreja Evangélica Metodista
- m) Igreja Evangélica Presbiteriana
- n) Igreja O Brasil para Cristo
- o) Igreja Universal do Reino de Deus
- p) Testemunha de Jeová
- q) Tradições Esotéricas
- r) Religião não determinada ou múltiplo pertencimento

- s) Acredito em Deus, mas não tenho religião
- t) Ateu, não acredito em Deus Outro. Qual?

14. Considerando que sua religião/crença é "{{ Q13 }}", responda: o que influenciou a sua escolha? Aqui você pode indicar mais de uma opção.

- a) Família
- b) Amigos
- c) Líderes religiosos (padre, pastor, mestre, guru, guia, etc.)
- d) Motivos pessoais
- e) Outro. Qual?

15. Considerando que sua religião/crença é "{{ Q13 }}", responda: desde quando você tem essa opção?

- a) Depois que ingressei neste curso de Graduação
- b) Antes de iniciar este curso de Graduação e há menos de 10 anos
- c) Há mais de 10 anos
- d) Desde que nasci

16. Considerando que sua religião/crença é "{{ Q13 }}", responda: com que frequência você participa de encontros ou atividades vinculados a essa opção?

- a) Diariamente
- b) Semanalmente
- c) Mensalmente
- d) Anualmente
- e) Eventualmente (Raramente)
- f) Não participo

17. Paralelamente à sua opção de religião/crença ("{{ Q13 }}"), você frequenta outra religião/crença:

- a) Uma vez por semana ou mais
- b) Ao menos uma vez por mês
- c) Somente em ocasiões especiais
- d) Nunca

18. Quantas vezes você já mudou de religião/crença?

- a) Nunca
- b) Uma vez
- c) Duas vezes
- d) Três vezes
- e) Quatro vezes ou mais

19. Se você mudou de religião/crença, explique por quê.

20. Considerando que sua religião/crença é "{{ Q13 }}", indique os elementos a ela vinculados que você mais gosta. Marque até três respostas se for o caso.

- a) Música/louvor/cânticos
- b) Acolhimento e aconselhamentos
- c) Estudo/conhecimento religioso
- d) As curas e libertações
- e) As ações caritativas ou assistenciais
- f) O líder religioso (padre, pastor, mestre, guru, guia, etc.)
- g) A oração
- h) As pessoas/a comunidade
- i) Os passeios promovidos pela Igreja
- j) Os grupos de convivência

- k) Os amigos
- l) Não se aplica
- m) Outro (especifique)

21. Quem é Deus para você? Marque mais de uma resposta se for o caso.

- a) Uma energia cósmica
- b) Um pai que ama e se preocupa com cada pessoa, e tem um plano para vida de cada um
- c) Um ser poderoso que julga os pecados e virtudes humanas
- d) Um amigo de todas as horas
- e) A natureza
- f) Amor
- g) Deus é o sentido da justiça
- h) Deus é o sentido da solidariedade
- i) Nada/Não acredito
- j) Outro (especifique)

22. Você acredita em:

Sim Indiferente Não

- a) Deus
- b) Jesus Cristo
- c) Maria como mãe de Jesus
- d) Maria e sua virgindade
- e) Santos
- f) Anjos
- g) Espírito Santo
- h) Ensinamentos da Bíblia
- i) Energias/aura
- j) Demônios
- k) Duendes/gnomos
- l) Entidades/orixás
- m) Vidas passadas/reencarnação
- n) Espíritos
- o) Astrologia/Horóscopo
- p) Poder de pedras da sorte, uso de cristais ou cartas
- q) Igreja

23. Você participa ou já participou de algum tipo de atividade, organização ou movimento social dos abaixo indicados?

(Participo atualmente - Já participei, mas não participo atualmente - Nunca participei)

- a) Organizações estudantis (DCE, CA, Grêmio) ou instâncias representativas na Universidade
- b) Mobilizações e ações organizadas via internet (e-mail, redes sociais, etc.)
- c) Debate via rede social (*Facebook*, twitter, instagran, etc.)
- d) Voluntário em ONGs e) Partidos políticos
- f) Grupos vinculados a Igrejas
- g) Ecológico/Ambientalista
- h) Étnico (movimento negro, indígena, etc.)
- i) Gênero (defesa da mulher, LGBT, etc.)
- j) Campanhas solidárias (alimentos, agasalhos, etc.)
- k) Visitas a instituições caritativas (asilos, orfanatos, etc.)
- l) Greves por melhores condições de trabalho e por salário
- m) Manifestações pela paz
- n) Manifestações pela ética na política o) Associação de bairros
- p) Sindicatos

24. De que forma a sua religião/crença ("{{ Q13 }}") promove e/ou incentiva sua participação em atividades ligadas às organizações ou movimento social? Marque mais de uma resposta se for o caso.

- a) Por meio do estímulo dos líderes religiosos (padre, pastor, mestre, guru, guia, etc.)
- b) Por meio dos trabalhos sociopolíticos que sua Igreja desenvolve
- c) Através da parceria entre sua Igreja e o poder público
- d) Através de orientação presente nas pregações e ações de sua religião
- e) Pelo estímulo por meio dos programas religiosos na TV e/ou rádio
- f) Por meio das diversas pastorais ou grupos na Igreja
- g) Porque os membros mais antigos estimulam e valorizam a participação dos jovens
- h) Por meio da utilização das redes sociais/internet
- i) Não promove e/ou incentiva minha participação
- j) Não se aplica
- k) Outro. Qual?

25. A sua opção de religião/crença ("{{ Q13 }}") promove ou incentiva sua participação em alguma dessas atividades?

(Sim – Não)

- a) Organizações estudantis (DCE, CA, Grêmio) ou instâncias representativas na Universidade
- b) Mobilizações e ações organizadas via internet (e-mail, redes sociais, etc.)
- c) Debate via rede social (*Facebook*, twitter, instagran, etc.)
- d) Voluntário em ONGs
- e) Partidos políticos
- f) Grupos vinculados a Igrejas g) Ecológico/Ambientalista
- h) Étnico (movimento negro, indígena, etc.)
- i) Gênero (defesa da mulher, LGBT, etc.)
- j) Campanhas solidárias (alimentos, agasalhos, etc.)
- k) Visitas a instituições caritativas (asilos, orfanatos, etc.)
- l) Greves por melhores condições de trabalho e por salário
- m) Manifestações pela paz
- n) Manifestações pela ética na política
- o) Associação de bairros p) Sindicatos

26. Considerando que sua religião/crença é "{{ Q13 }}", responda: de que forma ela participa do período das eleições e da vida política do município/estado/país? Marque mais de uma resposta se for o caso.

- a) Por meio do estímulo dos líderes religiosos (padre, pastor, mestre, guru, guia, etc.)
- b) Por meio de momentos de formação, cursos, retiros, entre outros
- c) Por meio de publicações, postagens nas redes sociais e programas de TV e/ou rádio
- d) Nos grupos de jovens/grupos de oração
- e) Por meio da indicação de candidatos
- f) Minha religião/crença não participa do período das eleições e/ou da vida política do município/estado/país
- g) Não se aplica
- h) Outros

27. Indique abaixo seu grau de confiança nas seguintes instituições: Baixa, Média, Alta, Muito alta

- a) Polícia
- b) Governo
- c) Políticos
- d) Justiça
- e) Meios de comunicação

- f) Universidade
- g) Organizações religiosas
- h) Democracia

28. Indique o quanto você concorda com seus pais a respeito dos temas a seguir:
(Discordo plenamente – Discordo – Concordo - Concordo plenamente)

- a) Política
- b) Sexualidade
- c) Religião

29. Na sua opinião, como é a participação social/política dos jovens na atualidade?

- a) Ruim
- b) Pouca
- c) Regular
- d) Boa
- e) Excelente

30. Se num passe de mágica você pudesse mudar qualquer coisa no seu país, o que faria?

Considerando sua trajetória no Curso de Graduação realizado até hoje, que mudanças você considera que houve em sua forma de compreender:

- 31.** A sociedade e as pessoas
- 32.** A política e as formas de participação
- 33.** A religião e/ou outras formas de crença
- 34.** Os valores e a formação humana
- 35.** Outros aspectos que você gostaria de acrescentar acerca das contribuições do Curso na sua formação

36. Qual o ano do seu nascimento?

37. Gênero: a) Masculino b) Feminino c) Outro. Qual?

38. Cor/ Etnia:

- a) Branca
- b) Negra
- c) Parda
- d) Amarela
- e) Indígena
- f) Outro (especifique)

39. Estado civil:

- a) Solteiro(a)
- b) Casado(a) apenas no religioso
- c) Casado(a) apenas no civil
- d) Casado(a) no civil e no religioso
- e) Separado(a)
- f) Divorciado(a)
- g) União estável/mora junto h) Viúvo(a)

40. Você cursou o Ensino Fundamental, em sua maioria, em escola:

- a) Pública
- b) Particular laica (sem vínculo religioso)
- c) Particular religiosa

41. Você cursou o Ensino Médio, em sua maioria, em escola:

- a) Pública
- b) Particular laica (sem vínculo religioso)
- c) Particular religiosa

42. Em que ano você concluiu o Ensino Médio?

43. Como você se sustenta financeiramente? Marque mais de uma resposta, se for o caso. Recursos próprios

- a) Apoio financeiro do pai
- b) Apoio financeiro da mãe
- c) Apoio financeiro do irmão/irmã
- d) Apoio financeiro de meu/minha companheiro/a
- e) Apoio financeiro do padrasto/madrasta
- f) Outro. Quem?

44. Qual é a renda total das pessoas que moram na sua casa (considerar todos os valores recebidos, como: salário, aposentadoria, pensão, trabalho formal e informal, etc.)?

- a) Até R\$880,00
- b) Entre R\$880,01 e R\$1.760,00
- c) Entre R\$1.760,01 e R\$4.400,00 d) Entre R\$4.400,01 e R\$8.800,00 e) Entre R\$8.800,01 e R\$17.600,00
- f) Mais do que R\$17.600,01

45. Atualmente você (marque mais de uma resposta se for o caso):

- a) Não trabalha e não está procurando emprego
- b) Não trabalha e está procurando emprego
- c) Trabalha com carteira assinada
- d) Trabalha sem carteira assinada
- e) Trabalha por conta própria
- f) Recebe bolsa de projeto de ensino, pesquisa ou extensão (PIBIC, PIBID, Universidade Sem Fronteiras, etc.)
- g) Faz “bicos”
- h) Realiza trabalhos voluntários (sem pagamento/remuneração)
- i) Realiza estágio remunerado
- j) Realiza estágio sem remuneração
- k) Ajuda nas atividades de sua própria casa (sem pagamento/remuneração)
- l) Trabalha para outra pessoa, mas não recebe nada por isso

46. Qual a sua participação na vida econômica da sua família?

- a) Trabalho, mas recebo ajuda financeira da família ou de outras pessoas
- b) Trabalho, sou responsável pelo meu próprio sustento e/ou da minha família e não recebo ajuda financeira
- c) Trabalho, sou responsável pelo meu próprio sustento e contribuo parcialmente para o sustento da família ou de outras pessoas
- d) Não trabalho e meus gastos são sustentados pela família ou por outras pessoas
- e) Outro. Qual?

47. O grau de escolaridade de seu pai é:

- a) Não frequentou a escola
- b) Ensino Fundamental incompleto (1º grau)
- c) Ensino Fundamental completo (1º grau)
- d) Ensino Médio incompleto (2º grau)
- e) Ensino Médio completo (2º grau)

- f) Ensino Superior incompleto
- g) Ensino Superior completo
- h) Especialização incompleta (Pós-Graduação Lato Sensu)
- i) Especialização completa (Pós-Graduação Lato Sensu)
- j) Mestrado incompleto
- k) Mestrado completo
- l) Doutorado incompleto
- m) Doutorado completo
- n) Não sei

48. O grau de escolaridade de sua mãe é:

- a) Não frequentou a escola
- b) Ensino Fundamental incompleto (1º grau)
- c) Ensino Fundamental completo (1º grau)
- d) Ensino Médio incompleto (2º grau)
- e) Ensino Médio completo (2º grau)
- f) Ensino Superior incompleto g) Ensino Superior completo
- h) Especialização incompleta (Pós-Graduação Lato Sensu)
- i) Especialização completa (Pós-Graduação Lato Sensu)
- j) Mestrado incompleto k) Mestrado completo
- l) Doutorado incompleto
- m) Doutorado completo
- n) Não sei

49. Há alguma questão que não foi abordada que você gostaria de comentar/acrescentar?

Apêndice II: - Roteiro das entrevistas:

| | |
|------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Bloco I – Vivências, cotidiano, expectativas</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Como é seu dia a dia? O que é importante para você? - Que espaços da cidade você frequenta? - Quais as coisas que você mais gosta de fazer? - Você sente falta de algo em seu cotidiano? - O que você espera do futuro? - O que você acredita que precisa ser feito para concretizar seus objetivos de futuro? - O que você mudaria no mundo? Como seria o mundo ideal? - Você acha que está fazendo algo para mudar o mundo? De que forma? |
| <p>Bloco II – Religião</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Qual a sua religião? Desde quando? Por que você tem essa opção de crença? - Você mudou alguma vez de religião? Por quê? - Qual a religião de seus pais? - Em seu dia a dia, você faz alguma atividade relacionada à religião? Qual/Quais? Com que frequência? Por que você se envolve nessas atividades? - Sua religião incentiva o desenvolvimento de alguma ação/atividade? Qual/quais? Por quê? - Sua religião dá alguma orientação com relação à participação na política? Qual sua opinião sobre isso? - Sua religião dá alguma orientação em relação ao tema do aborto? O que você pensa sobre isso? - Qual a importância da religião na sua vida? Por quê? - O que você espera da religião? |
| <p>Bloco III – Política</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Você gosta de política? Por quê? - Você e seus familiares conversam sobre política? O quê/Quando/Como é? - Você participa de alguma ação ou atividade que considere política? Qual/Quais? - O que te leva a (não) participar? - Você se considera um sujeito político? Por quê? (Se sim: quais ações evidenciam isso?) - Você percebe a política influenciando de alguma maneira em sua vida? Como? - O que você pensa a respeito das pessoas que participam da política? Por quê? - Por que você acha que as pessoas se envolvem com política? - Em sua opinião, quais são as causas de problemas como a pobreza, a exclusão e a discriminação? - O que você acha que precisa ser feito para resolvê-los? De que forma você acredita que pode contribuir com esse processo? |
| <p>Bloco IV – Curso de Graduação</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Por que você escolheu este curso de Graduação? O que você está achando do curso? - O curso mudou algo em sua vida/forma de ver o mundo? O quê/Por quê? - As reflexões promovidas pelo curso incentivam a participação em algum tipo de |

| | |
|--------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <p>atividades? Quais? Por quê? (atividades sociais, comunitárias, participação em movimentos, ações coletivas...)</p> <p>- Você vê alguma relação entre o curso de Graduação e a sua participação política? Qual/Quais? Por quê?</p> <p>- Você vê alguma relação entre o curso de Graduação e a sua crença religiosa? (conteúdo das disciplinas, professores, relações/convivência...)</p> <p>- Você vê algum conflito entre as vivências do curso de Graduação e suas crenças religiosas? Quais?</p> <p>- Como você tem lidado com isso?</p> <p>- Qual a sua opinião sobre o movimento Escola Sem Partido? Por quê?</p> |
| Bloco IV – Encerramento | <p>Encerramento da entrevista, retomada dos principais pontos e espaço para complementações, reflexões e comentários finais.</p> <p>- Há alguma coisa que você gostaria de acrescentar?</p> |